



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO

**LÍDER NEGRA E FAVELADA: UMA GRANDE REPORTAGEM MULTIMÍDIA
SOBRE A DEPUTADA FEDERAL BENEDITA DA SILVA**

ALINE ROSSI CÊSPEDES PAES
ORIENTADORA: PROF^a DRA. FERNANDA VASQUES FERREIRA

Brasília - DF
2º/2024

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
GRADUAÇÃO EM JORNALISMO

ALINE ROSSI CÊSPEDES PAES

**LÍDER NEGRA E FAVELADA: UMA GRANDE REPORTAGEM MULTIMÍDIA
SOBRE A DEPUTADA FEDERAL BENEDITA DA SILVA**

Memorial descritivo do produto apresentado à
Universidade de Brasília como parte do Projeto
Final em Jornalismo e requisito parcial para
obtenção do título de bacharel em Jornalismo.

Orientadora: Profª Dra. Fernanda Vasques
Ferreira

ALINE ROSSI CÊSPEDES PAES

**LÍDER NEGRA E FAVELADA: UMA GRANDE REPORTAGEM MULTIMÍDIA
SOBRE A DEPUTADA FEDERAL BENEDITA DA SILVA**

Memorial descritivo do produto apresentado à
Universidade de Brasília como parte do Projeto
Final em Jornalismo e requisito parcial para
obtenção do título de bacharel em Jornalismo.

Orientadora: Prof^ª Dra. Fernanda Vasques
Ferreira

20/02/2025

BANCA EXAMINADORA

PROF DRA^a FERNANDA VASQUES FERREIRA
ORIENTADORA

PROF DRA^a RAFIZA VARÃO RIBEIRO CARVALHO
EXAMINADORA

PATRÍCIA NADIR RODRIGUES
EXAMINADORA

PROF DR LAURO ALMEIDA DE MORAES
EXAMINADOR SUPLENTE

Brasília – DF

RESUMO

Após 21 anos de ditadura, a redemocratização no Brasil foi marcada por eleições diretas para o Congresso Nacional, que funcionou como Assembleia Nacional Constituinte e elaborou uma nova Constituição Federal (1988). A primeira e única mulher negra eleita foi a líder comunitária Benedita da Silva, vinda da favela do Chapéu-Mangueira (RJ). Junto ao chamado *Lobby do Batom*, ela contribuiu com a garantia de direitos para mulheres, pessoas negras e trabalhadoras domésticas. Depois de 35 anos, ela atua como líder da Bancada Feminina da Câmara dos Deputados (2023). Este memorial fundamenta uma Grande Reportagem Multimídia que une o passado e o presente da deputada federal, por meio de pesquisas documentais e entrevistas com Benedita e outras personagens de sua história, a fim de promover um registro jornalístico com reflexões sobre sua contribuição e representatividade social no Parlamento brasileiro.

Palavras-chave: Grande Reportagem Multimídia, *longform*, Benedita da Silva, jornalismo.

ABSTRACT

After 21 years of dictatorship, redemocratization in Brazil was marked by direct elections for the National Congress, which functioned as the National Constituent Assembly and drafted a new Federal Constitution (1988). The first and only black woman elected was community leader Benedita da Silva, from the Chapéu-Mangueira favela (RJ). Together with the so-called Lipstick Lobby, she contributed to guaranteeing rights for women, black people and domestic workers. After 35 years, she serves as leader of the Women's Caucus of the Chamber of Deputies (2023). This memorial is the basis for a Large Multimedia Report that unites the federal deputy's past and present, through documentary research and interviews with Benedita and other characters from her story, in order to promote a journalistic record with reflections on her contribution and social representation in the Brazilian Parliament.

Keywords: Large Multimedia Report, *longform*, Benedita da Silva, journalism.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente à minha família maravilhosa, principalmente à minha mãe, Mônica, ao meu pai, Franklin, à minha irmã, Bianca e ao meu irmão, Felipe, pilares da minha vida. À Cleide, que cuida de mim desde pequena e garante que eu tenha tudo que preciso enquanto vivo, estudo, trabalho e descanso. Ao meu padrinho, tio Guilherme, que me apoia desde o início do curso com livros, conversas e até chaveiros. Ao Alex, pelo companheirismo e carinho diário.

À memória dos amores da minha vida que partiram durante meus anos de graduação, mas me acompanham de longe: Tio Toninho, Tia Sônia, Vovó Olga, Tia Guiguinha, Vovô Eudes e Carlota. Vocês vivem eternamente em mim.

A todas as amigas e todos os amigos que fiz ao longo da minha vida, que contribuíram com a minha formação como estudante, profissional e pessoa: na Escola Canarinho, no Colégio Mauricio Salles de Mello, durante o Ensino Médio no Pódion, no Jornalismo, na Facto Empresa Júnior, na UnBTV, na TV Câmara e na Cia. Have Dreams. Vocês são essenciais na construção da minha identidade.

Por fim, a todas as professoras e professores que já tive, nos colégios, na dança e na Universidade de Brasília, em especial à minha orientadora Dr^a Fernanda Vasques, que me apoiou e aconselhou com empenho, compreensão e cuidado, além de me inspirar com sua força para enfrentar obstáculos pessoais e para que este trabalho fosse entregue com tanta qualidade e dedicação.

Amo muito cada um de vocês.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. JUSTIFICATIVA.....	12
2.1 RELEVÂNCIA JORNALÍSTICA.....	13
3. OBJETIVOS.....	14
3.1 OBJETIVO GERAL.....	14
3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	15
4 METODOLOGIA.....	15
4.1 ABORDAGEM.....	15
4.2 PRODUÇÃO.....	16
5 REFERENCIAL TEÓRICO.....	18
5.1 A CASA DO POVO.....	18
5.2 RACISMO E CIDADANIA NO BRASIL.....	20
5.2.1 Por trás da miscigenação.....	22
5.2.2 Mestiçagem e identidade racial.....	24
5.2.3 O mito da democracia racial.....	24
5.3 ABOLIÇÃO E FAVELIZAÇÃO.....	25
5.4 BREVE HISTÓRICO SOBRE BENEDITA DA SILVA.....	26
5.5 A ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE DE 1987-1988.....	28
5.5.1 Constituição Cidadã.....	29
5.5.2 Feminismo e Movimento Negro.....	30
5.5.3 Negros no Congresso.....	32
5.5.4 <i>Lobby do Batom e Bancada Feminina</i>	34
5.5.5 Secretaria da Mulher.....	37
5.6 NOTÍCIA E REPORTAGEM: CARACTERÍSTICAS QUE MARCAM AS DIFERENÇAS.....	38
5.7 GRANDE REPORTAGEM MULTIMÍDIA.....	41
5.7.1 Multimedialidade.....	41
5.7.2 Hipertextualidade.....	42
5.7.3 Interatividade.....	43
5.7.4 Memória, ubiquidade e instantaneidade.....	44
5.7.5 Narrativa <i>longform</i>	46

	8
5.7.6 Projeto Gráfico.....	48
6 DIÁRIO DE BORDO.....	49
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	56
9 APÊNDICE.....	60

1 INTRODUÇÃO

Os movimentos de mulheres por igualdade de direitos no Brasil acontecem desde o século XIX, marcados por esforços de sufragistas em defesa do voto feminino e da participação democrática na política. Nos anos 70, em plena ditadura militar, a mobilização de mulheres se intensifica por espaços de poder, direitos civis e sociais, já que a legislação da época cerceava liberdades e as submetia ao poder masculino.

Com a redemocratização e a eleição de governadores de oposição à ditadura nos mais influentes estados brasileiros da época, grupos de ativistas pressionaram o governador de Minas Gerais, Tancredo Neves, para que, caso eleito presidente da República, criasse um órgão para as mulheres a nível federal.

Após 21 anos de regime militar (1964-1985), o Brasil teve eleições indiretas para presidente da República. O eleito, Tancredo Neves, faleceu dias antes da posse, e quem assumiu em 1985 foi o vice, José Sarney. Mesmo assim, ele cumpriu com o compromisso firmado por Tancredo e criou o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), que tinha *status* de ministério e era formado por conselheiras comprometidas a transformar as leis existentes e garantir igualdade de direitos entre homens e mulheres no país.

No ano seguinte, foram feitas eleições diretas para o Poder Legislativo. Com as exigências populares de que uma nova Constituição substituísse a da ditadura, os eleitos em 1986 para o Congresso Nacional atuaram como Assembleia Nacional Constituinte (ANC) para escrever uma nova Carta Magna para o Brasil.

Assim, 559 parlamentares compuseram a ANC: 72 no Senado Federal, sendo todos homens, e 487 na Câmara dos Deputados, sendo apenas 26 mulheres. Entre elas, somente uma era negra: a deputada Benedita da Silva, liderança das favelas, integrante do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e primeira mulher negra eleita para a Câmara dos Deputados.

A Assembleia Nacional Constituinte, iniciada em 1º de fevereiro de 1987, incentivou, de forma inédita, a participação popular, recebendo sugestões de segmentos da sociedade pouco representados na política e que reivindicavam garantias e direitos na nova Constituição.

Enquanto nos anos 80 as mulheres eram 50% da população do Brasil, as deputadas constituintes representavam apenas 5% da Câmara dos Deputados. Com o apoio de movimentos sociais e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, elas se uniram para pautar reivindicações por igualdade e justiça.

A articulação da Bancada Feminina (as 26 deputadas federais) com o CNDM e as mulheres da sociedade civil ficou conhecida como *Lobby do Batom*, forma pejorativa usada por homens e pela imprensa para denominar o movimento. A nomenclatura foi ressignificada e adotada pelas mulheres em enfrentamento à discriminação de gênero.

Nascida em 26 de abril de 1942, na cidade do Rio de Janeiro (RJ), filha de lavadeira e pedreiro, Benedita da Silva foi criada na favela Chapéu-Mangueira, no Leme, e enfrentou muitas dificuldades na infância e juventude. Seu engajamento político começou quando foi voluntária na Associação de Favelas do Rio de Janeiro e fundou o Departamento Feminino da Associação dos Moradores do Chapéu-Mangueira, para protestar por melhorias na comunidade.

Sua atuação nos movimentos de favela, no movimento negro e de mulheres foi o início da prática política para sua participação na criação do Partido dos Trabalhadores (PT) e para suas candidaturas como vereadora nas eleições municipais de 1982 e como deputada federal constituinte em 1986.

Eleita para Assembleia Nacional Constituinte, ela atuou junto ao *Lobby do Batom* em defesa dos direitos das mulheres, da população negra e das trabalhadoras domésticas, conquistando garantias fundamentais na nova Carta Magna.

A Constituição Federal, apelidada de Constituição Cidadã, foi promulgada em 5 de outubro de 1988, direcionando o Brasil para um novo período histórico, com democracia e reconhecimento da cidadania da população. Benedita foi reeleita e continuou na carreira política, sendo a primeira mulher afro-brasileira a ocupar os cargos de vereadora (1982), de deputada federal (1986), senadora (1995) e governadora (2002), atuando também como ministra de Estado (2003), secretária estadual (2007) e deputada federal por mais quatro mandatos (2011 a 2026).

Ao longo dos anos, a Bancada Feminina cresceu na Câmara dos Deputados e foi oficializada em 1999, com eleições para coordenadora. A institucionalização veio com a criação da Procuradoria da Mulher em 2009, que trabalhava pela maior participação feminina na política e contra a violência de gênero; da Coordenadoria dos Direitos da Mulher em 2013, nome dado à Bancada Feminina e responsável por representar todas as deputadas nas decisões políticas da Câmara; e do Observatório da Mulher na Política em 2021, para promover estudos sobre a pauta de gênero no Brasil.

Essas três unidades compõem a Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados, e cada uma tem uma líder e três deputadas adjuntas eleitas a cada dois anos pelas deputadas. Com essa

formalização, a Bancada Feminina, representada pela Coordenadora dos Direitos da Mulher, ganhou direito de voz e voto no Colégio de Líderes, podendo incluir projetos nos debates prioritários, além de ter o mesmo tempo de fala que as lideranças partidárias no Plenário.

Passaram-se 35 anos desde a promulgação da Constituição Cidadã e, em 2023, no seu sexto mandato como deputada federal, Benedita da Silva foi eleita Coordenadora da Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados, ou seja, líder da Bancada Feminina. Nesse ano, há um recorde de 90 deputadas em exercício, que representam 17% da Casa: dentre elas, 29 são negras.

Junto a isso, criou-se, em 2023, a Bancada Negra da Câmara dos Deputados, que reúne os 122 parlamentares do mandato atual que se autodeclaram como pretos ou pardos. No dia 20 de novembro, em que se celebra o Dia Nacional da Consciência Negra, a bancada anunciou Benedita da Silva como uma das lideranças do grupo, a ocupar o cargo de 2ª vice-coordenadora. Com isso, a Bancada Negra também pode votar na reunião de líderes e se pronunciar em Plenário sobre os interesses de seus integrantes.

Dessa forma, no ano em que as deputadas federais alcançam o maior número da história, a deputada com origem na favela que um dia foi a primeira e única negra do Parlamento torna-se líder da Bancada Feminina e da Bancada Negra, grupos defensores de pautas de parcelas da população às quais ela pertence e pelas quais luta desde sua juventude.

Benedita da Silva, mulher, negra e favelada, aos 81 anos, após mais de 40 anos em cargos políticos, é escolhida para representar as deputadas federais e, ao mesmo tempo, as mulheres do Brasil na Câmara dos Deputados, considerada a “casa do povo”, já que os deputados e deputadas são eleitos de forma proporcional ao número de habitantes de cada estado.

Nesse sentido, o problema de comunicação que orienta este trabalho é a pergunta: Como evidenciar e conectar a atuação de Benedita da Silva como única deputada constituinte negra em 1987-1988 com seu papel em cargos de liderança na Câmara dos Deputados nos dias atuais, por meio de um produto jornalístico?

O produto deste memorial é uma Grande Reportagem Multimídia (GRM) ou *longform* publicada na plataforma *Readymag*¹, construída a partir de pesquisas documentais e entrevistas

¹ *Readymag* é uma plataforma de design on-line que permite a criação personalizada de sites, portfólios e outros produtos digitais com ampla quantidade de recursos e conteúdos, publicados de forma gratuita em páginas na internet.

com Benedita da Silva e outras personagens relacionadas ao tema, o que se apresenta como um registro histórico relevante para a sociedade brasileira, disponível no link: <https://readymag.website/u3781307119/5150994/>

2 JUSTIFICATIVA

Durante 2023, a autora deste trabalho atuou como estagiária de Jornalismo na TV Câmara, no Congresso Nacional. Responsável por produzir conteúdos para o canal no *YouTube* da Câmara dos Deputados, era necessário acompanhar debates e eventos realizados por órgãos da Casa, nos quais a maioria dos parlamentares presentes eram homens brancos. Mesmo em situações com mais deputadas, as mulheres brancas também eram predominantes, fazendo com que uma senhora negra se destacasse aos olhos desta estudante.

O início do estágio coincidiu com o ano de comemorações dos dez anos da Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados e dos 35 anos da Constituição Federal. Foi parte das atividades do estágio cobrir as eleições da Secretaria da Mulher para o biênio 2023-2024, em que todas as deputadas escolhem as líderes e adjuntas para as três divisões do órgão: Coordenadoria dos Direitos da Mulher (Bancada Feminina), Procuradoria Geral da Mulher e Observatório da Mulher na Política.

Presenciar a entrada da deputada Benedita da Silva no plenário onde as eleições eram realizadas foi impactante em muitos sentidos, devido às questões de gênero, sua pele retinta e sua idade - 81 anos na data -, características pouco comuns naquele local. Receber, como estagiária, a função de entrevistá-la, pesquisar sobre sua origem na favela do Rio de Janeiro, seu currículo em cargos públicos e sua defesa intensa e duradoura das pautas de gênero, raça e da classe trabalhadora foi surpreendente e inspirador.

Ela também se destacou nas celebrações em homenagem aos 35 anos da Constituição Federal, não só por ter sido a primeira negra eleita para a Câmara e única parlamentar negra elaborando a Carta Magna, mas por continuar no cargo de deputada federal depois de mais de três décadas.

O entendimento sobre esses fatos intensificou a percepção de que é um privilégio estagiar no local mais importante do Poder Legislativo do Brasil e ter acesso livre a acontecimentos históricos e a autoridades políticas, uma oportunidade de contato com o presente, o passado e a história que faz o Brasil ser um país de tantas contradições. Somado a

isso, há o interesse da autora pela pauta de gênero, por ser mulher e feminista, e pelas temáticas dos direitos humanos e questões sociais brasileiras.

Por isso, como forma de reconhecimento e respeito ao que a deputada Benedita da Silva significa para a política do país, e como valorização da oportunidade de entrevistá-la e criar um produto jornalístico inédito sobre sua história, escolheu-se este tema para a pesquisa e para a Grande Reportagem Multimídia, que se vale das características do webjornalismo para apresentar os resultados da apuração feita.

O presente trabalho tem relevância por conectar dois momentos marcantes da história do Brasil. O primeiro é a criação da Constituição Federal de 1988, elaborada por uma Assembleia Nacional Constituinte eleita por voto direto e democrático depois de 21 anos de ditadura militar. Vigente até hoje, a chamada Constituição Cidadã foi construída com ampla participação popular e garantiu direitos fundamentais e sociais inéditos, inclusive com conquistas para mulheres e pessoas negras, sub-representadas na política em comparação às suas quantidades numéricas na população brasileira.

O segundo é o momento político atual do país e da Câmara dos Deputados, 35 anos após a promulgação da Carta Magna e com recorde de mulheres e negras ocupando cargos de deputadas federais na considerada “casa do povo” do Poder Legislativo.

2.1 RELEVÂNCIA JORNALÍSTICA

O trabalho de pesquisa recorre ao jornalismo para relacionar o passado e o presente a partir de uma personalidade emblemática, já que a deputada federal Benedita da Silva é pioneira como mulher negra ocupante de diversos cargos políticos e foi eleita uma das lideranças da recém-criada Bancada Negra e representante máxima da Bancada Feminina, ou seja, de todas as mulheres da Câmara dos Deputados.

A motivação para criar a Grande Reportagem Multimídia ou *longform* sobre ela vem da oportunidade pessoal e profissional de conhecer melhor a figura histórica, com experiências marcantes e contribuições relevantes para grupos quantitativos da população brasileira, além de ser exemplo de uma ruptura com a homogeneidade branca e masculina da política. Também era um desejo da autora deste trabalho resgatar fatos sobre sua atuação na Assembleia Nacional Constituinte e noticiar detalhes sobre a história da Constituição Federal que rege nosso país até hoje, de modo a conectar esses feitos à atual representatividade das mulheres e das pessoas

negras no centro do Poder Legislativo do Brasil por meio de um produto jornalístico de qualidade.

Diante do exposto, a pesquisa tem valor e importância para o jornalismo e para a sociedade, já que não existe um produto jornalístico que unifique esses acontecimentos com tal foco em Benedita da Silva e nas demais personagens envolvidas nos fatos históricos e políticos, a partir de relatos particulares e fontes documentais oficiais.

Registrar esse trabalho em um produto jornalístico de qualidade, completo, com recursos de hipertextualidade e multimidialidade, valendo-se de técnicas de apuração jornalística como entrevistas e pesquisas documentais, é tornar acessível o conhecimento sobre uma figura pública de destaque na política do Brasil e na luta das mulheres, das pessoas negras e faveladas, grupos oprimidos, discriminados e invisibilizados. Divulgar sua história é informar a população sobre os feitos de uma personalidade política que desmistifica padrões machistas, racistas, elitistas e patriarcais, e inspirar mulheres negras e periféricas sobre a possível e necessária ocupação dos espaços de poder do país.

Para exemplificar o valor-notícia desse tema e a riqueza jornalística que se busca alcançar com a produção do *longform*, têm-se os critérios de noticiabilidade mencionados por Nilson Lage (2001) que refletem a relevância do trabalho:

- Atualidade: uma protagonista viva e atuante em marcos históricos contemporâneos;
- Transatualidade: conexão do presente com momentos marcantes do passado;
- Proximidade: acontecimentos da capital do Brasil relacionados à Constituição regente;
- Identificação social: protagonista pertencente a grupos sociais numéricos no país;
- Intensidade do fato: maior marco democrático do século, com repercussões nos direitos de todos os habitantes do território brasileiro;
- Identificação humana: relatos contados em primeira pessoa pelas testemunhas dos fatos;
- Ineditismo: registro que unifica informações jamais relacionadas com tal foco e profundidade;
- Oportunidade: potencial de criar documento atemporal e de utilidade pública.

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

O presente trabalho é o memorial de um produto jornalístico apresentado como requisito parcial para a obtenção da graduação em Jornalismo e tem como objetivo apresentar uma Grande Reportagem Multimídia sobre a vida e a trajetória política da deputada federal Benedita da Silva, com enfoque na sua atuação como única mulher parlamentar negra da Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988 e atual líder da Bancada Feminina da Câmara dos Deputados. A reportagem explora a origem de Benedita na favela do Chapéu-Mangueira, no Rio de Janeiro (RJ), o início de sua carreira política, suas contribuições para a Constituição Federal de 1988 junto ao chamado *Lobby do Batom* e a eleição da deputada como coordenadora da Secretaria da Mulher para o biênio 2023-2024, com vistas à disseminação de reflexões sobre a importância da representatividade feminina e negra no Legislativo brasileiro.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Investigar, por meio da apuração jornalística, a participação política de Benedita da Silva, a partir de sua origem e história de vida, como única mulher parlamentar negra na Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988, de modo a identificar os destaques de sua atuação junto ao chamado *Lobby do Batom*, como forma de união suprapartidária das deputadas constituintes;
- Registrar fatos históricos e percepções de Benedita da Silva e demais personagens relevantes em sua trajetória sobre a conexão entre sua situação de minoria no Congresso Nacional de 1987-1988 e sua atual posição de Coordenadora da Bancada Feminina na Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados, com recursos multimídia;
- Levantar, por meio da cobertura jornalística e da produção de um *longform*, reflexões sobre o significado de uma mulher negra, vinda da favela, ser a representante das deputadas federais do Congresso Nacional e, consequentemente, da população feminina brasileira no Poder Legislativo.

4 METODOLOGIA

4.1 ABORDAGEM

O trabalho consiste em uma Grande Reportagem Multimídia, originalmente escrita em 90 páginas² e, depois, dividida em capítulos de um *site* junto a fotos, documentos, áudios,

² Disponível no item “9. APÊNDICE” na página 60 deste memorial.

gráficos e vídeos (multimedialidade) que registram fatos históricos, discursos parlamentares, relatos de personagens e reflexões sobre o tema em questão, e pode ser classificado por uma composição de três tipos de pesquisa apresentados por Cleber Cristiano Prodanov e Ernani Cesar de Freitas (2013):

- 1) Pesquisa bibliográfica, elaborada a partir de material já publicado: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses e internet;
- 2) Pesquisa documental, com materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, fontes de primeira mão: documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações, e documentos de segunda mão, que de alguma forma já foram analisados: relatórios de pesquisa e tabelas estatísticas;
- 3) Pesquisa qualitativa, que relaciona o mundo objetivo com a subjetividade do sujeito, a partir da interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados de forma descritiva.

Diante do exposto, entendemos o uso combinado de dois tipos de métodos de abordagem do problema:

- a) Método histórico, que investiga acontecimentos e instituições do passado para verificar sua influência na sociedade de hoje, visa à compreensão do papel que atualmente desempenham na sociedade e remonta aos seus períodos de formação e modificação;
- b) Raciocínio indutivo, em que as observações de casos da realidade concreta e as constatações particulares levam à elaboração de generalizações.

4.2 PRODUÇÃO

Para a obtenção dos resultados jornalísticos desejados, efetivamos o cumprimento das etapas de um trabalho de pesquisa vinculadas aos processos típicos da produção de uma GRM. Para esclarecimento de conceitos, é válido trazer definições dos termos “pauta”, “apuração” e “entrevista”.

Lage (1987, p. 46) afirma que “a distância entre reportagem e notícia se estabelece, na prática, a partir da pauta, isto é, do projeto de texto. Ele diz que, para as notícias, as pautas são apenas indicações de fatos programados, da continuação de eventos já ocorridos e dos quais se espera desdobramento.

Reportagens supõem outro nível de planejamento. Os assuntos estão sempre disponíveis (a informação é matéria-prima abundante como o ar, e não carente como o petróleo) e podem ou não ser atualizados por um acontecimento. [...] A pauta deve indicar de que maneira o assunto será abordado, que tipo e quantas ilustrações, o tempo de apuração, os deslocamentos da equipe, o tamanho e até o estilo da matéria; para tudo isso, é preciso dispor de dados. (Lage, 1987, p. 46)

Para isso, tem-se a apuração como etapa fundamental da pesquisa e da produção jornalística, análoga às fases de consulta a fontes e levantamento de dados para obter as informações a serem colocadas, posteriormente, no produto final.

Nesse sentido, Jorge (2008, p.87) menciona os significados de “apurar” trazidos pelo dicionário *Aurélio*: “Tornar puro, livrar de impureza, purificar; Tornar puro ou perfeito, aperfeiçoar, esmerar, aprimorar, polir; mas também “Conhecer ao certo, averiguar, indagar.” Tal objetivo da apuração é complementado por Lage (1987, p.54): “Apuração: investigação, documental e por entrevista, dos dados de uma notícia ou reportagem. Fase que precede a redação de um texto jornalístico”.

Como parte da apuração e coleta de depoimentos de personagens e da confirmação de informações para a reportagem, foram realizadas entrevistas. Lage (1987, p.57) define entrevista como “gênero de apuração baseado em coleta de informações e interpretações diretamente com o entrevistado”, e “gênero jornalístico que consiste em apresentar, sob forma de notícia, perguntas-e-respostas ou redação discursiva, com ou sem dados ou perfis biográficos, o depoimento de um entrevistado”.

As entrevistas necessárias a esta pesquisa mesclam características de dois tipos apresentados por Lage (2008). São elas: a) entrevista temática, que aborda um tema, sobre o qual se supõe que o entrevistado tenha condições e autoridade para discorrer; e b) entrevista testemunhal, com relatos do entrevistado sobre algo de que ele participou ou assistiu.

As entrevistas deste trabalho combinam essas características por se tratarem de consultas a parlamentares que integraram a Assembleia Nacional Constituinte, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, a Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados e, principalmente, a personagem principal Benedita da Silva, da qual se obteve a confirmação de informações históricas e lembranças pessoais.

Foram realizadas entrevistas não padronizadas ou não estruturadas, em que “não existe rigidez de roteiro e o investigador pode explorar mais amplamente algumas questões, tem mais liberdade para desenvolver a entrevista em qualquer direção. Em geral, as perguntas são abertas.” (Prodanov; Freitas, 2013, p.106).

Mesmo com a definição de perguntas prévias para cada entrevistada, entendemos que a extração de informações das personagens permite intervenções e questionamentos não planejados anteriormente no roteiro semiestruturado, a fim de garantir relatos mais completos.

Logo, tendo como exemplo as fases de pesquisa citadas por Prodanov e Freitas (2013), o trabalho seguiu os seguintes passos:

1. Planejamento do trabalho, a partir da formulação do pré-projeto de pesquisa, com leitura de artigos e construção do referencial teórico;
2. Elaboração de uma pauta para a reportagem, com a listagem dos materiais e documentos utilizados para a apuração, a definição das fontes biográficas e documentais, das personagens entrevistadas e dos roteiros das entrevistas;
3. Coleta de dados, apuração, agendamento e realização das entrevistas e transcrição manual das falas selecionadas para a reportagem;
4. Escrita da reportagem de 90 páginas, seleção de imagens, documentos, áudios e vídeos complementares e organização dos tópicos e capítulos³;
5. Construção da página do *longform* na plataforma *Readymag*, com adição dos parágrafos, caixas de texto e fotos com os respectivos créditos e legendas, edição e publicação dos vídeos e áudios, criação dos gráficos e ajustes finais no projeto gráfico.

5 REFERENCIAL TEÓRICO

5.1 A CASA DO POVO

A República Federativa do Brasil é organizada por Três Poderes: o Legislativo, responsável por elaborar leis, o Executivo, encarregado de colocá-las em prática, e o Judiciário, que garante o devido cumprimento dessas normas.

O Poder Legislativo é estruturado por Câmaras Municipais nos municípios, onde trabalham vereadores; Assembleias Legislativas nos estados, com deputados estaduais (ou distritais, no caso do Distrito Federal); e pelo Congresso Nacional, onde atuam deputados federais e senadores federais. Assim, o Congresso Nacional é bicameral, formado por duas Casas: a Câmara dos Deputados e o Senado Federal.

³ Nem sempre esse processo é linear. A coleta, seleção e disposição dos conteúdos jornalísticos, por vezes, passam por diferentes fases em que é necessário avaliar de que maneira é mais interessante contar a história, como uma informação vai performar melhor na narrativa. Esse processo não é, portanto, linear, passando por várias avaliações ao longo do tempo, fruto do processo de edição jornalística.

Nas eleições para deputados federais, a quantidade de eleitos varia de acordo com o número de habitantes de cada unidade federativa, ou seja, é proporcional ao tamanho da população de cada estado. O mais populoso, São Paulo, elege 70 deputados federais, e os menos populosos, como o Acre e o Distrito Federal, elegem 8. Os eleitos têm mandatos de quatro anos, que acompanham os períodos de quatro anos de trabalhos legislativos chamados Legislaturas. Lê-se na Constituição Federal, Art. 45: “A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal”.

Enquanto isso, para o Senado Federal, são eleitos exatamente três senadores para cada estado brasileiro, que têm mandatos de oito anos. A cada eleição, vota-se em um ou dois candidatos, alternadamente, como exige o Art. 46 da Constituição: “O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário”.

Por isso, considera-se que a Câmara dos Deputados é “a casa do povo”, já que os 513 deputados federais representam, em tese, os habitantes de cada estado brasileiro. Já o Senado Federal, com 81 senadores, é a representação das unidades federativas. Tais funções podem ser simbolizadas pela arquitetura externa dos plenários de cada Casa: a Câmara dos Deputados é uma cúpula virada para cima, aberta à população, e o Senado Federal é uma cúpula virada para baixo, reservada aos entes estaduais.

Como esse trabalho tem foco na Câmara dos Deputados, é relevante trazer dados sobre a representação exercida pelos deputados federais que, em teoria, deveriam espelhar a diversidade social da população brasileira. Tem-se, aqui, destaque às estatísticas de gênero e cor. Os dados são do Censo Demográfico de 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística (IBGE).

Atualmente, a população brasileira é formada por 48,5% de homens e 51,5% de mulheres. Entre os homens, 42,4% se autodeclaram como brancos e 56,5% como pretos e pardos, considerados negros pelo Estatuto da Igualdade Racial. Entre as mulheres, as brancas são 44,4%, e as negras são 54,5%. Somando mulheres e homens, os habitantes brancos são 43,5% e os negros são 55,5% da população do Brasil.

Já nesta 57ª Legislatura da Câmara dos Deputados (2023-2026), o total de 513 deputados é formado por 423 homens, 82% do total, e 90 mulheres, 17% do total. Entre os homens, 73,3% se autodeclaram como brancos e 25% como pretos e pardos, ou seja, negros. Entre as mulheres,

as brancas são 64% e as negras são 32%. Somando mulheres e homens, os que se autodeclararam brancos são 72,1% e os pretos e pardos são 26,1% dos parlamentares.

Se essa representação é incompatível com a realidade nos dias atuais, em 1986, quando Benedita da Silva foi eleita para a Câmara dos Deputados, o cenário era ainda mais desigual. O chamado Congresso Constituinte, ou seja, o conjunto de deputados e senadores eleitos para o Poder Legislativo e responsáveis pela elaboração da nova Constituição do país, formaram uma Assembleia Nacional Constituinte composta por 559 parlamentares: 72 senadores apenas homens; e 487 deputados federais, sendo 26 mulheres e apenas uma delas negra, Benedita da Silva.

Reforça-se que, com os cruzamentos de dados de gênero e raça da população (Censo de 2022) temos os seguintes números: 41.788.566 (20,5%) homens brancos; 55.725.597 (27,4%) homens negros; 46.463.555 (22,9%) mulheres brancas e 57.014.147 (28%) mulheres negras no Brasil. Dessa forma, o maior grupo populacional é o de mulheres negras, seguido pelo de homens negros.

Nota-se que, no Brasil, esses recortes geram diferentes experiências de vida que influenciam posicionamentos políticos, como será evidenciado ao longo deste trabalho. Por isso, um Parlamento formado por perfis cada vez mais compatíveis com a diversidade da população contribui com os pressupostos da democracia representativa, em que o “governo do povo” é exercido por meio de representantes de seus interesses.

A Grande Reportagem Multimídia referente a este memorial retoma o histórico patriarcal e elitista da política brasileira, marcada por períodos em que os considerados “cidadãos” eram apenas homens brancos e ricos. Ademais, considera-se a exploração de negros e negras escravizados por séculos que, depois da abolição da escravidão foram negligenciados pelo poder público, provocando efeitos sociais, inclusive a formação de favelas, e potencializando as desigualdades até os dias atuais.

Por isso, ter Benedita da Silva como primeira mulher negra e favelada eleita para a Câmara dos Deputados e única entre os responsáveis pela nova Constituição Federal foi um passo importante para mudanças na representatividade social em um dos maiores espaços de poder do Brasil, determinante para as regras de funcionamento do país.

5.2 RACISMO E CIDADANIA NO BRASIL

Usar estudos da antropologia e sociologia para retomar características sociais do sistema colonial e da formação da população brasileira evidencia as consequências que a exploração do povo negro gerou no imaginário racista e no funcionamento desigual do país até hoje. O Brasil é, inclusive, o segundo país com maior população negra do mundo, atrás apenas da Nigéria. Assim, torna-se o país com maior população negra fora do continente africano.

A princípio, vale lembrar a forma como se deu a chegada dos brancos ao território do Brasil e a reprodução de práticas exploratórias, violentas e preconceituosas de invasão e dizimação de povos originários ocorridas em outros continentes. O contato com a alteridade se fundamentou nas crenças compartilhadas entre europeus no geral, de que habitantes de regiões “distantes” eram selvagens e primitivos. Inclusive, questionava-se se esses grupos humanos tinham alma ou virtudes, julgava-se sua aparência e seus hábitos e negava-se a existência de cultura ou história. Relatos mostram que indígenas eram vistos como inúteis, preguiçosos; na África, os negros não eram nem vistos como humanos e, sim, como “coisas” (Laplantine, 2021).

O etnocentrismo estava presente nos pensamentos e práticas, de modo que os europeus erigiam valores universais a partir dos valores de suas próprias sociedades e, assim, projetavam sobre as demais algum tipo de atraso, falha e inferioridade (Todorov, 1993). Com isso, justificava-se a exploração dos recursos naturais e dos próprios seres humanos das colônias, que eram tratados com crueldade, assassinados ou escravizados. Foram essas as práticas destinadas aos povos indígenas brasileiros, assim como, posteriormente, aos negros traficados da África para servirem como escravos no Brasil colônia.

Diante dessas considerações, pode-se compreender, a partir do recorte racial, questões relativas ao sistema colonial brasileiro e como ideologias vigentes na época se perpetuaram até os dias de hoje. Na obra de Gilberto Freyre, *Casa Grande e Senzala*, os marcadores racial e social também estão presentes. Entre eles, destaca-se o sadismo, elemento constituinte na colonização: em um sistema baseado em relações de poder entre os senhores de engenho donos de escravos e as populações escravizadas, nota-se a estrutura desigual fundamentada na dominação.

Conforme mencionado anteriormente, os não-brancos eram subalternizados e, a partir disso, tratados com extrema violência. Os patriarcas e suas famílias podiam fazer o que quisessem com esses indivíduos, que tinham seus direitos e status de “pessoa” negados. Assim, além das condições insalubres, com atendimento mínimo às necessidades básicas, eram comuns

castigos físicos, açoitamentos, lutas induzidas para entretenimento dos senhores e a sadonização sexual, com práticas de pedofilia e estupros (Freyre, 1951).

5.2.1 Por trás da miscigenação

As relações de poder e dominação, que se davam também no âmbito sexual, mesmo que colocadas de forma romantizada por Freyre, revelam abusos e relações muitas vezes sem consentimento que contribuíram diretamente para o fenômeno da constituição da sociedade brasileira: a miscigenação entre as etnias dos brancos, pretos e indígenas. A normalização desses hábitos, justificados pela necessidade dos senhores de satisfazerem seus desejos e “necessidades”, ajudam a entender contradições perpetuadas nas décadas seguintes, como as ideias formadas sobre as mulheres negras.

As relações de gênero já se revelavam na colônia patriarcal, onde os homens das famílias tinham força social, política e comercial. Com os abusos sexuais praticados contra as mulheres escravizadas, nota-se o papel que aquelas chamadas de “mucamas” desempenhavam na colônia: cuidavam dos filhos dos brancos, eram amas de leite, cozinheiras, faxineiras e ainda servas sexuais dos senhores. As relações entre diferentes povos originaram, assim, etnias mestiças, mulatas, e essas pessoas eram consideradas estranhas, disformes, feias (Freyre, 1951). Porém, daí surgem, também, os sexismos e paradoxos da sociedade atual.

Enquanto as mucamas, mães pretas do período colonial, cumpriam serviços e viviam nas casas dos senhores como se integrassem suas famílias, tem-se, hoje, a versão permitida dessa função: a empregada doméstica. Com direitos conquistados recentemente, as domésticas continuam sendo as responsáveis por limpar, cozinhar, criar os filhos das madames e, infelizmente, são vítimas dos desejos sexuais ainda persistentes no imaginário social. Lélia Gonzalez (1983) aponta exemplos dessa contradição: durante todos os momentos do ano, a mulher negra é discriminada e retratada como empregada em filmes e novelas, mas, no Carnaval, transforma-se na mulata brasileira: endeusada como rainha do samba, exaltada pelo seu corpo e beleza, explicitamente desejada pelos homens (Gonzalez, 1983).

Ao mesmo tempo em que tudo que remete à imagem africana é demonizado e subalternizado socialmente (Santos, 2002), no Carnaval, a mulher negra é valorizada, a cultura afro-brasileira faz parte da maior festa do ano e o povo negro deixa de ser marginal e vira símbolo da alegria brasileira. Quando a subversão passa, a mulata volta a ser a doméstica, que

deve subir pelo elevador de serviço, entrar pela porta dos fundos e dormir no quartinho de empregada, atrás da cozinha, escondida do público: mais resquícios da escravidão.

Assim, a hierarquia social é invertida e as violências simbólicas são colocadas em prática: elas se dão pela negação e reprodução de comportamentos racistas (Santos, 2002). Isso é percebido nos desejos e fetiches criados e reprimidos sobre os corpos negros, não só da mulher, mas do homem também, que, no universo erótico, é bestializado, visto como forte e viril. Nas ideias construídas sobre a mulher negra, mantém-se o ideário apresentado em *Casa Grande e Senzala*: branca para casar, mulata para transar e negra para trabalhar (Freyre, 1951). A sociedade brasileira se contradiz de forma velada e explícita.

As opressões de raça e gênero atuam de forma conjunta e no decorrer da história mulheres brancas e mulheres negras sempre estiveram em lugares não só distintos, mas também opostos – o que acaba por interferir na concepção e introjeção da estereotipia que classifica o corpo da mulher negra como não-humano ou animalizado, enquanto o corpo branco sequer é racializado. (Reis, 2001, p. 14)

Quando falamos que a mulher é um subproduto do homem, posto que foi feita da costela de Adão, de que mulher estamos falando? Fazemos parte de um contingente de mulheres originárias de uma cultura que não tem Adão. Originárias de uma cultura violada, folclorizada e marginalizada, tratada como coisa primitiva, coisa do diabo, esse também um alienígena para a nossa cultura. (Carneiro, 2003, p.2)

5.2.2 Mestiçagem e identidade racial

Ao mencionarmos as tentativas de apagamento histórico e cultural da população afro-brasileira, não podemos deixar de discutir a mestiçagem e os esforços para o embranquecimento da sociedade no Brasil. Como apresentado por Kabengele Munanga (1999), o século XIX foi marcado por influências europeias de teorias não-científicas sobre a superioridade branca em relação às demais etnias.

Essas ideias, comentadas anteriormente no contexto colonial, foram desenvolvidas por pseudociências eugenistas que tentavam classificar os humanos em raças de forma hierárquica (Munanga, 1999), até fazendo experimentos ilegais na tentativa de comprovar tais conspirações, exterminar “raças inferiores” e perpetuar a raça branca

No Brasil, tais ideologias foram aceitas e tiveram, como efeito, a política de embranquecimento nacional. A estratégia, mobilizada pelo Estado, fomentou a imigração de grupos como alemães e italianos para o país com o intuito de promover, aos poucos, o etnocídio da população negra. As elites praticavam o racismo universalista, que estimulava a

miscigenação como forma de imposição da etnia dominante e como ponte para a hegemonia branca, devido à não aceitação de uma sociedade pluriétnica (Munanga, 1999).

Nesse contexto, os chamados de mestiços foram vítimas da concepção de negatividade de tudo que era afro-brasileiro, o que contribuiu para desmobilizar identidades e lutas e permitir a adesão ao embranquecimento pelos próprios negros como forma de sobrevivência. Tal mentalidade é ilustrada na obra *A Redenção de Cam*, de Modesto Brocos, que mostra uma idosa negra agradecendo aos céus por sua filha, mestiça, ter marido e filho brancos, revelando o desejo de fuga para a etnia “superior” a fim de que os descendentes não sofressem com o racismo.

5.2.3 O mito da democracia racial

Como um dos efeitos mais significativos para a continuidade do racismo no país, a miscigenação e a mestiçagem, fatos históricos, são usadas como elementos que justificam a ideologia de que as pessoas do Brasil são iguais. Esses recursos são utilizados para desmobilizar o debate racial e quaisquer demandas por reparações históricas, como se o racismo não existisse e o aspecto racial não definisse a desigualdade no país. Dessa forma, ideologias reproduzem discursos, que se sedimentam nos pensamentos e atos dos habitantes e até no funcionamento das instituições brasileiras.

A defesa do mito da democracia racial tira o peso histórico dos mecanismos que fizeram com que as populações pretas e indígenas fossem depreciadas e exploradas. A ideologia da igualdade mascara os preconceitos raciais, de modo que o racismo, velado ou explícito, infiltra-se em todos os âmbitos do cotidiano social.

Diante do exposto, entendemos o Brasil como um país que, desde o início da sua formação como nação, é fundamentado na desigualdade e em relações de poder e dominação. A sociedade sádica do período colonial, que usava da força para manter o status de superioridade dos brancos, é a mesma sociedade que desenvolve, ao longo das décadas, continuações de mecanismos e violências simbólicas que mantêm a população negra, agora “liberta”, em posições de inferioridade.

A diversidade da população miscigenada, com um histórico de explorações por trás, é transformada na ideologia paradoxal de uma sociedade igual e igualitária, mas que doutrinariamente coloca as pessoas como desiguais, seja nas interações informais, seja nas estruturas legais.

Assim, esse sistema mantém os sujeitos em seus “devidos lugares” e as noções de cidadania se baseiam em falsas concepções de democracia racial, as mesmas que reproduzem contradições do imaginário nacional, reforçam configurações escravagistas, negam a história, desvalorizam a luta e a cultura negra, naturalizam o racismo e sustentam hierarquias sociais no Brasil.

5.3 ABOLIÇÃO E FAVELIZAÇÃO

Cabe ressaltar, neste contexto, a conexão do processo de favelização no Rio de Janeiro com o histórico de discriminação da população negra e a importância da ocupação de cargos políticos por Benedita da Silva, negra e criada na favela do Chapéu-Mangueira.

Após a independência do Brasil, em 1822, o Rio de Janeiro (RJ) exercia papel de capital política do país e centro econômico, com atividades portuárias. A cidade portuária servia para o desembarque e comércio (legal e ilegal, após a abolição da escravidão em 1888), de pessoas escravizadas, por onde se estimam ter passado milhares de escravos africanos que impactaram diretamente a demografia e cultura dos habitantes (Abrahão, 2022).

No início do século XX, o prefeito do Rio de Janeiro, Pereira Passos, implementou uma reforma urbanística na capital, conhecida como “Bota-Abaixo”. O nome remete às demolições de moradias para as obras de “modernização” da cidade e pelas leis e medidas impostas pela prefeitura, com o objetivo de modificar o visual do centro do Rio e as características de quem ali viveria.

Prefeito Pereira Passos, aliando um desejo pessoal aos auspícios da burguesia pós-colonial carioca, que invejava a beleza estética e os “padrões civilizados” de cidades como Buenos Aires e Paris, inicia reformas urbanas, dando ênfase principalmente aos propósitos de modificar hábitos e costumes da população por meio de leis e decretos que violentaram incisivamente segmentos sociais desprivilegiados formados por pobres, ambulantes e ex-escravos que exerciam suas atividades de subsistência na região central do Rio de Janeiro. (Abrahão, 2022, p. 157)

A reforma teve caráter segregativo, com foco nas pessoas que viviam em condições precárias à margem dos postos de trabalho e que, por não possuírem condições financeiras necessárias para viverem de forma digna, amontoavam-se em habitações coletivas, como os cortiços. Com a política do “bota-abaixo”, de 1902 a 1906, cerca de 20 mil pessoas foram removidas de onde moravam (Faulhaber; Azevedo, 2015).

Além do objetivo de “modernização” da capital, tinha-se como argumento a alta disseminação de doenças na cidade à época, de modo que as autoridades afirmavam que tais locais eram impróprios à saúde pública e focos de contaminação que deveriam ser eliminados preventivamente. Pereira Passos também proibiu o comércio informal de ambulantes, o que tirou a fonte de renda de muitos desses moradores.

[...] ao serem proibidas de trabalhar e circular no centro da cidade, estigmatizadas em um perfil de potencial risco de contágio e de maus hábitos e costumes, tiveram como alternativa a migração para a periferia da cidade ou para íngremes morros em busca de lugares acessíveis, porém precários para se viver. (Abrahão, 2022, p. 163)

Dessa forma, deu-se o processo de favelização, que expulsou para os arredores da capital os problemas de saneamento, falta de saúde pública, moradias precárias e vulnerabilidade socioeconômica, sem assistência ou amparo aos desalojados, muitos dos quais sequer haviam recebido ajuda de políticas públicas de reinserção social após a abolição da escravidão no país.

Ao invés de o Estado empreender políticas para solucionar a situação desses grupos sociais (ex-escravos sem condições de trabalho e sem lugares para morar, migrantes pobres recém-chegados para serem absorvidos pela construção civil), adotou estratégias punitivas que culminaram no impedimento da circulação dessas pessoas em determinados espaços, exceto durante o período em que eram utilizadas como força de produção, ou seja, deviam trabalhar e depois se confinarem nos morros ou em regiões bem distantes do centro da cidade. (Abrahão, 2022, p. 169)

Percebe-se a continuação dessa realidade até o século atual, em que gerações seguem prejudicadas por ações negligentes e elitistas dos detentores de poder que perpetuaram a segregação social. Nas favelas, associações de moradores se mobilizam para promover melhores condições de vida à comunidade e seguem como exemplo de resistência e retrato da desigualdade social histórica do Brasil.

Esse contexto mostra o valor de uma líder comunitária como Benedita da Silva, que cresceu na favela do Chapéu-Mangueira e que participou dos esforços por melhorias na comunidade, expandir sua militância para além do local de origem e ser eleita para o órgão responsável por legislar e propor mudanças na realidade do país.

5.4 BREVE HISTÓRICO SOBRE BENEDITA DA SILVA

Benedita da Silva, bisneta e neta de mulheres escravizadas, filha de analfabetos trabalhadores em situações análogas à escravidão, nasceu em 11 de março de 1943, mas foi registrada em 26 de abril de 1942, na cidade do Rio de Janeiro (RJ), na favela Praia do Pinto, extinta por um incêndio. Desde recém-nascida, foi criada na favela do Chapéu-Mangueira, onde viveu por 57 anos.

Cabe destacar que a favela do Chapéu-Mangueira, limítrofe com outro importante território negro, a favela da Babilônia, foi palco de muitas lutas, com destaque para aquelas dos anos de 1960-70. A comunidade do Chapéu Mangueira, também marcada pela presença do Exército, a partir da fronteira do Forte Duque de Caxias, representa uma favela moderna, de ocupação mais recente por trabalhadores urbanos, de resistência política frente à ditadura e às constantes ameaças de remoções. Foi neste ambiente que Benedita da Silva atuou firme em tempos de resistência ao regime militar. [...] iniciou um movimento para pensar a condição da favela e das/os faveladas/os, tendo fundado o Departamento Feminino da Associação de Moradores do Chapéu Mangueira e atuado como professora na Escolinha Comunitária. (Schumacher, 2000, p.103)

Benedita trabalhou desde cedo, em fábricas, como vendedora ambulante, ajudante da mãe na entrega de roupas lavadas e como empregada doméstica.

Desde os 15 anos ela alfabetizava jovens e adultos de forma voluntária e participava de mutirões para levar iluminação, esgoto, calçadas e escadarias à favela do Chapéu Mangueira. Aos 40 anos, concluiu os cursos de Estudos Sociais, Serviço Social e Técnica de Enfermagem. Benedita foi eleita líder comunitária em 1978, fundou o Departamento Feminino da Associação dos Moradores do Chapéu-Mangueira e atuou na Federação das Associações das Favelas e no Centro de Mulheres de Favelas e Periferias.

A seguir, estão alguns marcos de sua trajetória política, após conhecer Luís Inácio Lula da Silva e ajudar na fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), por se identificar com as propostas de combate à desigualdade social e acreditar que o partido que daria voz às mulheres:

- 1983 a 1986: Primeira mulher negra vereadora do Rio de Janeiro (RJ);
- 1987 a 1991: Primeira mulher negra eleita para o Congresso Nacional e única deputada federal negra na Assembleia Nacional Constituinte;
- 1991 a 1995: Segundo mandato como deputada federal
- 1995 a 1998: Primeira senadora negra;
- 1999 a 2002: Vice-governadora do estado do Rio de Janeiro;
- 2002: Primeira governadora negra de um estado brasileiro (RJ);
- 2003 a 2007: Ministra da Secretaria Especial de Trabalho e Assistência Social;
- 2007 a 2010: Secretária estadual de Assistência Social e Direitos Humanos;

- Mais quatro mandatos como deputada federal na Câmara dos Deputados:
de 2011 a 2014,
de 2015 a 2018,
de 2019 a 2022
e de 2023 até hoje, na Legislatura que acaba em 2026.

Na Assembleia Constituinte de 1987-1988, ela contribuiu com a defesa e influência para aprovação de direitos para as mulheres, para a população negra e indígena e para as trabalhadoras domésticas.

Benedita da Silva conquistou posições de poder inéditas para a população feminina, negra e das favelas, além de basear sua atuação na defesa desses grupos e colaborar com a função da Câmara dos Deputados de representar os habitantes do país e seus interesses.

Com o tempo, as causas das mulheres e da população negra avançaram, mesmo que a passos lentos, dentro da Câmara dos Deputados. A Bancada Feminina foi institucionalizada com a criação da Secretaria da Mulher em 2013 e a Bancada Negra foi criada em 2023, consistindo em unidades de influência sobre esses temas no Parlamento.

5.5 ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE DE 1987-1988

O momento histórico que marca o processo de mudança do Brasil de 21 anos de regime ditatorial para um governo democrático são as eleições de representantes políticos e a criação de uma nova Constituição Federal.

A redemocratização do país propiciou eleições indiretas, ou seja, feitas por Colégio Eleitoral formado pelos integrantes do Congresso Nacional e delegados indicados pelas Assembleias Legislativas, para presidente da República. O eleito, Tancredo Neves, faleceu antes da posse, tomada pelo vice José Sarney em 1985. “Nesse mesmo ano, foi encaminhada ao Congresso Nacional a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 43/1985, que convocava a Assembleia Nacional Constituinte (ANC)” (Lacerda, 2018, p. 13). Esse processo é um ato de rompimento com as normas anteriores, não mais legitimadas pelos habitantes do país, e de início de uma nova ordem jurídica.

Em 1986, a população brasileira elegeu diretamente os deputados e senadores que seriam responsáveis pela formulação da nova Carta Magna. Assim, a Assembleia Nacional Constituinte foi composta de 559 parlamentares: 72 senadores homens e 487 deputados (3 deles negros), sendo 26 mulheres (Benedita da Silva era a única negra). Em reunião conjunta no

Plenário da Câmara dos Deputados, a Assembleia Nacional Constituinte iniciou os trabalhos em 1º de fevereiro de 1987.

5.5.1 Constituição Cidadã

A Constituição Federal de 1988, vigente até hoje, ficou conhecida como Constituição Cidadã devido à conquista de direitos fundamentais para diversos grupos sociais e à intensa participação popular que marcou os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte.

Com a ausência de projeto-base, foi necessário buscar alternativas para a elaboração dos primeiros documentos do processo constituinte. Uma das principais inovações foi a implantação de novas formas de participação popular, que ocorreram antes e durante os trabalhos da Assembleia. Ao longo do ano de 1986 e início de 1987, o Senado Federal realizou a campanha Projeto Constituição – a Voz do Cidadão. (Lacerda, 2018, p. 15)

Para isso, agências dos Correios de todos os municípios do Brasil receberam formulários para que a população enviasse sugestões à Constituinte. Foram recebidas cerca de 72 mil cartas-respostas. Além disso, grupos da sociedade civil organizada prepararam diversas convenções, fóruns e seminários nos quais foram elaborados trabalhos e estudos, posteriormente encaminhados aos deputados e senadores constituintes.

Habitantes de todo o país, inclusive pertencentes a grupos politicamente minoritários, frequentavam o Congresso Nacional e protestavam por garantias e direitos. Quase 900 convidados foram ouvidos em cerca de 200 audiências públicas que ajudaram a subsidiar os trabalhos das 8 comissões temáticas e 24 subcomissões da Assembleia Nacional Constituinte.

O povo invadiu o Congresso, que abriu suas portas: cinco milhões e quatrocentas mil pessoas por ele circularam livremente entre fevereiro de 1987 e julho de 1988, conforme declarado pelo presidente da Assembléia. As galerias viviam repletas, representantes dos mais diversos movimentos tomavam os corredores, os salões e os gabinetes. As discussões e votações eram acompanhadas atentamente. (Backes; Bithiah, 2008, p. 90)

Além disso, mais de 12 milhões de assinaturas foram coletadas para as emendas populares, propostas de lei de autoria da sociedade civil. Ao todo, foram apresentadas 122 emendas populares e, dessas, 83 foram aceitas por estarem de acordo com os requisitos regimentais. As autoras ressaltam que, “considerando-se que o eleitorado da época era de aproximadamente 70 milhões e que cada eleitor podia subscrever apenas três emendas,

constata-se que em torno de dez por cento da população participou do processo” (Backes e Bithiah, 2008, p. 80).

5.5.2 Feminismo e Movimento Negro

A grande reportagem apresenta uma linha do tempo com personalidades de destaque nos marcos da luta por igualdade de direitos, desde a conquista de acesso a instituições de ensino no século XIX e das mobilizações de sufragistas pelo voto feminino, conquistado no Código Eleitoral de 1932, no governo de Getúlio Vargas. O período é a primeira fase do feminismo no Brasil e protagonizado por mulheres brancas, da elite, com acesso à educação e a homens em espaços de poder.

As principais fontes de pesquisa foram os livros *O Voto Feminino no Brasil*, de Teresa Marques (2018), e *Feminismo no Brasil: Memórias de quem fez acontecer*, escrito por Branca Moreira Alves e Jacqueline Pitanguy (2022), que atuou como presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, de 1986 a 1989.

Os antecedentes da criação desse órgão são apresentados com enfoque na cidade do Rio de Janeiro, que caracteriza a segunda fase do feminismo com reivindicações por direitos civis e sociais. Nos anos 70, em plena ditadura militar, coletivos de mulheres passam a debater as injustiças da legislação da época, que subordinava mulheres casadas a seus maridos e cerceava suas liberdades no âmbito doméstico, familiar, profissional e reprodutivo.

É importante lembrar que essas primeiras organizações eram formadas por jovens brancas da classe média, que nasceram com direito ao voto, a condições de acesso ao ensino superior e a empregos formais, além de serem a primeira geração com maior liberdade sexual devido à venda de pílulas anticoncepcionais a partir de 1962.

O estopim do movimento foi a I Conferência Mundial da Mulher, em 1975, organizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) no considerado Ano Internacional da Mulher. O evento no México contou com a participação de 133 países, incluindo uma delegação de brasileiras.

Os encaminhamentos da ONU culminaram no seminário na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no Rio de Janeiro, de 30 de junho a 6 de julho de 1975, com palestras lotadas sobre o papel e comportamento da mulher no Brasil. Com isso, eventos, publicações e associações estaduais de mulheres se expandiram pelo país (Alves; Pitanguy, 2022)

A abertura democrática permitiu eleições diretas em 1982, de modo que candidatos de oposição ao regime militar foram eleitos em dez estados, como Franco Montoro (PMDB) em São Paulo e Tancredo Neves (PMDB) em Minas Gerais. Nesses governos, ativistas conquistaram a criação de órgãos estaduais em defesa dos direitos das mulheres.

O momento foi oportuno para que o movimento de mulheres demandasse, em troca de apoio, um órgão a nível federal no governo de Tancredo Neves, caso eleito presidente da República em 1985. Mesmo com seu falecimento antes de assumir o cargo, o vice que tomou posse, José Sarney, cumpriu com o compromisso firmado e criou o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Com status de ministério, o CNDM tinha orçamento próprio e conselheiras comprometidas com a transformação das leis vigentes, entre elas, a líder comunitária Benedita da Silva.

Lélia Gonzalez (1982) menciona a presença de ativistas negras no seminário da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) do Rio de Janeiro, em 1975, que criticavam as condições destinadas à mulher negra, como objeto de produção e de prazer e tratada de modo degradante, sujo e desrespeitoso. Assim como os movimentos de mulheres, os movimentos organizados de negros e negras cresceram nos anos 70, junto a ações populares, artísticas e acadêmicas.

Ao recuperar o histórico do movimento negro, Ângela Figueiredo (1995), menciona três fases marcadas pelo crescimento de organizações, periódicos e eventos nacionais, com destaque para:

- 1889 a 1937: formação de associações de ex-escravizados após a proclamação da República, surgimento da imprensa negra e da Frente Negra Brasileira (FNB) em São Paulo. A FNB foi a primeira organização de ativismo negro no país e teve filiais em seis estados para discutir o racismo, promover melhores condições de vida e união política, com ampla participação de mulheres. Tornou-se partido político em 1936, mas foi dissolvida pela ditadura do Estado Novo em 1937 (Da Silva, 2003);
- 1945 a 1964: aumento de negros em universidades, criação da União dos Homens de Cor (UHC) em Porto Alegre, que fornecia assistência social nas áreas de saúde e educação em onze estados, e do Teatro Experimental do Negro em 1944, no Rio de Janeiro, que valorizava o povo e a cultura negra com ações educacionais e dramatúrgicas e significativa presença feminina (Domingues, 2007);

- 1978 a 2000: criação do Movimento Negro Unificado (MNU), que conectou associações, com sede em São Paulo, em um instrumento de denúncia e luta da comunidade negra por justiça e contra as discriminações e condições desiguais de vida no Brasil (Gonzalez; Hasenbalg, 1982), atuando com pressões na Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988.

É depois da proclamação da Constituição Federal, no centenário da abolição, que acontece o I Encontro Nacional de Mulheres Negras (ENMN), em Valença (RJ), de 2 a 4 de dezembro de 1988. O evento marca a ascensão do chamado Feminismo Negro, mobilizado para suprir as demandas por debates e ações específicas das vivências de mulheres negras, defasadas tanto no movimento negro, predominantemente masculino, quanto no movimento feminista, predominantemente branco.

Com 450 ativistas de associações de 19 estados, já em atividade nos anos 70, o ENMN fortaleceu fóruns e organizações de mulheres negras ativistas em todo o país, atuantes até os dias de hoje, junto à crescente realização de eventos nacionais e internacionais focados nos recortes de gênero, raça e classe social, além de órgãos em ministérios e programas de políticas públicas em sintonia com o movimento negro em geral.

Sueli Carneiro (2003) reforça a necessidade do enfoque em experiências próprias das mulheres não-brancas em militâncias compatíveis com a diversidade feminina:

O atual movimento de mulheres negras, ao trazer para a cena política as contradições resultantes da articulação das variáveis de raça, classe e gênero, promove a síntese das bandeiras de luta historicamente levantadas pelos movimentos negros e de mulheres do país, enegrecendo de um lado, as reivindicações das mulheres, tornando-as assim mais representativas do conjunto das mulheres brasileiras, e, por outro lado, promovendo a feminização das propostas e reivindicações do movimento negro. (Carneiro, 2003, p. 3)

5.5.3 Negros no Congresso

Destaca-se, neste trabalho sobre a primeira mulher negra eleita para a Câmara dos Deputados, um pouco sobre a defesa dos direitos desta parcela da população. Das cartas enviadas pela sociedade para o Congresso Nacional, 1496 tinham como foco a questão negra.

No mesmo ano, na Convenção Nacional do Negro pela Constituinte – da qual participaram 63 entidades e grupos ligados ao movimento negro –, foi elaborado documento com reivindicações e contribuições do movimento negro para a nova Constituição do país. O documento continha 45 propostas concretas para serem

incluídas no texto constitucional e, entre elas, 6 tratavam de temas específicos sobre a condição do negro. Esse documento foi encaminhado oficialmente à Assembleia Nacional Constituinte na forma da Sugestão 02886. (Lacerda, 2018, p. 31)

Entre as reivindicações do movimento negro atendidas pela Constituição, estão:

- Classificação do racismo como crime inafiançável e imprescritível (Art. 5º, XLII);
- Reconhecimento das propriedades de remanescentes das comunidades quilombolas (ADC, Art. 68);
- Proteção das manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras e fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.” (Art. 215, § 1º, § 2º);
- Reconhecimento dos patrimônios culturais dos bens referentes à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira e tombamento dos documentos e sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.” (Art. 216, § 5º);
- Obrigatoriedade do ensino da História do Brasil com as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro.” (Art. 242, § 1º);
- Repúdio ao terrorismo e ao racismo nas relações internacionais;” (Art. 4º, VIII);

A deputada Benedita da Silva teve papel fundamental na defesa e na aprovação dessas propostas, além de ser a porta-voz das trabalhadoras domésticas na Constituinte, de modo a assegurar para a categoria 9 dos 34 direitos concedidos aos trabalhadores urbanos e rurais, estabelecidos no Art. 7º:

- Salário-mínimo;
- Irredutibilidade do salário;
- 13º salário;
- Repouso semanal remunerado;
- Férias anuais com adicional de pelo menos $\frac{1}{3}$ a mais que o salário normal;
- Licença-gestante de 120 dias;
- Licença-paternidade de 8 dias;
- Aviso prévio de demissão proporcional ao tempo de serviço;
- Aposentadoria e previdência social;

Benedita atuou como membro titular da Subcomissão dos Negros, População Indígena, Deficientes e Minorias, dentro da Comissão da Ordem Social; e suplente da Comissão da

Soberania e dos Direitos e Garantias Homem e Mulher, além de suplente da Mesa Diretora da ANC.

Em um de seus discursos na tribuna do Plenário e como marco da inédita representatividade de grupos sociais excluídos do poder, ela pronunciou: “Estou presente nesta Assembleia, pela primeira vez, na condição de mulher, de negra e de favelada”.

5.5.4 Lobby do Batom e Bancada Feminina

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), criado em 1985 e sediado no Ministério da Justiça, em Brasília (DF), mobilizou esforços para contribuir com a defesa dos direitos das mulheres na nova Constituição Federal.

Em novembro de 1985 o CNDM lançou a Campanha “Mulher e Constituinte”, cujo slogan “Constituinte Pra Valer Tem Que Ter Palavra De Mulher” acenava rumo à igualdade perante a Lei entre homens e mulheres. A meta da Campanha era percorrer o país promovendo espaços de debates com os movimentos de mulheres, a fim de constatar quais eram os problemas enfrentados por elas, para só então elaborar propostas que iriam ser levadas ao debate constitucional. (Amâncio, 2013, pg. 77)

As propostas resultantes dessa campanha geraram a “Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes”. O documento foi entregue em 26 março de 1987 ao presidente do Congresso Constituinte, o deputado Ulysses Guimarães. Nessa data, com a presença de mulheres da sociedade civil, as deputadas se pronunciaram sobre a carta em Plenário. A deputada Benedita da Silva discursou:

Neste momento, nós estamos realizando, dentro do propósito que temos de tentar sensibilizar aqueles que detêm uma parcela de poder e que podem contribuir conosco numa justiça. Neste momento, nós estamos pleiteando apenas que sejamos ouvidas, assistidas, e que conosco possam dividir aquilo que nós consideramos ser de fundamental importância para que tenhamos em conta de que existe justiça social. Estamos pedindo reconhecimento da cidadania de quem há séculos está lutando para que possam, verdadeiramente, reconhecer a contribuição que nós temos dado a esse país. E neste momento é importante e fundamental que os senhores constituintes, tenham em conta de que nós, e já tive a oportunidade nesta tribuna de dizer isso: somos as legítimas representantes daquelas que estão no anonimato hoje, mas que contribuíram consideravelmente para que os senhores pudessem aqui estar sentados, nessas cadeiras. [...] Esperamos, na Constituição, poder conter essa ansiedade, esse desejo, esse nosso grito. Nós estamos falando e gostaríamos de pedir: por favor, nos entendam nesse desejo enorme que temos de caminhar juntos.

Essa mobilização do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher junto à sociedade civil e com o apoio das 26 deputadas constituintes, passou a ser chamada pelos parlamentares e pela imprensa de *Lobby do Batom*. O nome, a princípio usado em tom pejorativo, mostra a forma como as mulheres eram estereotipadas à época, associadas à vaidade e à maquiagem.

O termo inglês “*lobby*”, está ligado ao pressuposto democrático da participação popular na política, mas pode ser interpretado de forma positiva e negativa. A palavra remete a cômodos de espera ou corredores de estabelecimentos, onde grupos de influência discutiam com ocupantes de cargos de tomadas de decisões públicas em prol de interesses particulares.

Porém, como resposta à ridicularização a elas atribuída, as mulheres ressignificaram e adotaram o apelido, ao se reconhecerem como um movimento de negociação e pressão política pela conquista de interesses frente ao Parlamento, independentemente de suas legendas partidárias. “*Lobby* é uma articulação política, organizada por um grupo que procura influenciar legisladores através de ações políticas diretas” (Amâncio, 2013, pg 79).

Em dissertação transformada em livro, a deputada constituinte Moema São Thiago (2023) traz relatos dessa mobilização:

Eleitas pelo voto direto, as deputadas Constituintes fizeram das reivindicações civis das mulheres sua luta dentro do Congresso Nacional. A ação da bancada feminina junto com as integrantes do CNDM rendeu o apelido jocoso, dado pela mídia, de “*Lobby do Batom*”. O que era para ser inicialmente uma piada, uma ironia, tornou-se uma marca registrada do grupo. As mulheres passaram a trabalhar de forma estratégica ao formar uma bancada feminina, algo inédito até então. (São Thiago, 2023, p. 57)

A importância das mulheres na Constituinte de 1987-1988 é um marco, já que, para a Assembleia de 1934, Carlota Pereira de Queiroz foi a única constituinte eleita. Para a de 1946, nenhuma mulher foi eleita, e apenas 15 mulheres tinham cumprido mandato na Câmara Federal.

Para o Senado, ainda não havia sido eleita uma mulher. “As constituintes eleitas em 1986 superaram o número total de mulheres que já passaram pelo Congresso Nacional com mandato próprio em toda a história da República” (Backes; Bithiah, 2008, p. 38). Inclusive, no Plenário da Câmara não havia nem banheiro feminino, que precisou ser reivindicado pela bancada feminina.

Moema São Thiago (2023) conta que as deputadas se uniram em um movimento político independente dentro da ANC e defendiam, por exemplo, a licença maternidade de 120 dias,

direito igualitário (entre gêneros) da posse da terra, igualdade de direitos trabalhistas e equiparação salarial entre homens e mulheres, além do combate à violência doméstica.

Entre as deputadas, cada uma apresentou uma média de 124 emendas ao longo dos trabalhos da Constituinte, com propostas que também abarcavam outras áreas além dos direitos das mulheres. “Mais de 80% das reivindicações feitas pelo movimento de mulheres na Carta foram aprovadas em virtude da atuação da bancada feminina”. (São Thiago, 2023, p. 61)

As conquistas, mencionadas em detalhe na Grande Reportagem Multimídia, consistem em garantias como:

- Igualdade de gênero: igualdade de direitos perante a lei (Art. 5º), proibição de diferenciação de salários para as mesmas funções (Art. 7º), garantias previdenciárias (Art. 202) e títulos de domínios de propriedades urbanas e rurais para homens e mulheres (Art. 183 e 189);
- Proteção à maternidade e à infância: licença-maternidade de 120 dias, licença-paternidade de 8 dias (Art. 7º), direito à amamentação no caso de presidiárias (Art. 5º), direito à creche (Art. 208), assistência à saúde materno-infantil e direitos iguais para filhos havidos ou não da relação do casamento ou por adoção (Art. 227);
- Família: união estável ou núcleo de um dos pais com descendentes consideradas entidades familiares, direitos iguais na sociedade conjugal e no planejamento familiar para homens e mulheres e criação de mecanismos estatais para coibir a violência no âmbito de suas relações (Art. 226).

Essas garantias da Constituição Federal de 1988, inovadoras para a legislação da época, serviram como base para a regulação e a ampliação de normas com direitos das mulheres ao longo dos anos seguintes, como nos segmentos da maternidade, trabalho, participação política e combate à violência de gênero.

Após dezenove meses de trabalho, a Assembleia Nacional Constituinte promulgou a nova Constituição Federal, no dia 5 de outubro de 1988, que rege o país até então.

A Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988 mostrou ser possível pensar o país e adotar medidas concretas a partir dos interesses e propostas de diferentes setores. A mobilização popular garantiu a inscrição de direitos fundamentais no novo texto. [...] Criticada, emendada, discutida, a Constituição Federal firmou-se como um parâmetro na luta política nacional, ora resgatada como conquistas a preservar, ora colocada como aspectos a superar. Sua promulgação estabeleceu as bases para a construção contínua e cotidiana de um projeto democrático para o país. (Backes; Bithiah, 2008, p. 179)

5.5.5 Secretaria Da Mulher

Mais de uma década depois, em 1999, a Bancada Feminina iniciou o aprimoramento de sua estrutura com eleições para coordenadora. Por conta de negociações de campanha com o candidato a presidente da Câmara, Michel Temer, as deputadas pediram por um órgão que fomentasse a participação política nos espaços de poder.

Em 2009, criou-se a Procuradoria Especial da Mulher da Câmara dos Deputados, a primeira unidade administrativa da casa voltada para a defesa dos direitos das mulheres. Aprovado em Plenário, o órgão era responsável por receber e encaminhar denúncias de violência e discriminação contra a mulher; fiscalizar programas do governo federal que visassem à promoção da igualdade de gênero; cooperar com organismos voltados à implementação de políticas para as mulheres; e promover pesquisas e estudos sobre violência e discriminação contra a mulher e seu déficit de representação na política, para divulgação pública e subsídio às Comissões da Câmara.

Marco Maia, presidente da Câmara em 2011 e 2012, garantiu que a coordenadora da Bancada Feminina, ou seja, a representante suprapartidária das deputadas, participasse da reunião do Colégio de Líderes.

O Colégio de Líderes é considerado um dos mais importantes espaços de poder dentro da Câmara dos(as) Deputados(as), uma vez que é lá que se realizam as definições da pauta da Casa e onde são montados os acordos para as votações. Observa-se aqui que é a Coordenadora da Bancada, e não a Procuradora da Mulher, que passa a ocupar esse espaço de poder, justamente por ser ela a responsável pela pauta legislativa de interesse das mulheres e também a representante das deputadas, enquanto a Procuradora da Mulher representa a instituição. (Rocha, 2015)

A exemplo da Câmara, o Senado Federal e outras casas legislativas estaduais e municipais também criaram procuradorias da mulher. Em 2013, o Plenário aprovou a criação da Secretaria da Mulher, estrutura que reuniria a Procuradoria da Mulher e a Coordenadoria dos Direitos da Mulher (nome dado à Bancada Feminina para evitar que outras bancadas quisessem a mesma formalização).

Enquanto a Procuradoria da Mulher concentrava ações institucionais, a coordenação da Bancada Feminina recebeu competências políticas, como participar da reunião de líderes com direito a voz e voto, fazer uso da palavra em Plenário pelo tempo de liderança e definir a pauta de proposições de interesse das mulheres e promover o trabalho das deputadas.

Por fim, em 2021, criou-se o Observatório da Mulher na Política, terceiro componente da Secretaria da Mulher. Seu objetivo é monitorar indicadores e centralizar estudos sobre a atuação política de mulheres em âmbito federal, estadual e municipal. Dessa forma, cada uma das três áreas da Secretaria é liderada por uma deputada e mais três deputadas adjuntas, todas eleitas pela Bancada Feminina.

No ano de 2023, em que a Constituição celebrou 35 anos e a Secretaria da Mulher completou 10 anos de existência, Benedita da Silva, primeira negra eleita para a Câmara dos Deputados e única negra entre as mulheres constituintes, foi eleita Coordenadora dos Direitos da Mulher, ou seja, líder da Bancada Feminina e, consequentemente, representante máxima das mulheres brasileiras na “casa do povo” do Poder Legislativo.

Por isso, esta pesquisa resulta na apresentação dessa história com enfoque em Benedita da Silva e demais testemunhas da sua contribuição na Constituição Federal de 1988 e ocupação do cargo de coordenadora na Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados para o biênio 2023-2024.

5.6 NOTÍCIA E REPORTAGEM: CARACTERÍSTICAS QUE MARCAM AS DIFERENÇAS

Para melhor compreensão do produto objeto deste memorial, é válido caracterizar o termo “reportagem” a partir da sua diferenciação da “notícia”, base do jornalismo no formato ou no conteúdo, como atividade que registra e comunica à sociedade fatos e acontecimentos atuais considerados relevantes para o público.

Para Thaís de Mendonça Jorge (2008), notícia é a transmissão da experiência, articulação que transporta o fato a quem não o presenciou, matéria-prima da produção jornalística. A autora comenta que o relato noticioso “condensa a informação atual, verdadeira naquele momento, carregada de interesse humano e capaz de despertar a atenção e a curiosidade do maior número de pessoas possível” (Jorge, 2008, p. 24).

Essa definição é resumida por Nilson Lage (2001), que traz a notícia como o relato de uma série de fatos a partir do fato mais importante, e este, de seu aspecto mais importante, a deixar claro que a definição de “importância” parte de conceitos subjetivos e abstratos do que é de interesse público, a partir de critérios de noticiabilidade analisados pelo jornalista.

O autor também comenta sobre a linguagem da notícia, que não tem foco no emissor ou no receptor da mensagem, mas sim no objeto registrado. Assim, têm-se o esforço da

neutralidade da narração em terceira pessoa, a evitar interpretações pessoais ou interações com o leitor, e o compromisso com a veracidade dos relatos, sem nada ocultar, exagerar ou distorcer (Lage, 2001).

Lage (2001) conclui, então, que a notícia se constitui de dois componentes básicos: a) uma organização relativamente estável, ou componente lógico (considerando a comunicação objetiva e imparcial dos fatos); e b) elementos escolhidos segundo critérios de valor essencialmente cambiáveis, que se organizam na notícia - o componente ideológico (valores-notícia analisados pelo jornalista).

Dessa forma, entende-se a notícia como o produto mais frequente do jornalismo diário e factual, dedicado a informar a sociedade, da forma mais ágil e direta possível, sobre acontecimentos atuais e relevantes. Com isso, introduz-se o conceito de reportagem, que surge a partir da notícia.

Thaís de Mendonça Jorge (2008) conta que os jornais brasileiros do início do século XX eram pouco noticiosos, com textos opinativos extensos ou folhetins (contos publicados em capítulos para alegrar os leitores), enquanto o jornalismo em outros países já trocava o caráter opinativo pelo informativo.

A autora diz que o precursor do gênero reportagem no Brasil foi o jornalista conhecido como João do Rio, que publicou na *Gazeta de Notícias*, em 1904, a série *As religiões do Rio*, a partir de técnicas de apuração não usuais para os veículos da época. Jorge (2008) afirma que o texto era cheio de detalhes, com diálogos e nomes verdadeiros dos entrevistados (personagens poucos comuns, como tatuadores, prostitutas e consumidores de ópio), e fez com que os críticos pensassem que a primeira grande reportagem publicada no Brasil fosse fantasia, imaginação.

Jorge (2008) comenta que a série de João do Rio nasceu com as características do gênero reportagem: humanização, que individualiza o fato social pelo uso de personagens; contexto social, por tratar de questões que inquietam a sociedade; e reconstrução histórica que, ao contrário da criação livre em cima dos fatos, de textos rebuscados e pouco densos em informações, aborda situações vivas e remissões históricas.

Assim, a notícia pode ser o ponto de partida da reportagem, e a reportagem pode ser uma notícia ampliada, resultante do trabalho de reportar determinados fatos com a pretensão de aprofundar o assunto e provocar o debate, assim como uma reportagem pode se originar de uma pauta criada especificamente para tal formato de texto.

A dissertação de mestrado em Comunicação de Ana Beatriz Magno (2006) se aprofunda na diferenciação da notícia e da reportagem e traz descrições interessantes. A autora destaca que notícia vem do latim *Notitia*, que significa conhecimento, e que o dicionário etimológico de Antonio Geraldo da Cunha ensina que *reportare*, também do latim, é narrar, recontar, transportar, como se coubesse à narrativa levar o ouvinte até o fato.

Notícia mora na superfície. Reportagem é mergulho. Notícia é seca, reportagem está impregnada com a umidade de perfumes e suores. Notícia é o olhar do repórter sobre o fato. Reportagem tem que explicar o fato, ir além dele. Notícia é urgente, rápida. Reportagem carece de tempo para apurá-la. Notícia não precisa de fotos. Reportagem casa com fotojornalismo. Notícia vem da fonte, pode ser captada através do telefone, da internet, da entrevista. A fonte preferencial da reportagem são os olhos e os ouvidos do repórter. (Magno, 2006, p. 21)

Tal definição dialoga com o conceito de Lage (2001), que considera como reportagem desde a simples complementação de uma notícia – uma expansão que situa o fato em suas relações mais óbvias com outros fatos antecedentes, consequentes ou correlatos – até o ensaio capaz de revelar, a partir da prática histórica, conteúdos de interesse permanente.

Para Edvaldo Pereira Lima (2004), esse aprofundamento que gera uma abordagem multiangular na reportagem é alcançado com a junção de cinco características:

- Contexto do fenômeno em questão;
- Antecedentes históricos do fato;
- Suporte especializado a partir de entrevistas com especialistas e testemunhas do assunto;
- Projeção do tema e possíveis consequências futuras;
- Perfil, com a humanização da reportagem.

Assim, compreendendo que a notícia trata de fatos pontuais e a reportagem parte disso para aprofundar um assunto, Magno (2006, p. 22) conclui: “Notícia informa. Reportagem forma.” [...] “Notícia é datada. Reportagem pode ser eterna”.

Em relação à forma de escrita da reportagem, entende-se que ela difere da objetividade e concisão das notícias factuais que se limitam a registrar um fato. Lage (1987) afirma que o estilo da reportagem é menos rígido do que o da notícia, podendo dispor as informações por ordem decrescente de importância ou narrar a história com uma linguagem mais livre, inclusive adotando técnicas literárias com abordagens mais humanas e que descrevam melhor a realidade.

Nesse caso, a imparcialidade é menos alcançável, já que a percepção de detalhes sobre os acontecimentos parte da subjetividade. Cabe ao jornalista a busca pelo relato o mais fiel possível ao que se entende como verdadeiro e o mais isento possível de manipulações de opinião.

De qualquer maneira, existe sempre alguma interpretação nas reportagens. O importante é que se respeitem os fatos, dos quais não se pode discordar, e se dê ao leitor, com humildade, o direito de avaliá-los segundo seu próprio repertório, seus valores.” (Lage, 1987, p.46)

Dessa maneira, com o propósito de registrar e descrever depoimentos e memórias de fatos históricos complexos, com profundidade e humanidade, entendemos a reportagem como melhor formato para a efetivação deste trabalho. No ambiente digital, buscamos um suporte para que pudesse ser acessada por diferentes audiências, alcançando pessoas e se tornando um referencial de apuração jornalística que agrega conteúdos multimidiáticos e hipertextualidade.

5.7 GRANDE REPORTAGEM MULTIMÍDIA

O meio de publicação escolhido para o trabalho jornalístico é um site autoral na internet, criado na plataforma *Readymag*, com páginas personalizadas para a reportagem escrita e linguagens complementares que contextualizam e enriquecem a narrativa, como divisões em capítulos e o uso de elementos multimídia para tornar a leitura mais imersiva e interativa. Assim, o produto é uma Grande Reportagem Multimídia, que tem características do webjornalismo e recursos da narrativa *longform*.

O *Readymag* consiste num ambiente de design digital gratuito com ferramentas de criação de páginas como sites, *blogs* e portfólios, a partir de modelos prévios ou de páginas em branco, como foi o caso deste trabalho. A plataforma é toda em inglês, mas tem comandos e mecanismos intuitivos, além de vídeos explicativos sobre como realizar processos básicos de adição de caixas de textos, imagens, vídeos e áudios, e mais complexos, como efeitos visuais. O *Readymag* permite a criação de até dez páginas horizontais, com rolamento vertical aparentemente ilimitado em cada uma, armazenamento amplo de conteúdos multimídia e publicação gratuita na *web*.

5.7.1 Multimidialidade

A multimídia pode ser definida, segundo Ramón Salaverría (2014), como a combinação de pelo menos dois tipos de linguagem na mesma mensagem, aspecto que não se limita ao jornalismo feito em ambiente digital. Unir diferentes recursos e formatos contribui para a transmissão de informações de forma multissensorial, aproveitando as possibilidades do veículo utilizado.

Em reportagens em áudio, mesmo que a única mídia usada seja o som, as diferentes expressões fala, música e efeitos tornam o jornalismo de rádio e de *podcasts* um produto multisonoro. Na reportagem audiovisual, a multimídia está presente pela combinação de sons, imagens estáticas e em movimento, além de palavras escritas, animações e iconografias.

Com a internet, multiplicaram-se as possibilidades para o crescimento da narrativa multimídia, numa plataforma capaz de combinar simultaneamente múltiplos formatos comunicativos como texto, fotografia, gráficos, iconografia, ilustrações estáticas, vídeo, animação digital, discurso oral, música e efeitos sonoros (Salaverría, 2014).

O autor também aponta orientações para a aplicação desses distintos discursos linguísticos no webjornalismo. É necessário haver:

- 1) Compatibilidade, a partir de elementos dispostos de modo viável, coerente e compreensível;
- 2) Complementaridade, abordando o mesmo assunto e com equilíbrio na quantidade de conteúdo publicado;
- 3) Ausência de redundância, com repetições apenas para manter a coesão da reportagem;
- 4) Hierarquização, com clareza sobre quais são os elementos protagonistas e complementares, apresentados com os devidos destaques e tempos de exposição;
- 5) Ponderação, por meio da quantidade suficiente de conteúdos e formatos utilizados, para transmitir a informação sem excessos e dentro das condições de acesso do público-focal, como interesse e tempo de consumo;
- 6) Adaptação, com ajustes do conteúdo ao suporte, aos aspectos do meio digital e ao dispositivo utilizado como veículo de publicação do trabalho.

5.7.2 Hipertextualidade

João Canavilhas (2014) aponta a origem de “texto” como “textum”, que significa tecido ou entrelaçamento:

Na Web, o texto aproxima-se deste último significado: mais do que um mero conjunto de palavras ou frases organizadas segundo um conjunto de regras preestabelecidas, o texto transforma-se numa tessitura informativa formada por um conjunto de blocos informativos ligados através de hiperligações (links), ou seja, num hipertexto. (Canavilhas, 2014, p.10)

Assim, as possibilidades de navegação a partir de cliques com o *mouse* do *desktop* ou toques na tela de *tablets* e celulares *touch screen* permitem o direcionamento do leitor para diferentes unidades de informações, sejam mídias ou páginas existentes na reportagem.

Os *links* podem servir para apresentar arquivos, explicar termos ou ampliar e aprofundar as informações disponíveis. Eles podem estar presentes no próprio texto, em palavras destacadas, em imagens ou em players de vídeos, assim como nas páginas do site, em menus e títulos de capítulos ou seções.

Com esse recurso exclusivo do meio digital, é possível conectar os elementos multimídia e permitir que o público desfrute de autonomia para percorrer os recursos da reportagem como desejar e com ela interagir.

5.7.3 Interatividade

O website em que é publicada a reportagem dispõe de mecanismos para que os leitores possam deslizar pela tela e pelo texto conforme o ritmo da leitura, clicar nos links disponíveis para se deslocar pelos capítulos e dar play em áudios e vídeos para consumir os conteúdos, por exemplo. “O hipertexto – com as suas estruturas e ligações semânticas – é a principal ferramenta para tecer possibilidades interativas de seleção, embora não a única” (Rost, 2014, p. 63).

Essas alternativas de manipulação e intervenção no ambiente digital consistem em formas de interatividade, explicada por Alejandro Rost (2014):

A interatividade implica uma certa transferência de poder do meio para os seus leitores. Poder, por um lado, quanto aos caminhos de navegação, recuperação e leitura que podem seguir entre os conteúdos que oferece. E, por outro lado, relativamente às opções para se expressar e/ou se comunicar com outros utilizadores/as. (Rost, 2014, p.61)

Dessa forma, a interatividade pode ser seletiva, ao possibilitar que o usuário controle o processo de recepção dos conteúdos e eleja o ritmo e a sequência das mensagens consumidas, de acordo com as opções de acesso disponíveis no site. Logo, o trabalho dá certo grau de autonomia a quem visita o site e consome a reportagem, a partir da gestão dos conteúdos disponibilizados.

5.7.4 Memória, ubiquidade e instantaneidade

A característica da memória no webjornalismo se dá por três pontos de vista: pelo aspecto inerente ao jornalismo em si, independente do meio de publicação, de consistir em um registro da realidade; por utilizar arquivos e informações do passado para a contextualização histórica; e, no caso da web, pelo salvamento do conteúdo em formato digital.

Marcos Palacios (2014) comenta sobre a diferenciação entre história e memória, de modo que a história é uma reconstrução da realidade, enquanto a memória é o registro dos fatos, a recordação viva dos acontecimentos. Apesar do compromisso com a verdade ser desafiado pela subjetividade e busca pela imparcialidade, o jornalismo objetiva ser o relato mais fidedigno possível do passado e do presente, de modo a tornar-se um “lugar de memória”:

Se a oposição entre História e Memória for aceita, percebe-se de imediato o duplo lugar ocupado pelo jornalismo, desde a Modernidade: espaço vivo de produção da atualidade, lugar de agendamento imediato, e igualmente lugar de testemunhos, produtor de repositórios de registros sistemáticos do cotidiano, para posterior apropriação e (re)construção histórica. [...] o jornalismo é memória em ato, memória enraizada no concreto, no espaço, na imagem, no objeto, atualidade singularizada, presente vivido e transformado em notícia que amanhã será passado relatado. (Palacios, 2014, p.97)

O autor também pontua que as memórias no jornalismo contribuem com o relato da realidade, mas sempre haverá conflitos de versões e não existe história definitiva, fechada e acabada dos fatos:

O jornal transforma-se também, para o olhar do historiador, em ‘lugar de memória’ e vai ocupar seu espaço passivo ao lado de tantos outros documentos, nas bibliotecas e hemerotecas, à espera do especialista que dali seletivamente recolha e organize marcas e indícios para – valendo-se dos valores e parâmetros acadêmicos e metodológicos vigentes – (re)(a)presentar o passado como História. Incorporada no relato histórico, a memória deixa de ser memória para ser provisória verdade: verdade histórica, que vai durar até a próxima apropriação, até a próxima interpretação. (Palacios, 2014, p.98)

De toda forma, utilizar da memória como recurso narrativo é um aspecto do jornalismo potencializado pela internet, que amplia as possibilidades de apresentação de arquivos do passado e de conteúdos produzidos na atualidade, como entrevistas, fotografias e infográficos. Com as ferramentas virtuais, é vantajoso complementar uma reportagem com documentos e fotos em alta qualidade, vídeos com entrevistas ou com cenas de lugares, objetos e fenômenos, infografias interativas com explicações aprofundadas e até animações ou conteúdos imersivos. Isso pode melhorar a experiência e o entendimento do público sobre o material acessado.

A memória – na medida em que funciona como um elemento de produção de contexto e adição de profundidade para o produto jornalístico – deve ser considerada uma das variáveis a ser observada e mensurada quando está em causa a avaliação de qualidade dos jornais digitais. (Palacios, 2014, p.110)

Um diferencial é o fato de que o meio físico tem espaço limitado para o conteúdo e é suscetível a perdas e danos por incidentes ou pela passagem do tempo. A grande reportagem em questão, por se localizar em um site virtual, possui ampla capacidade de armazenamento de dados, além de manter os conteúdos salvos de forma permanente.

Ademais, o trabalho em ambiente digital é público e acessível a qualquer momento, “eternizado” a não ser que seja desativado pela proprietária. “É altamente provável também que parte desses registros venha a sobreviver a seus produtores, da mesma forma que as marcas nas pedras ou pinturas nas cavernas sobreviveram aos produtores neolíticos que as criaram” (Palacios, 2014, p.101).

Essa “onipresença” do site na internet relaciona-se com a característica da ubiquidade, explicada por John V. Pavlik (2014):

O dicionário Merriam-Webster oferece esta definição: “presença em todo lugar ou em muitos lugares, sobretudo simultaneamente.” É significativo notar que esta definição inclui a noção de presença simultânea. No contexto da mídia, ubiquidade implica que qualquer um, em qualquer lugar, tem acesso potencial a uma rede de comunicação interativa em tempo real. (Pavlik, 2014, p.166)

Assim, o produto é ubíquo pois pode ser visualizado por qualquer pessoa com um dispositivo conectado à internet, em qualquer lugar. Além disso, diferentes usuários podem acessar o site ao mesmo tempo e sem interferências de outrem, pois cada indivíduo tem controle da reportagem em seu próprio dispositivo e pode percorrê-la como e por quanto tempo desejar.

Esse acesso via internet se dá praticamente de forma imediata, sem depender dos processos mecânicos de publicação e distribuição de outros tipos de veículos. O mesmo ocorre com possíveis alterações ou atualizações na página por parte da proprietária, que são salvas e publicadas em poucos segundos na plataforma. Com a velocidade das tecnologias digitais conectadas à internet, os usuários podem visitar o site instantaneamente pelo endereço: <https://readymag.website/u3781307119/5150994/>

5.7.5 Narrativa *longform*

Para Rodrigues (2018), a grande reportagem multimídia carrega características específicas do jornalismo offline (jornais e revistas impressas) para o ambiente online, como: a) período longo de apuração e produção da reportagem; b) narrativa longa e, conseqüentemente, tempo de leitura estendido; c) escolhas narrativas, desde a contextualização do tema, aprofundamento, imersão e humanização.

Devido ao tamanho e à profundidade do trabalho em questão, a reportagem se enquadra no estilo de narrativa *longform* (“forma longa”, em tradução literal).

Ainda que não se trate de um termo exclusivo do ambiente online e digital de informação e comunicação – *longform*, na língua inglesa, sempre foi um termo utilizado para definir o tratamento mais longo e aprofundado de um tema – o conceito foi revisitado na comunicação digital, especialmente no jornalismo online. Numa definição mais apurada, *longform* diz respeito a: “1) um nível mais aprofundado de relato, que vai além do padrão cotidiano da produção (jornalística) e 2) narrativas atraentes, frequentemente com elementos multimídia, que realçam o artigo” (FISCHER, 2013, online, tradução nossa). (Longhi, 2015, p.112)

“Para alguns autores, o termo *longform* diz respeito ao tamanho da narrativa, que pode ser desde 4.000 palavras (LONGHI, 2014), ou ainda variar entre uma matéria de revista e um livro (MEYER, 2012). Para Sharp (2013), a *longform* digital prospera misturando texto bem construído com visual elegante e recursos multimídia.” (Baccin, 2015, p. 94)

Longhi (2014) e Di Fátima (2023) analisam o histórico das reportagens on-line, adaptadas à internet junto à popularização de computadores *desktops* e ao surgimento e à proliferação de dispositivos digitais móveis como *notebooks*, *tablets* e *smartphones*, além das inovações tecnológicas e ampliação das possibilidades de ferramentas e recursos virtuais. Eles dividem o desenvolvimento das narrativas *longform* no jornalismo digital em fases:

- O início dos anos 2000: em que havia apenas a transposição de reportagens dos jornais impressos para os portais de notícias, com o uso de imagens estáticas complementares;
- O período de 2002 a 2011: com o aproveitamento do design de sites divididos em menus e com recursos como vídeos, áudios, infográficos e links para conectar páginas e informações;
- De 2012 até os dias atuais: com inovações tecnológicas na criação de páginas interativas na web, maior exploração das possibilidades de design, navegação, imersividade, multimídia e a publicação de reportagens planejadas especificamente para o meio digital.

Em relação aos padrões de leitura das páginas de reportagens virtuais e sites, Longhi (2015, p. 120) destaca dimensões verticais e horizontais. A narrativa verticalizada se dá a partir da barra de rolagem ou *scrolling* em uma única página contínua, e a narrativa horizontal é feita a partir de capítulos ou seções em diferentes páginas: “Tais direções de leitura, entretanto, em alguns casos, aparecem simultaneamente em grandes reportagens multimídia mais recentes, produzidas a partir de 2012”. Para melhor divisão do conteúdo e da experiência imersiva, o produto jornalístico deste memorial conta com ambas as dimensões, mesclando a navegação vertical com a horizontal.

Também é utilizado na Grande Reportagem Multimídia o design responsivo, que “diz respeito àqueles sites nos quais o desenho e a informação se adaptam ao suporte que o usuário está usando, seja um telefone celular, um computador, *tablet* ou televisão digital” (LONGHI, 2014, p. 911). Isso permite que a leitura do trabalho seja viável por diferentes meios e esteja devidamente enquadrada nas dimensões de cada tipo de tela e dispositivo, visando qualidade na experiência dos leitores.

Junto a isso, têm-se nas narrativas *longform* os seguintes aspectos apresentados por Baccin (2015):

- Quanto à dimensão: narrativa longa, período de produção estendido, exigência de longo tempo de leitura;
- Quanto aos recursos técnicos: design responsivo, predominância da verticalização/para-laxe, utilização do efeito “cortina”.
- Quanto aos elementos de qualidade: aprofundamento do tema, contextualização/memória, imersão, uso de base de dados, humanização da narrativa,

além das características já mencionadas de hipertextualidade, multimidialidade, interatividade, memória, ubiquidade e instantaneidade.

5.7.6 Projeto Gráfico

O layout foi criado sem modelos prévios, portanto, pensado e materializado a partir de uma página em branco. As 90 páginas de texto da parte escrita da reportagem se uniram a fotos, imagens de documentos, vídeos e áudios, além de hiperlinks e gráficos construídos pela plataforma *Canva*⁴. A página que dispõe o *longform* é dividida em nove capítulos, navegáveis na vertical pelo mecanismo de rolagem para baixo e alternados por meio de setas horizontais para a troca de páginas para a esquerda ou a direita, permitindo às audiências uma experiência e consumo das informações a partir de suas escolhas individuais:

1. A Vida na Favela;
2. Mulheres no Poder;
3. A Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes;
4. O Povo no Congresso Nacional;
5. Benedita com o movimento negro e as trabalhadoras domésticas;
6. O Lobby do Batom;
7. A Constituição Cidadã;
8. 35 anos depois, Benedita é líder da Bancada Feminina;
9. Bastidores⁵.

Considerando os conhecimentos limitados da autora sobre *webdesign*, o foco da página é evidenciar o conteúdo de forma simples e padronizada, em geral com fonte Inter tamanho 10 e alinhamento à esquerda em caixas de texto retangulares com as bordas arredondadas, utilizadas para separar os tópicos de cada página, iniciadas com imagens sangradas⁶ sobrepostas pelos títulos dos capítulos do *longform*. Essa fonte foi considerada compatível com a estética do trabalho, agradável à vista no ambiente digital e de um tamanho satisfatório, considerando a quantidade de texto em cada capítulo.

⁴ A plataforma *Canva* é um site gratuito de design digital e comunicação visual com amplas possibilidades de recursos para criações de produtos e edições de imagens.

⁵ Bastidores é também o nosso diário de bordo.

⁶ Imagem sangrada é quando ela não se enquadra em uma caixa de imagem, mas tem extensão alargada ocupando toda a tela ou suporte onde foi inserida a imagem.

As cores escolhidas para toda a reportagem são preto e branco, devido ao fato de que a maioria das imagens utilizadas são em preto e branco. Outras cores aparecem nas capas dos vídeos, nas fotos dos últimos dois capítulos e nos gráficos estatísticos sobre o Censo Demográfico de 2022, em que utilizamos verde, amarelo e azul da bandeira do Brasil nos dados sobre gênero e de diferentes cores de tons de pele nos dados sobre a autodeclaração racial da população e dos parlamentares.

A Grande Reportagem Multimídia é escrita com linguagem simples e objetiva a partir de contextualizações detalhadas, e se destina a um público diverso que pode abranger faixas etárias de jovens até idosos, sobretudo pessoas com interesses na política, em pautas como direitos humanos, feminismo, combate ao racismo, narrativas protagonizadas por mulheres negras e história do Brasil, com a condição de que se interessem por leituras longas e aprofundadas no meio digital.

Utilizar a plataforma do *Readymag* pela primeira vez foi um aprendizado e uma experiência surpreendente, ao considerar que, depois de alguns testes, o processo fluiu graças às ferramentas intuitivas e às amplas possibilidades de adição ilimitada de mídias às páginas do site, o que resultou num trabalho satisfatório, disponível em versões para *desktop*, *smartphone* e *tablet*.

6 DIÁRIO DE BORDO

Conforme mencionado anteriormente, a escolha deste tema e produto para meu⁷ Trabalho de Conclusão de Curso em Jornalismo se deu por minha experiência como estagiária na TV Câmara, canal oficial da Câmara dos Deputados, com sede no próprio Congresso Nacional. Como uma de minhas funções era apresentar bastidores de eventos da Casa ao vivo, cobri o dia de eleições da Secretaria da Mulher, em 10 de maio de 2023, e entrevistei a deputada Benedita da Silva, posteriormente eleita nova líder da Bancada Feminina.

Ao cursar a disciplina de pré-projeto, no segundo semestre de 2023, a professora pediu que definíssemos o tema no primeiro dia de aula e sugeriu que o assunto estivesse presente de alguma forma na minha rotina. Quando pensei no meu estágio e no que mais me interessava na Câmara dos Deputados, pensei instantaneamente na Bancada Feminina e conectei os fatos de ter coberto as eleições da Secretaria da Mulher, que completava dez anos de existência, e as

⁷ Tomo a liberdade de escrever este diário de bordo em primeira pessoa do singular.

comemorações dos 35 anos da Constituição Federal, em eventos que sempre mencionavam Benedita da Silva como única constituinte negra.

Minha cabeça automaticamente conectou esses pontos e tive a ideia de produzir o TCC exatamente como ele é hoje: uma reportagem que contasse a história de Benedita da Silva como primeira mulher negra eleita para a Câmara dos Deputados, suas contribuições para a Constituição Federal de 1988 e sua eleição, 35 anos depois, como representante das deputadas e das mulheres brasileiras.

Assim, visitei o gabinete de Benedita da Silva, no Anexo IV da Câmara dos Deputados, e perguntei sobre a possibilidade de marcar uma entrevista com ela para o meu trabalho, o que foi confirmado pelas assessoras presentes. Convidei a professora Dra. Fernanda Vasques Ferreira para ser minha orientadora e comecei a pesquisar.

Devido à greve no primeiro semestre de 2024 da UnB, dediquei-me a me aprofundar ao máximo sobre o assunto, fazer anotações e coletar dados de fontes documentais e midiáticas disponíveis na internet⁸ e na biblioteca da Câmara dos Deputados. São as principais:

- Podcast: *Jogo de Cartas*, original da *Deezer*, produzido pela Rádio Novelo em parceria com o Instituto *Update*, apresentado por Beatriz Della Costa e Victória Régia da Silva, 2023;

- Livros:

A voz do cidadão na Constituinte, da Edições Câmara, 2018;

A sociedade no Parlamento, da Edições Câmara, 2008;

BeneDita, de Maísa Mendonça e Medea Benjamin, 1997;

Feminismo no Brasil: Memórias de quem fez acontecer, de Jacqueline Pitanguy e Branca Moreira Alves;

O voto feminino no Brasil, da Edições Câmara, 2019;

Lugar de Negro, de Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg, 1982;

- Documentários:

Lobby do Batom, de Gabriela Gastal, 2022;

Mulheres: Uma Outra História, de Eunice Gutman, 1988;

Benedita da Silva, de Eunice Gutman, 1990;

Palavra de Mulher, da TV Senado, 2018;

⁸ Alguns dos principais links estão disponíveis aqui: podcast [Jogo de Cartas](#); documentários: [Lobby do Batom](#), [Mulheres: Uma Outra História](#), [Palavra de Mulher](#), [Benedita da Silva](#); sites [Portal da Constituição Cidadã](#), [Censo Demográfico2022, IBGE](#)

Esperei a greve acabar para retomar contato com minha orientadora e dar início às entrevistas audiovisuais, com roteiros bem definidos. Porém, o semestre voltou em 1º de julho de 2024, poucos dias antes dos trabalhos da Câmara serem interrompidos pelo recesso parlamentar, que só acabaria em agosto.

Para garantir as entrevistas, entrei em contato com a equipe de Benedita, mas fui surpreendida por sua chefe de gabinete, que disse que ela só estaria em Brasília na semana seguinte, mas não tinha horário livre, sugeriu que eu trocasse meu tema e parou de me responder no *WhatsApp*. Como eu já havia escrito todo o pré-projeto e feito grande parte da apuração, arrisquei solicitar por uma rápida entrevista pessoalmente.

Como era período de eleições municipais, só haveria votações na terça e quarta da semana seguinte. Eu tinha dois dias para conseguir as entrevistas. Pedi um microfone *bluetooth* emprestado de uma amiga, conectei ao meu celular e passei a terça-feira (09 de julho de 2024) inteira nas comissões da Câmara procurando por deputadas negras para coletar depoimentos. Mesmo estando na mesma sala que elas, conseguir parar para gravar era muito difícil, pois elas tinham que correr de um compromisso para outro. Passei manhã e tarde seguindo⁹ Daiana dos Santos (PCdoB-RS), Carol Dartora (PT-PR), Jack Rocha (PT-ES) e Silvia Cristina (PP-RO), que estavam presentes no dia, até conseguir registrar seus depoimentos.

Esperei até a noite por uma resposta do assessor da constituinte Lídice da Mata (PSB-BA), que disse que ela passou o dia ocupada e teve que entrar para a votação em Plenário, mas me deu uma dica: se eu entrasse lá, conseguiria abordá-la diretamente. Lembrei, então, que havia um elevador saindo do corredor da TV Câmara que dava direto no Plenário Ulysses Guimarães.

Apenas com meu crachá de estagiária, entrei e subi pelas escadas das galerias, na parte superior do Plenário, para procurar por Lídice da Mata. Avistei-a no meio de outras deputadas e desci para o centro da votação, andando entre o mar de deputados de terno que acompanhavam os pronunciamentos.

A Lídice acabava de discursar quando cutuquei seu ombro, expliquei quem eu era e que havia falado com seu assessor sobre realizar uma breve entrevista para o meu TCC. Sem questionar, ela me chamou para um canto das cadeiras e fizemos a gravação, em que fiz perguntas sobre sua trajetória política, sua participação na Assembleia Nacional Constituinte

⁹ Sentimento de fazer jornalismo e ser uma aspirante à jornalista.

junto ao *Lobby do Batom* e suas percepções sobre a Bancada Feminina atual, liderada por Benedita da Silva. Ela deu respostas completas com simpatia e agilidade, tirou uma foto comigo e voltou para a votação.

Na quarta-feira, cheguei à Câmara determinada a garantir minha entrevista com Benedita da Silva, já que era o último dia de trabalhos antes do recesso. Olhei seu perfil no *Instagram* e assisti a um vídeo postado havia poucos minutos, dela dando uma entrevista em seu gabinete. Mesmo com medo, andei até lá e abri devagar a porta, que dizia “Entre sem bater”.

Ao entrar, dei de cara com a chefe de gabinete que havia me ignorado no *WhatsApp*, e ela me olhava com um ar de hostilidade e de desconfiança. Perguntei se eu poderia aproveitar o momento para gravar cinco minutos de conversa com a Benedita para o meu TCC, e ela me cortou subindo o tom de voz: “Não! Não pode! Ela está dando entrevista para o *History Channel* e depois vamos correr para um evento do Ministério, com a Janja. Não tem um minuto livre”. Consenti, segurei o choro e meu desespero e voltei para a TV Câmara abalada.

Respirei fundo e pensei que, como minha relação com a chefe de gabinete estava comprometida, teria que tentar falar diretamente com Benedita, assim como fiz com Lídice da Mata. Para ocupar o tempo, decidi ir novamente ao Plenário, onde acontecia a votação da Reforma Tributária, tentar coletar mais depoimentos de deputadas atuais e, se eu desse sorte, em algum momento encontraria Benedita.

Como pretendia passar muito tempo lá dentro, precisava garantir que não seria barrada ou expulsa. Alguns momentos ao longo do estágio, para fazer vídeos para o *Instagram*, minha chefe me emprestava um crachá amarelo escrito “Plenário”, que dá acesso livre ao local. Ela, porém, estava de férias, mas eu sabia exatamente em que gaveta ela guardava esse crachá (e juro que, se ela estivesse lá, me emprestaria novamente para me ajudar nessa missão, o que ela fez, inclusive, ao voltar de férias, quando eu entrevistei a constituinte Moema São Thiago).

Me orgulhando disso ou não, peguei o crachá na gaveta e subi pelo elevador do Plenário, sentando numa cadeira ao fundo junto com alguns jornalistas e assessores. Observei ao redor por alguns minutos e meu coração parou: Benedita estava lá (acho que nem era verdade o tal evento de Ministério com a Janja). Eu não sabia por quanto tempo ela ficaria lá, então eu precisava ser rápida.

Olhei para ela de longe, tomei coragem e pensei: “Tem que ser agora”. Fui chegando perto aos poucos, esperando ela parecer livre, e me apresentei, muito nervosa: “Com licença, deputada. Me chamo Aline, faço Jornalismo na UnB e sou estagiária aqui da TV Câmara. Te

admiro muito e meu TCC é todo sobre a senhora. A única coisa que eu preciso é gravar algumas perguntinhas, por favor, e eu consigo finalizar o trabalho e me formar”.

Ela me olhou confusa e desconfiada, perguntou “Aqui?”, e eu disse que sim, era só ela se sentar que eu perguntava rapidinho e registrava suas respostas. Ela hesitou por alguns segundos mas, muito gentil, aceitou (se ela dissesse não eu provavelmente choraria e me ajoelharia para implorar na frente dela, mas não foi necessário). Ela até me ajudou a encaixar o microfone no celular, porque minhas mãos tremiam muito.

Ela se sentou, agachei perto dela, liguei a câmera e fiz perguntas sobre como sua origem e liderança comunitária na favela a levaram até a Assembleia Nacional Constituinte e sobre suas lembranças dos trabalhos junto ao *Lobby do Batom*. Ela respondeu, mas foi interrompida pela chegada do líder do PT na Câmara, José Guimarães. Como estávamos no meio da votação da Reforma Tributária, ela queria adicionar uma emenda à proposta.

Aguardei e ela retornou para responder sobre sua avaliação do momento atual, à frente da Bancada Feminina e da recém-criada Bancada Negra. Ela falou com mais dificuldade e disse que estava se desconcentrando com os discursos na tribuna. Eu agradei, pedi uma foto com ela, aproveitei para gravar um depoimento com a deputada indígena Célia Xakriabá (PSOL-MG) e voltei para a TV.

Assisti aos vídeos e pensei que consegui o que foi possível, dadas as circunstâncias. Algumas horas depois, entreguei minhas demandas do estágio e ouvi novamente suas respostas. Olhei para o monitor que mostrava o que acontecia no Plenário e ela ainda estava lá, no mesmo lugar, então arrisquei mais uma vez. Se ela não aceitasse, eu já tinha boas respostas.

Retornei ao Plenário, expliquei que eu me arrependeria caso não voltasse lá, e só faria mais duas perguntas. Ela disse que tinha que correr para receber uma prefeita na Secretaria da Mulher, mas que podíamos gravar no caminho. No elevador, expliquei que só estava nessa urgência porque a chefe de gabinete dela afirmou não haver horário na agenda, ao que ela respondeu, parecendo mais séria do que brincalhona: “Então ela me mata se souber que estamos fazendo isso”.

De toda forma, saímos do elevador, fomos para um canto vazio e fiz mais uma pergunta sobre suas experiências positivas e negativas na Constituinte e qual mensagem ela gostaria de deixar para mulheres como ela, no início da atividade política, inseguras com os desafios da carreira. Como senti que as respostas foram satisfatórias e que ela estava com pressa, agradei muito e deixei ela ir. Fiquei com receio das respostas não serem suficientes para o trabalho, mas

quando terminei de ler sua biografia e selecionei trechos de seus discursos, percebi que as gravações complementavam a reportagem que eu estava produzindo.

As outras entrevistas foram marcadas com mais facilidade, pois consegui o celular de Jacqueline Pitanguy por uma produtora da TV Câmara que a havia entrevistado, devido aos 35 anos da Constituinte, e conversei com ela por uma hora no *Zoom*, em 22 de julho, sobre a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e sua articulação com as deputadas constituintes em 1987-1988.

Aconteceu que, em 6 de agosto, a Faculdade de Comunicação divulgou os prazos para a entrega dos trabalhos de conclusão de curso, que deveriam estar finalizados até 22 de agosto. Eu ainda não tinha todas as entrevistas e nem começado a montar o site, então optei pelo adiamento da minha defesa para o semestre seguinte, que seria de 14 de outubro a 22 de fevereiro. Mesmo assim, continuei com a produção.

A ex-deputada Moema São Thiago havia comparecido a um evento da Secretaria da Mulher em 2023 e me oferecido seu contato, pois comentei com ela sobre meus planos para o TCC. Já estávamos tentando marcar pelo *WhatsApp* quando, por acaso, em 12 de agosto de 2024, encontrei com ela no corredor, a caminho do banheiro. Descobri que ela ainda trabalha de alguma forma no PDT e frequenta muito a Câmara.

Ela pediu para que eu a esperasse e que poderíamos fazer a entrevista enquanto tomávamos um café. Andamos pelo Salão Verde devagar, ela pediu que eu tirasse foto dela com todas as obras de arte do espaço e fomos à lanchonete para gravar a entrevista.

A última conversa foi com Iara Cordeiro, assessora da Secretaria da Mulher, que me ajudava em todas as coberturas de eventos do órgão por ser uma das mais antigas funcionárias de lá, e que trabalha de forma direta com Benedita na Coordenação dos Direitos da Mulher. Em 22 de agosto, gravamos a entrevista na própria redação da TV Câmara, na sala da diretora-geral, minha chefe Ginny Morais.

Com as entrevistas finalizadas, reassisti às entrevistas e transcrevi manualmente todas as falas no fim de agosto, e finalizei a reportagem durante os meses de setembro e outubro. Entre novembro e janeiro, com um recesso em dezembro, passei os textos e mídias para páginas em branco da plataforma *Readymag* que, aos poucos, tornaram-se os nove capítulos da Grande Reportagem Multimídia. Os vídeos foram editados por mim e publicados no *YouTube*, assim como os áudios foram regravados do podcast *Jogo de Cartas* e publicados no *SoundCloud*.

As fotos foram retiradas dos livros, sites e documentários pesquisados e os gráficos foram feitos por mim pela plataforma *Canva*. Por fim, este memorial foi atualizado e o site foi “reeditado” duas vezes para ser adaptável às telas de *smartphones* e *tablets*¹⁰, além dos computadores *desktop*. O material passou por duas revisões da minha orientadora com relação ao *layout*, apresentação, disponibilidade do conteúdo, entre outros detalhes.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a execução do trabalho foi próspera e alcançou os objetivos previstos ao conectar, por meio do webjornalismo, a história de vida de Benedita da Silva com sua atuação na Assembleia Nacional Constituinte e seu cargo atual de líder da Bancada Feminina. Realizar a pesquisa e publicar a Grande Reportagem Multimídia foi uma experiência pessoal, acadêmica e profissional enriquecedora, que gerou registros históricos de utilidade pública.

Este memorial e o *longform* desenvolvido contam a história de uma menina da favela do Chapéu-Mangueira, vítima da fome, das doenças, da miséria, do racismo e da violência, que se mobilizou junto à sua comunidade por condições dignas de vida. Essa menina se tornou mulher, mesmo com dificuldades expressivas, e ingressou na carreira política com esperanças de um Brasil melhor. Benedita fez história ao ser a primeira mulher negra a ocupar diversos cargos e trabalhar, junto às demais deputadas constituintes, por mudanças significativas na cidadania de grupos considerados minorias sociais, mas que compõem maiorias numéricas da população.

O produto criado conta de forma inédita o protagonismo de Bendita da Silva na capital do país durante o maior marco democrático do século, símbolo d ruptura com o regime militar autoritário e de definição de regras que regem o Brasil até hoje. Com relatos e memórias humanas, os documentos e mídias apresentados formam um registro atemporal sobre as contribuições da atual Coordenadora dos Direitos da Mulher da Câmara e representante das deputadas e brasileiras no Poder Legislativo.

Alcançar os resultados desejados foi uma conquista importante para a autora, tanto pela superação das dificuldades e imprevistos, como a urgência para gravar as deputadas, os empecilhos no contato com Benedita e a posterior estratégia improvisada para conseguir entrevistá-la, quanto pelas satisfação pessoal de criar, pela primeira vez, sozinha e do zero, com

¹⁰ Para que o Readymag possa ser responsivo, é preciso fazer ajustes manuais na plataforma, readaptando os formatos e posicionamentos dos textos e mídias em cada versão de suporte.

uma plataforma nunca utilizada, uma Grande Reportagem Multimídia fruto de muita apuração, em meio a acontecimentos desafiadores da vida particular.

Este trabalho gera muito orgulho e marca o encerramento de um ciclo de aprendizado e amadurecimento ao longo da graduação em Jornalismo na Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília. O estágio na TV Câmara foi fundamental para que as funções privilegiadas de presenciar eventos no Congresso Nacional e circular entre autoridades políticas gerassem o interesse pela história de Benedita da Silva. Pesquisar sobre o tema foi e conhecê-la melhor foi prazeroso, surpreendente, emocionante e inspirador, de modo que as lembranças criadas jamais serão esquecidas.

Espera-se que a Grande Reportagem Multimídia impacte o coração e a mente de quem a consumir, gerando reflexões sobre os aspectos que formaram esta nação, suas consequências e as conquistas de agentes comprometidas com a transformação social. Que este Trabalho de Conclusão de Curso contribua com a valorização e a eternização da história, pouco contada e até invisibilizada, de Benedita da Silva, líder negra e favelada. Uma lenda viva da militância das comunidades periféricas, do feminismo, do ativismo de trabalhadoras domésticas, do movimento negro, da política e da democracia brasileira.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAHÃO, João Vitor Schmutzler. “Bota-Abaixo” de Pereira Passos: Transformação Urbana como Artifício Civilizatório? *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, volume 62, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia: Porto, 2022.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *Feminismo no Brasil: Memórias de quem fez acontecer*. Bazar do Tempo, Rio de Janeiro: 2022

AMÂNCIO, Kerley Cristina Braz. “Lobby do Batom”: uma mobilização por direitos das mulheres. Uberlândia: 2013.

BACCIN, Alciane. A narrativa hipermídia longform no jornalismo contemporâneo. *ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO*, XIII, 2015.

BACKES, Ana Luiza; AZEVEDO, Débora Bithiah de. *A sociedade no parlamento: imagens da Assembleia Nacional Constituinte de 1987/1988*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2008.

CANAVILHAS, João (orgs). *Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença*. Covilhã: UBI, Livros LabCom, 2014.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Racismos contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano Editora, v. 49, 2003.

DA SILVA, Joselina. A União dos Homens de Cor: aspectos do movimento negro dos anos 40 e 50. Estudos Afro-Asiáticos, Ano 25, no 2, 2003.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo* – Revista do Departamento de História da UFF, v. 12, 2007.

DI FÁTIMA, B. (2023). Depois do frenesi: Uma historiografia do jornalismo *longform* na internet. *Revista FAMECOS*, 30(1), e41773.

FAULHABER, Lucas; AZEVEDO, Lena. SMH 2016: remoções no Rio de Janeiro olímpico. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.

FIGUEIREDO, Ângela. Perspectivas e contribuições das organizações de mulheres negras e feministas negras contra o racismo e o sexismo na sociedade brasileira. *Rev. Direito e Práx.*, Rio de Janeiro, Vol. 9, N. 2, 2018.

FISCHER, Mary Clare. *Longform*: means more than just a lot of words. *American Journalism Review*, Maryland, 17 dez. 2013

FREYRE, Gilberto. “Características gerais da colonização portuguesa do Brasil: formação de uma sociedade agrária, escravocrata e híbrida” In.: Casa Grande e Senzala. Rio de Janeiro, José Olympio, 1951.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de negro*. Marco Zero, Rio de Janeiro: 1982.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Ciências Sociais Hoje 2*, ANPOCS, Brasília, 1983

JORGE, Thaís de Mendonça. Manual do Foca: Guia de sobrevivência para jornalistas. São Paulo: Contexto, 2008

LACERDA, Ana Beatriz de Castro Carvalho et al. A voz do cidadão na constituinte - volume 1. Edições Câmara, Brasília: 2018.

LAGE, Nilson. Estrutura da notícia. São Paulo: Ática, 1987

LAGE, Nilson. Ideologia e Técnica da Notícia. 3. ed. Florianópolis: Insular, 2001.

LAGE, Nilson. A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro: Record, 2008

LA PLANTINE, F. “A pré-história da Antropologia: a descoberta das diferenças pelos viajantes do século XVI e a dupla resposta ideológica dada daquela época até nossos dias”. In.: Aprender Antropologia. São Paulo: Brasiliense, 2012.

LIMA, Edvaldo. Páginas Ampliadas. Tamboré: Manole, 2004

LONGHI, R. R., & Winkes, K. (2015). O lugar do *longform* no jornalismo online. Qualidade versus quantidade e algumas considerações sobre o consumo. *Brazilian Journalism Research*, 11(1), 110–127.

MAGNO, A. B. A agonia da reportagem: das grandes aventuras da imprensa brasileira à crise do mais fascinante dos gêneros jornalísticos: uma análise das matérias vencedoras do Prêmio Esso de Jornalismo. 2006. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

MARQUES, Teresa. O voto feminino no Brasil. Edições Câmara, Brasília, 2019.

MENDONÇA, Maisa; BENJAMIN, Medea. BeneDita. Rio de Janeiro: Mauad, 1997.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra, 1999.

PALACIOS, Marcos. Jornalismo online, informação e memória: apontamentos para debate. 2002

PRODANOV, Cleber; FREITAS, Ernani. Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. Universidade Feevale, Novo Hamburgo, 2013.

REIS, Sandra. Trajetória do Feminismo Negro no Brasil: movimentos e ações políticas. Universidade Federal da Bahia, 2001.

RITTER LONGHI, Raquel. O turning point da grande reportagem multimídia. Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia, v. 21, n. 3, 2014.

RODRIGUES, Fábio. Características que sustentam as reportagens *longform* na internet. Pós em Revista, v. 1, n. 1, p. 16-16, 2018

ROCHA, Candyce da Cruz. Institucionalização do tema de gênero na Câmara dos(as) Deputados(as): da Procuradoria Especial da Mulher à Secretaria da Mulher. Brasília: Câmara dos Deputados, Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento, 2015

SANTOS, G. A. Selvagens, exóticos, demoníacos: ideias e imagens sobre uma gente de cor preta. ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS (UCAM. IMPRESSO), Rio de Janeiro, v. 24, p. 275-289, 2002.

SÃO THIAGO, Moema. *Mulheres Constituintes. Atuação, legados e trajetórias*. Brasília: 2023.

TODOROV, Tzvetan. “Etnocentrismo” (pp. 21-31). In: *Nós e os Outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana 1*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

9 APÊNDICE

LÍDER NEGRA E FAVELADA:

a história de Benedita da Silva como primeira deputada federal negra, única negra constituinte e atual líder da Bancada Feminina da Câmara dos Deputados

Capítulo 1: A VIDA NA FAVELA

"Começo por dizer de onde vim. Eu morei 57 anos da minha vida na favela do Chapéu-Mangueira e aprendi a me organizar para lutar". Com essa fala, Benedita da Silva inicia a entrevista concedida para esta reportagem, gravada no fim de 2023 no Plenário da Câmara dos Deputados, no Congresso Nacional, em Brasília. Além do conteúdo dessa conversa, que também vai aparecer ao longo do texto e dos vídeos, a história contada neste capítulo tem como fonte a biografia de Benedita da Silva, publicada em 1997 e redigida por Maisa Mendonça e Medea Benjamim, da qual foram retirados trechos marcantes. Uma história de dor, resistência e coragem.

“Quero servir de inspiração para outras mulheres que não tiveram o privilégio de ter suas vidas contadas num livro. A minha vida é reproduzida na vida de várias beneditas, marias, terezas... que representam aquilo que sou: mulher, negra, da favela. Vivo num país com trinta milhões de miseráveis e altos índices de analfabetismo, com gente morando embaixo das pontes e em casas de papelão. Conheço essa história, sou parte dela.”

Infância

Benedita. Poderia ser Maria, Tereza... Mas Benedita tem origem no latim e significa abençoada, ou aquela que diz bem. No Brasil, evoca respeito e admiração. A família lhe chama de Dita, e os amigos, de Bené.

Seus pais trabalhavam em troca de comida em uma fazenda em Leopoldina, Minas Gerais. Sim, em condições análogas à escravidão. Em busca de uma vida melhor, fugiram para o Rio de Janeiro e conseguiram um barraco na favela Praia do Pinto, que ficava na Lagoa Rodrigo de Freitas.

Benedita nasceu em 11 de março de 1943, mas foi registrada em 26 de abril de 1942. É uma entre 15 irmãos, a segunda mais nova. Poucos meses depois, um incêndio criminoso e a remoção dos moradores os expulsaram de onde viviam, e foi nessa ocasião que foram para a favela do Chapéu-Mangueira, no Leme carioca.

O pai de criação de Benedita era José Tobias de Souza, que trabalhava como pedreiro e lavava carros. Devido a um caso de amor secreto, o pai biológico era João Modesto Elias, que conviveu com Benedita como um amigo da família. A mãe, Ovídia Maria da Conceição, tinha um terreiro de Umbanda, era parteira e lavadeira.

Em sua biografia, Benedita conta como sua infância foi acompanhada por duras condições de vida e pela necessidade de trabalhar, motivo pelo qual só estudou até o ensino primário:

“Trabalhei desde os 7 anos, vendendo bala, amendoim, limão, engraxando sapato, fazendo carreto na feira. Mas, bem antes disso, já ajudava em casa, carregando água e fazendo outros serviços. Mesmo quando trabalhava na rua, voltava para casa à noite. Foi muito importante para mim não ter perdido o vínculo com a minha família. Podíamos morar num barraco de papelão, mas aquele era nosso lar, eu tinha essa referência. O pior era quando a chuva caía: molhava a única peça de roupa que tinha, e a roupa acabava secando no corpo, porque só podia voltar para casa quando conseguia os primeiros centavos do dia.”

Ela também ajudava a mãe no terreiro e nos partos, e chegaram a lavar roupas para o ex-presidente Juscelino Kubitschek, fato que conta até hoje com emoção, por ter se tornado, anos depois, deputada constituinte junto a Márcia Kubitschek. Sim, a Benedita de que estamos falando é a parlamentar. E essa reportagem vai se debruçar sobre a história dela.

“Eu ia entregar roupas na casa dele e sua esposa, dona Sarah, me dava presentes, como roupas e brinquedos usados de sua filha Márcia. A minha primeira boneca eu ganhei num sorteio de objetos doados pela família Kubitschek. Nunca imaginei que ia chegar a ser deputada federal e encontrar a Márcia no Congresso Nacional: a filha do ex-presidente e a filha da ex-lavadeira”.

No livro ela conta que, para brincar, tinha que usar a criatividade: jogava bola de gude, subia em árvores, transformava caixotes de bacalhau em carrinhos de rolimã e apostava corrida com os meninos. Mas as responsabilidades dividiam o tempo e a infância: Benedita carregava cabos de vassoura nos ombros, com latas de água penduradas nas pontas.

A bisavó de Benedita, chamada Úrsula, e sua avó, Maria Rosa, foram trazidas ao Brasil como escravas em navios negreiros e foram libertas com a Lei Áurea de 13 de maio de 1888. A família comemorava a data da abolição com encontros e feijoada, em que elas contavam: “nem todos os nossos filhos estão conosco porque alguns foram vendidos e não sabemos para quem”.

“Elas nos encorajavam a continuar batalhando e diziam: ‘Negro tem que vencer!’. Mas não diziam isso com ódio, até porque chegaram a amamentar muitas crianças brancas”, narra Benedita na biografia.

Violências

Benedita também relata como vivenciou muito cedo a discriminação pela cor de sua pele:

“Em determinado momento, queria ser homem e branco. Desde criança, quando ia entregar a roupa que mamãe lavava, as pessoas diziam: ‘Não pode entrar, você tem que passar pela porta dos fundos’. Sempre me mostravam o lugar do pobre, do negro, do excluído. Isso me impediu de valorizar minha própria identidade”.

Benedita foi alfabetizada na escola Francisco Alves, em Botafogo. Ela só tinha um uniforme, usava sapatos emprestados e apertados e panos como roupa íntima. Ela conta que a maior vergonha de sua vida foi quando o pano desamarrou e caiu na frente dos seus colegas de turma.

Ela também diz que era tratada como “a patinha feia”, com preconceitos por ser grande e negra, além de puxarem suas tranças e a chamarem de “girafa” e “nega maluca”: “Ninguém queria me namorar. Era muito grande para a minha idade e tinha o cabelo ‘duro’. Por isso, sempre procurava esconder o cabelo com um lenço e assim não sofria tanta hostilidade”, lembra.

“Quando era criança, tinha um sonho de ser anjo na procissão da igreja e nunca pude, porque as freiras diziam que não existia anjo negro. A cor da minha pele estava associada à cor do mal, do pecado, de tudo que era feio. [...] Um dia, senti tanto conflito interno, que peguei uma tina onde minha mãe lavava roupa e tomei um banho de água com água sanitária para ver se clareava a minha pele.”

Junto a isso, Benedita convivia com a violência no trabalho e em casa. Ela conta que apanhava dos pais quando os contrariava, levando surras de bambu e tendo que ajoelhar em grãos de milho como punição. No trabalho, o assédio sexual era frequente, com homens agarrando as meninas e passando a mão em seus corpos. No livro, Benedita também revela ter sido estuprada aos sete anos, em sua própria cama:

“Esse foi outro segredo que guardei por muito tempo: fui uma menina violentada. Nunca contei isso a ninguém, nem mesmo a pessoas da família. Queria que mamãe descobrisse e inventei uma coceira para ir ao médico, mas ela não percebeu nada. Não tinha coragem de dizer que o Adão ia para minha cama mexer comigo.”

Adão foi um homem que recebeu abrigo da família de Benedita e dormia no mesmo cômodo que as crianças, onde violentava Benedita e a sobrinha dela, de 14 anos. A sobrinha engravidou de Adão e abortou escondida em casa, assistida por Benedita e seus irmãos. Esses foram apenas os primeiros momentos traumáticos de sua história, vividos quando ainda era uma criança. Sete anos. Essa era a idade.

Vidas perdidas

Desde cedo, a vida de Benedita foi marcada por mortes. Ela só conheceu oito dos seus 14 irmãos, pois seis ficaram doentes antes dela nascer. Com o tempo, três morreram de câncer. Quando ela tinha 15 anos, Dona Ovídia também adoeceu e partiu: “A minha mãe trabalhava demais, era uma mulher muito forte, com muita energia e eu tinha muito orgulho dela. Era uma mulher negra linda [...] A morte de mamãe, em 1957, representou um grande golpe na minha vida. Mantínhamos uma relação de mulher pra mulher. Sempre senti muita saudade dela”, lamenta na biografia.

Benedita se casou pela primeira vez aos 16 anos, com Nilton Aldano da Silva, apelidado de Mansinho, 10 anos mais velho. Foi com Mansinho que ela teve filhos, junto a perdas e complicações. Com 17 anos, deu à luz a Carlos Eduardo, que morreu oito dias depois do parto por uma infecção no cordão umbilical:

“Nasceu em casa e, quando o levei para o hospital, não tinha mais jeito. Se eu tivesse tido recursos, ele não teria morrido. Eu não tinha acesso a informação, senão teria ido para o hospital logo no primeiro dia. Sofri muito, olhando as roupinhas que havia conseguido com tanto sacrifício. Ele era um menino lindo.”

Em três meses, Benedita engravidou da filha Nilcea, que quase não nasceu na sala de parto devido à lotação do hospital. Mais três meses depois, engravidou novamente, teve hemorragias e, por não ter dinheiro para ir de ônibus ao pronto socorro e pela demora da ambulância, seu terceiro bebê nasceu prematuro e morreu. A perda dos irmãos, a perda dos filhos, a dor da filha, a dor da irmã e a dor da mãe inundam e rasgam uma Benedita.

Mas a dor não cessa. Ela vai além. É certa. Não tira folga. Benedita Ela não tinha condições para comprar sabão nem para lavar o sangue das roupas, muito menos para pagar um funeral: “Nós não tínhamos dinheiro para enterrá-lo com dignidade e eu sofri muito, vendo o meu filho ser enterrado como indigente”, recorda. E foi assim, mais um amor. A dor implacável. Quando ela tinha 20 anos, nasceu o filho Pedro Paulo, chamado de Leleco. Ele teve meningite com oito meses e ficou em coma por duas semanas. Sobreviveu, mas cresceu com problemas de aprendizagem devido à doença. Na última gravidez, Benedita abortou:

“Sempre tive problemas com a gravidez e acho que eram relacionados com a fome e com a miséria. Chegamos a comer restos de lata de lixo de restaurantes. É por isso que, quando fiquei grávida pela quinta vez, decidi fazer um aborto. Foi outra experiência dolorosa, da qual me arrependo profundamente. Eu me senti pressionada por pessoas que diziam que não deveria ter mais filhos porque era pobre. Havia colocado uma sonda com uma mulher que fazia abortos clandestinos, mas me arrependi assim que começaram as hemorragias. Ai, já era tarde.”

O marido Mansinho tinha problemas com alcoolismo e chegou a brigar e agredir Benedita e os filhos Nilcea e Leleco. Aos 22 anos de casamento, Mansinho foi internado após

ter uma série de Acidentes Vasculares Cerebrais (AVCs), paralisias de áreas do cérebro que deixam de receber sangue caso haja rompimento ou entupimento de artérias. Quando Benedita chegou ao hospital, ele tinha acabado de morrer. A vida não dava trégua. Parece que perder era um destino.

Depois de viúva, Benedita se casou pela segunda vez aos 41 anos, com o líder comunitário Agnaldo Bezerra dos Santos, chamado de Bola. Após cinco anos juntos, ele passou mal por conta de problemas cardíacos e morreu antes de chegar ao médico, em plena noite de Natal. Mais uma perda. Mais uma morte. Enquanto ela perdia, algo parecia morrer por dentro.

“Depois que o Bola morreu, perdi a vontade de me relacionar com qualquer homem e passei três anos sem namorar. Sinto muita saudade dos meus companheiros, cada um com seu jeito. Eles aparecem nos meus sonhos e tenho vontade de conversar com eles.”

Depois de viver a solidão da viuvez duas vezes, Benedita encontrou um amor que dura até hoje. Ela se apaixonou pelo ator baiano Antônio Luiz Sampaio, conhecido pelo nome do personagem Pitanga, que interpretou em um filme. Benedita tinha 50 anos e já estava na carreira política.

No livro, ela relata que, como eram figuras públicas, quiseram celebrar o casamento com uma festa grande, em 1993, com mais de 2 mil convidados: “As elites ficaram em pânico porque a festa ia ser no Jockey Clube. Mas só a Benedita poderia levar os convidados da favela para um clube daqueles. É preciso abrir esses espaços para que meus amigos do morro não entrem lá só para limpar. Eles são responsáveis também pela minha felicidade”.

Sobrevivência

Em seu livro, Benedita relata as condições de vida na favela em que viveu enquanto criava seus dois filhos:

“Teve época em que eu não tinha nada em casa; então usava quatro latas para apoiar umas tábuas, colocava jornal por cima e era ali que eu dormia.”

“Quando o estômago doía, a gente amarrava um pano bem apertado na barriga, para esperar o sono chegar”.

“O gato era um prato do povo pobre. Eu mesma comi gato várias vezes. Tem gosto de galinha. Era uma festa quando conseguíamos matar um gato gordo.”

Uma das formas que encontrou para ajudar em casa foi cuidar de outros lares, como trabalhadora doméstica. Ali, conheceu as injustiças da função. Ela ouvia que era parte da família e chegou a trabalhar dia e noite, só voltando para casa a cada 15 dias. Ela lembra que um dia, jantando à mesa, escutou dizerem: “Olha como ela sabe comer com elegância!”.

“Às vezes, os patrões diziam que haviam se esquecido de passar no banco e não me pagavam. Voltava para casa com um pedaço de pão duro para as crianças e fazia sopa de pão. Um dia, a patroa chegou em casa e me encontrou conversando com a minha irmã. Ela tinha ido me pedir ajuda, porque meu cunhado havia morrido. A patroa entrou na cozinha naquele momento e nem procurou saber o que tinha acontecido; foi logo dizendo: ‘Não gosto que fiquem de conversa!’. Naquele mesmo dia, limpei toda a casa, fui embora e nunca mais voltei.”

Ela também trabalhou limpando chão, como engraxate, vendedora ambulante, funcionária de uma fábrica de cintos e na parte burocrática do Departamento de Trânsito do Estado (Detran), com 33 anos. Até que estudou sozinha, com apostilas emprestadas, para conseguir diploma de segundo grau.

Aos 37, foi uma das primeiras colocadas para um curso de auxiliar de enfermagem e pôde trabalhar no hospital Miguel Couto. Com 40 anos de idade, entrou para a universidade junto à filha Nilcea, de 21, e se formou na Faculdade de Serviço Social do Rio de Janeiro *Regina Coeli*, no Lins, que é hoje a *Veiga de Almeida*, no Maracanã.

Crenças

Benedita ajudava no terreiro de Umbanda desde criança e, mesmo que não tenha seguido a religião, inspirou-se na dedicação da mãe em ajudar a comunidade e se envolveu com os trabalhos que a igreja Católica realizava na favela.

Mas ela lembra que perder filhos recém nascidos, ter um marido alcoólatra e viver na miséria fez com que ela ficasse sem esperança de um futuro melhor, chegando a pensar em tirar a própria vida.

Aos 26 anos, Benedita entrou para a igreja Protestante e voltou a se conectar com sua fé. Foi aí que parou de fumar, hábito que tinha desde menina, mas também de dançar, talento que exibiu como passista e a fez ser eleita até *Miss Samba* de Copacabana, em 1965.

Ela reforça a preocupação que tem, até hoje, de separar a religião de seus pensamentos progressistas, como considerar o aborto, a orientação sexual e o divórcio direitos individuais.

“A igreja Evangélica preencheu meu vazio espiritual, mas não meu lado político. A política social daquela igreja é muito fechada. Por isso, nunca deixei de trabalhar com outros segmentos religiosos. [...] Algumas igrejas condenam tudo e todos. [...] Não exploro a fé dos meus irmãos para ganhar apoio político, porque faço uma política transparente. Eles me apoiam porque já são progressistas, ou porque vêem em mim uma sinceridade espiritual, através da qual eu fiz uma opção política. [...] Considero Jesus Cristo revolucionário, mais do que qualquer proposta que partido de esquerda que já conheci. Ele sempre pregou contra a opressão, a tirania, a usura, a fome, não temeu os poderosos e exaltou os humildes.”

Líder da favela

O engajamento político de Benedita vem dos pais, que tinham consciência da desigualdade social em que viviam e falavam que a favela nasceu de quilombolas, ex-escravizados e pessoas vindas do campo sem condições financeiras para morar na cidade. “Só existem dois caminhos para vencer na vida: a educação e a política”, ensinavam à filha. A pobreza e as dificuldades sempre foram lentes para que Benedita olhasse o mundo, lentes de aumento, de grau, que a permitiram se dispor a servir ao bem comum.

“Comecei como a criança que ajudava os pais que trabalhavam como cabos eleitorais de políticos getulistas que frequentavam o terreiro de Umbanda de minha mãe. Na verdade, comecei bem antes. Lembro-me, pequena, organizando uma Folia de Reis da garotada, fazendo som em latas, batendo na porta das pessoas [...]. Lembro-me também das escolas de samba que ajudava a organizar, das latas furadas que saíamos batendo...”

Como aprendeu a ler e escrever com dez anos, aos 15, Benedita desenvolveu um projeto de alfabetização na favela, dando aulas para crianças, jovens e adultos. Debutou com a educação

compartilhada. Ela passou a ajudar na criação de comitês que, apoiados pela igreja Católica, mobilizavam recursos para obras na infraestrutura local, como escadarias, escola pública e posto de saúde.

Com o tempo, comitês do Rio de Janeiro criaram a Federação de Favelas, para intensificar as reivindicações frente à negligência do Estado. Desde jovem, Benedita contribuiu com mutirões em que até crianças ajudaram na instalação de luz elétrica, saneamento básico e de uma caixa d'água para a comunidade. Em 1978, aos 35 anos, ela virou presidente da Associação dos Moradores do Chapéu-Mangueira, que realizava também projetos culturais e esportivos para os moradores.

Na biografia ela conta que, com o regime militar, houve muitas invasões e demolições de barracos, proibições de eventos ou novas construções, além da vigilância e perseguição de líderes comunitários, inclusive dela e do marido Bola, que chegou a ser preso. Nessa época, o tráfico de drogas se intensificou nas favelas, junto a operações violentas da polícia e tiroteios que resultaram na morte de amigas e amigos de Benedita. Perdas. Dores. Uma Benedita cheia de marcas e arranhões. Cada um deles constituinte e constituidor dela, da filha, da mãe, da mulher, da cidadã.

Em entrevista concedida a esta reportagem, ela recorda: “As donas de casa todas se reuniam para pedir saneamento básico, porque nós não tínhamos nem água, nem luz, nada disso. Também queríamos uma boa escola pros nossos filhos, queríamos uma escola comunitária e uma escola que desse aos nossos filhos também a consciência do lugar onde eles moravam, que eles não se envergonhassem do lugar onde eles moravam. Começamos a fazer grupinhos de mulheres, festinhas para comprar alguma coisa que pudesse ajudar na comunidade. Depois de algum tempo, nós recebemos uma proposta: estava sendo criado um partido político”.

Criação do PT

Ainda na ditadura, organizações das favelas e sindicatos se mobilizaram para discutir a criação de uma nova sigla partidária. “Eu falei, ah, eu não quero não, não vou, essa coisa não vai funcionar, os políticos vêm e depois eles somem. Mas insistiram tanto comigo que eu acabei indo”, contou em entrevista a esta reportagem.

Incentivada pelo discurso de que era um projeto para ajudar a população mais pobre e em que mulheres teriam voz, Benedita acreditou na oportunidade de intensificar sua luta pelos direitos femininos, dos negros, das crianças e dos favelados.

Ela participou, então, da criação do Partido dos Trabalhadores (PT), quando conheceu Luís Inácio Lula da Silva, que também seria, um dia, deputado constituinte junto com ela. Benedita admite que se encantou pelo metalúrgico: “A diversidade interna do PT dependeu muito da sua audácia, ousadia e lucidez. [...] Tenho amor, carinho e respeito muito grandes por ele e sua família, uma coisa de irmã”, revela.

“E indo, eu recebi uma proposta de que eu pudesse sair candidata em 1982, a vereadora da cidade do Rio de Janeiro. E eu disse: ‘ah, eu não quero isso também não, quem vai votar em mim? Ninguém me conhece’. ‘Ah, Bené, você é uma líder’. ‘Na favela, todo mundo me conhece’. O que eu não sabia naquele momento é que bastava a favela me conhecer para que eu pudesse ser eleita. E foi o que aconteceu, a mulherada toda se reuniu e disse: ‘Vai ser você, Benedita’.”

Assim, ela foi convencida a se candidatar por indicação das mulheres dos movimentos das favelas. Mesmo com medo, aceitou o desafio. Aquela era a primeira eleição da qual o PT participava e a primeira eleição no Brasil desde o golpe militar de 1964.

“Quando as mulheres da favela que tinham ajudado na organização do partido me escolheram como sua candidata por me considerarem a mais esperta, senti fundo o orgulho que sempre tiveram de mim. Eu representava a mulher que estudava, que ia à luta, uma vitoriosa em quem elas se espelhavam e ajudavam. Nada teria conseguido sem a força dessas mulheres, que faziam empadinhas, festas, broa de milho, tudo para conseguir dinheiro para a minha campanha.”

Benedita conta que, com poucos recursos, levava um caixote para ruas e praças, subia nele e falava diretamente às donas de casa. Distribuía folhetos, ia de prédio em prédio e conversava com os porteiros. Assim, foi eleita como a primeira candidata favelada para a Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, com 17.778 votos em 1982.

Já com o slogan *Mulher, negra e favelada*, ela contou com o apoio de sua equipe em um gabinete diverso, formado por “pessoas brancas, negras, intelectuais e trabalhadoras”, inclusive

pela ativista Lélia Gonzalez, que era sua assessora. Em um mandato de 1983 a 1986, ela conheceu o ambiente político elitista e hostil:

“Houve muito folclore, paternalismo e machismo em relação à minha presença ali. Ouvi até mesmo comentários de pessoas que me chamavam de ‘neguinha do morro’ e insinuavam que deveria ‘voltar para o Mobral’. Havia buchichos, cochichos e até disputas sobre quem do meio iria sair primeiro com ‘a neguinha vereadora’ que, no pensamento de alguns, estava disponível.”

Mesmo com as pressões, Benedita exerceu o trabalho de representante das comunidades. Em entrevista, ela conta: “Comecei a falar daqueles mesmos problemas que nós tínhamos. Eu era a única do meu partido, então eu fiquei muito visada, todo mundo das comunidades queria e ia lá conversar comigo. Então eu comecei ali, a trabalhar a questão da doméstica, do saneamento, urbanização da favela e tudo mais. E a comunidade descia, ela me dava assistência, ela ia pras galerias. E ali nós fomos e ficamos”. Do luto, da dor e da luta, Benedita fez política.

Benedita fez projetos como a *Tribuna Popular*, para que membros da sociedade apresentassem reivindicações aos vereadores, propostas para a urbanização da cidade e até para regular o tamanho do chamado “quartinho da empregada” em apartamentos grandes, mas com pouco espaço para as trabalhadoras domésticas.

A voz do morro na Constituinte

A experiência como vereadora a encorajou a se candidatar a deputada federal pelo Rio de Janeiro, nas eleições de 1986:

“Mais uma vez, não acreditava que pudesse me eleger. Só tinha direito a trinta segundos do horário eleitoral gratuito. Também não tinha dinheiro para outros tipos de materiais, como cartazes e panfletos. A campanha foi feita na base do boca-a-boca e eu saía pelo estado visitando diversas comunidades. Só no final que alguns amigos e irmãos da igreja confeccionaram cartazes e panfletos, que acabaram na primeira rodada.”

Benedita não precisava de tempo de televisão e rádio. Benedita tinha o pé na história daquelas pessoas. Ela viveu a vida vivida. E por tudo isso, foi eleita como a primeira mulher negra a ocupar a Câmara dos Deputados do Congresso Nacional, com 27.460 votos, para exercer mandato de 1987 a 1990. O detalhe é que aquele não era um momento comum da política nacional. O país havia acabado de passar por 21 anos de um regime autoritário, com cerceamento de liberdades individuais, coletivas e políticas.

Como parte da redemocratização, decidiu-se que os deputados e senadores federais eleitos em 1986 ficariam responsáveis por elaborar o documento superior a todas as leis do Brasil, como um ato de ruptura com o governo militar. Foi assim que Benedita atuou como a única mulher negra da Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988 e ajudou a criar a Constituição Federal de 1988.

O documento, que rege o país até hoje e marca a saída da ditadura para a democracia, ficou conhecido como “Constituição Cidadã” devido à participação direta de diversos segmentos da sociedade civil durante o processo e à garantia de direitos fundamentais à população brasileira.

Se a Constituição serviu de base para muitos dos avanços nos direitos de minorias sociais sub-representadas nos espaços de poder, parte dessas conquistas são fruto do trabalho de Benedita da Silva, que assegurou a aprovação de propostas em defesa das mulheres, da população negra e indígena e das trabalhadoras domésticas e rurais na nova Carta Magna.

“Quando veio 1986, a gente já lutava por uma nova Constituição, livre e soberana. Então, estive na Constituinte defendendo as mesmas coisas: a juventude, a criança, o adolescente, a mulher, o negro, as trabalhadoras domésticas. E, a partir daí, eu fiz muitas leis para a Constituição brasileira. Principalmente na parte que diz respeito à parte de direitos da mulher, direitos do negro, tem lá as minhas digitais, porque trabalhamos muito”, enfatiza em entrevista.

Capítulo 2: MULHERES NO PODER

O período em que Benedita da Silva entrou para a Câmara dos Deputados é histórico não só pela eleição da primeira mulher negra e favelada para o Congresso Nacional ou pela criação da Constituição Cidadã, mas também pela aliança inédita de um grupo de mulheres por

igualdade de gênero na nova ordem jurídica do país - um Brasil que saía de um regime autoritário que perseguiu, torturou mulheres.

Benedita e as outras 25 deputadas eleitas em 1986 para a Assembleia Nacional Constituinte fizeram história ao formar o chamado Lobby do Batom, que consistiu na aliança entre as parlamentares, os movimentos sociais de brasileiras e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM).

Juntas, elas garantiram conquistas inéditas para a população feminina, formada pela maioria dos habitantes, porém excluída de espaços acadêmicos, locais de trabalho e, principalmente, cargos políticos. A atuação do CNDM em diálogo com as deputadas constituintes foi fundamental para a conquista das leis existentes hoje em proteção às mulheres como legítimas cidadãs.

Mulheres da favela e do asfalto

Para explicar essa história, esta reportagem nos leva de volta ao Rio de Janeiro, palco de mobilizações importantes por justiça e igualdade de direitos entre homens e mulheres. Os caminhos de Benedita, que trilhava carreira política ainda como líder comunitária da favela do Chapéu-Mangueira, um dia iriam se cruzar com os caminhos de grupos de mulheres do centro da cidade, que se organizavam pela participação feminina no governo do Brasil.

Uma das protagonistas desse movimento urbano foi a ativista e socióloga carioca Jacqueline Pitanguy, que participou das mobilizações de mulheres desde a ditadura militar até o período de funcionamento da Assembleia Nacional Constituinte, época em que ocupou o cargo de presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (1986 a 1989).

Este trabalho conta com as falas da socióloga em uma entrevista concedida para esta reportagem e nos relatos presentes em seu livro *Feminismo no Brasil: memórias de quem fez acontecer*.

Na obra, Jacqueline Pitanguy, junto à ativista e também integrante do CNDM Branca Moreira Alves, recapitula o histórico da luta das mulheres brasileiras, começando pela exigência de um direito básico da cidadania: votar e serem votadas como integrantes do poder público.

Esses esforços fazem parte da primeira fase do movimento feminista no país. Aqui, entende-se o feminismo como a mobilização por igualdade de direitos individuais e coletivos

entre homens e mulheres, inseridos em um sistema construído por discriminações de gênero institucionalizadas em governos e estruturas socioculturais.

Primeira fase: O caso brasileiro é influenciado pelas manifestações de sufragistas da Inglaterra (de 1860 a 1929) e dos Estados Unidos (de 1848 a 1919), que enfrentaram 70 anos de repressão por parte de homens no poder até conquistarem o voto universal.

Colonização: A privação de direitos já ocorria em relação aos estudos, pois apenas meninas de alta classe recebiam educação, ainda em casa, com aulas de alfabetização, religião e “prendas domésticas”;

Brasil Império Independente: A primeira Constituição do país, de 1824, concedia direito ao voto aos “cidadãos ativos”, pessoas livres, maiores de 25 anos e com determinado nível de renda, sem explicitar a inclusão ou não de mulheres;

A primeira lei educacional, assinada por Dom Pedro I em 15 de outubro de 1827, separou os conteúdos a serem repassados para meninos e meninas:

Art. 6º Os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática de língua nacional, e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil.

Art. 12º As Mestras, além do declarado no Art. 6º, com exclusão das noções de geometria e limitado a instrução de aritmética só as suas quatro operações, ensinarão também as prendas que servem à economia doméstica.

1808: Surgiram as primeiras faculdades do país, apenas para homens;

1835: Foi criada a primeira escola, apenas masculina, em Niterói (RJ);

1854: Meninas puderam frequentar colégios com currículos unificados (com lições extras de costura e bordado);

1881: Mulheres puderam cursar o Ensino Superior;

1887: Com a ambiguidade da Constituição, que não mencionava mulheres no direito ao voto, a dentista baiana Isabel de Souza Mattos (1861-1920) conseguiu alistamento pela Lei Saraiva (Decreto nº 3.029, de 9 de janeiro de 1881), que incluía como eleitores “os habilitados com diplomas científicos ou literários de qualquer faculdade, academia, escola ou instituto nacional ou estrangeiro, legalmente reconhecidos”.

Mas ao tentar votar nas eleições de 1890, ela não foi autorizada.

Fim da Monarquia: Josefina Azevedo (1851-1913) e outras sufragistas, publicam o jornal "A Família", em São Paulo e no Rio de Janeiro, em defesa do voto feminino e pelo direito à participação política durante os trabalhos da Assembleia Constituinte de 1890.

Brasil República: Mesmo com pressões das mulheres e com parlamentares favoráveis ao voto feminino, a Constituição de 1891 não mencionou mulheres na lista de cidadãos e eleitores nem na lista de inelegíveis. As mulheres não existiam. Existiam, mas eram ignoradas e invisibilizadas:

Art 70. São eleitores os cidadãos maiores de 21 anos que se alistarem na forma da lei. § 1º - Não podem alistar-se eleitores para as eleições federais ou para as dos Estados: 1º) os mendigos; 2º) os analfabetos; 3º) as praças de pré, excetuados os alunos das escolas militares de ensino superior; 4º) os religiosos de ordens monásticas, companhias, congregações ou comunidades de qualquer denominação, sujeitas a voto de obediência, regra ou estatuto que importe a renúncia da liberdade Individual. § 2º - São inelegíveis os cidadãos não alistáveis.

Da luta à conquista

Outras mulheres solicitaram alistamento eleitoral e tiveram os pedidos negados por juristas, que argumentavam sobre os riscos de abandono das suas “qualidades naturais” de cuidados domésticos e de proteção às famílias.

1910: A professora baiana Leolinda Daltro (1860-1935) teve o alistamento indeferido e fundou o Partido Republicano Feminino, no Rio de Janeiro, para defender o voto das mulheres em passeatas e encaminhamentos ao Poder Legislativo.

1919: A bióloga paulista Bertha Lutz (1894-1976), funcionária do Museu Nacional e segunda mulher admitida em concurso público federal por meio de concurso, fundou a Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher, no Rio de Janeiro.

1922: Com a engenheira Carmem Portinho (1903-2001) e outras mulheres da elite, a Liga passou a se chamar Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e realizou o Primeiro Congresso Internacional Feminista, para exigir a participação das mulheres na política e trazer o assunto a público com notícias na imprensa.

Mesmo que alguns parlamentares apoiados pelas sufragistas apresentassem projetos de lei pelo voto feminino, nenhuma tentativa havia prosperado. Mas em 1927 que o governo do Rio Grande do Norte permitiu que mulheres participassem das eleições.

Lei Estadual nº 660, 25 de outubro de 1927, Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte: "Poderão votar e ser votados, sem distinção de sexos, todos os cidadãos que reunirem as condições exigidas por esta lei."

1927: A professora Celina Guimarães Viana (1890-1972), de Mossoró (RN), foi a primeira mulher a votar oficialmente no país.

1928: Alzira Solano (1897-1963), de 32 anos, foi eleita a primeira prefeita do Brasil, no município de Lajes (RN), pelo Partido Republicano, com 60% dos votos.

Nos demais estados brasileiros, mulheres continuaram protestando, publicando revistas e jornais e solicitando alistamento eleitoral, pelo direito de votar e se candidatar.

Os juízes negavam esses pedidos, com a alegação de que o termo “cidadãos” na Constituição de 1891 restringia-se somente aos homens.

1930: A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e outras entidades sufragistas convenceram o presidente Getúlio Vargas, que pretendia mudar as regras das eleições, a permitir a participação de mulheres na política.

Assim, o Código Eleitoral de 1932 decretou o eleitor como “o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo”, com voto obrigatório para homens e para mulheres com função remunerada.

1933: A médica Carlota Pereira de Queiroz (1892-1982) se tornou a primeira deputada federal no Brasil, eleita por São Paulo para a Assembleia Constituinte de 1933-34, enquanto Bertha Lutz foi eleita suplente do Partido Autonomista, ambas reeleitas nas eleições seguintes.

1934: Entre as dez mulheres escolhidas para deputadas estaduais, a jornalista e professora Antonieta de Barros (1901-1952), filha de lavadeira e ex-escrava, é a primeira mulher negra a exercer um cargo legislativo, eleita por Santa Catarina.

Em 1965, o Código Eleitoral determinou que “o alistamento e o voto são obrigatórios para os brasileiros de um e outro sexo”.

Logo, as exigências pelo acesso aos espaços de poder, a partir do sufrágio feminino, marcaram a primeira fase de ações por igualdades de direitos no Brasil. O voto universal foi

conquistado após 40 anos — desde a Constituição de 1891 — de reivindicações e de desigualdades no exercício da democracia.

Apesar disso, nota-se que o movimento era liderado por mulheres brancas, da elite, que tinham acesso à educação e aos homens brancos da política responsáveis pelas tomadas de decisão no país. Se as mulheres mal podiam votar, direitos básicos como independência na vida profissional, reprodutiva, materna, conjugal e financeira ainda lhes eram negados.

Em entrevista gravada em 1987 ao documentário *Mulheres - Uma outra história*, dirigido por Eunice Gutman, a sufragista Carmem Portinho, aos 98 anos, afirma:

“O feminismo no Brasil já começou há muito tempo. Lideradas por Bertha Lutz, nós fundamos a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. A nossa primeira intenção era obter o voto feminino. O nosso código eleitoral do Brasil falava ‘tem direito ao voto todo cidadão brasileiro’.

Ora, o machismo da época interpretou ‘cidadão brasileiro’ como ‘homem’. Então, só dava o voto ao homem, a mulher não podia votar. Eu não sei se é por isso que o presidente Sarney, hoje, quando se dirige aos cidadãos brasileiros, ele faz questão de dizer ‘brasileiras e brasileiros’. Assim fica muito claro que ele está se dirigindo a todos nós. Getúlio Vargas, quando veio, na hora de criar, de modificar o novo Código Eleitoral, ele incluiu o voto feminino. Tínhamos feito uma campanha muito grande, e de uma hora pra outra conseguimos porque o Getúlio era um ditador, e ditador não precisava, para fazer o Código Eleitoral e dar o voto à mulher não precisava passar pelos senhores deputados, nem pelos senhores senadores que, na maior parte, eram contra.

O movimento feminista, naquela ocasião, era um movimento organizado. Tinha filiais em quase todos os estados do Brasil. A Nathercia Silveira, por exemplo, veio do Rio Grande do Sul, falava na porta do Palácio Tiradentes, ela falava muito bem, esbravejava. Até que um dia o marido proibiu ela de trabalhar. Isso é uma vergonha, mas depois ela ganhou como boa advogada que era, foi lá. Mas foi proibida de trabalhar. E isso por quê? Porque o homem tinha direito de escolher o domicílio da família, como também de proibir a mulher de ter sua independência econômica. Quer dizer, a escravidão diz que acabou dia 13 de maio? Não foi não, porque se a mulher não tinha independência econômica, ela continua escrava do marido, a mulher casada.

Depois, começamos a trabalhar nos direitos civis da mulher, isso é que foi mágico. É preciso ter mais política feminina, porque sem representação no Parlamento nós não

conseguiremos grande coisa, não. E não é só isso. Por que que a mulher não se candidata a prefeita do Distrito Federal, do Rio de Janeiro ou de São Paulo? Tem que vir um Jânio Quadros?

Agora, a Constituinte e as associações femininas do Brasil se empenham muito nessa reivindicação dos direitos civis. Mas, elas ainda estão lutando por coisas pelas quais já lutávamos há 50 anos atrás. Se bem que eu noto uma coisa estranha. Dizem que as mulheres casadas têm os mesmos direitos, que o marido já é mais benevolente, que ele já viu que ela pode trabalhar, que ela pode escolher a sua casa e tudo. Mas por que que a mocidade hoje não se casa? Elas arranjam um companheiro e vai tudo muito bem. Alguma coisa deve andar por aí que eu não sei, mas alguma coisa deve andar por aí”.

Segunda fase

Nos anos 60, o contexto da Guerra Fria intensificou movimentos por direitos civis, por democracia e pela paz no mundo, gerando demandas por transformações políticas e sociais também no Brasil. O imperialismo norte-americano apoiou o golpe de Estado de 1964, que instaurou a ditadura militar no país.

Uma nova Constituição, criada pelo Poder Executivo em 1967, decretou eleições indiretas e recebeu 17 atos institucionais. Esses atos do governo não passavam pela consulta de outras autoridades nem podiam ser alterados ou negados, sendo, assim, normas com poderes extra-constitucionais que legitimavam as ações dos militares.

O auge do autoritarismo foi nos Anos de Chumbo (1968 a 1974) com o AI-5, que fechava o Congresso Nacional, suspendia reuniões de cunho político, censurava meios de comunicação e obras artísticas, suspendia o habeas corpus para os chamados ‘crimes políticos’ e autorizava intervenções em estados e municípios.

Junto ao espírito revolucionário contra a ditadura, surgiram na Europa, na América Latina e no Brasil grupos de mulheres que se reuniam para compartilhar problemas pessoais e debater as consequências do sistema patriarcal em suas vidas domésticas, familiares, profissionais e também sexuais. As iniciativas feministas do Rio de Janeiro repercutiram em impactos significativos nas décadas seguintes.

É importante lembrar que essas primeiras organizações eram formadas por jovens brancas da classe média, que nasceram com direito ao voto, condições de acesso ao ensino

superior e a empregos formais, além de serem a primeira geração com maior liberdade sexual devido à venda de pílulas anticoncepcionais a partir de 1962.

Jacqueline Pitanguy nasceu no Rio de Janeiro em 1946 e era socióloga e militante do movimento de mulheres. Na entrevista para esta reportagem, realizada de forma virtual pela plataforma Zoom, ela conta que, desde 1973, esses coletivos faziam encontros informais nas casas das participantes e definiam, aos poucos, as demandas das mulheres por mudanças:

“O Rio de Janeiro foi muito pioneiro a nível de movimento feminista, havia vários grupos que se chamavam ‘grupos de reflexão’. Um desses grupos era o grupo Ceres, ao qual eu pertencia”, narra Jacqueline. Com os “grupos de reflexão”, as exigências por igualdades de direitos entre homens e mulheres foram ampliadas e os problemas privados passaram a ser percebidos como questões coletivas.

Elas discutiam sobre injustiças na participação política, no mercado de trabalho e nas tarefas familiares, sobre violência doméstica e vida reprodutiva das mulheres, incluindo temas como aborto, contracepção e amparos a gestantes e a mães. É aí que começa a “segunda onda” do feminismo.

O pontapé no Brasil

Com o objetivo de conscientizar o mundo sobre as discriminações de gênero, a Organização das Nações Unidas (ONU) definiu 1975 como o Ano Internacional da Mulher e anunciou a I Conferência Mundial da Mulher, realizada no México com a participação de 133 países.

O governo do presidente general Ernesto Geisel enviou uma delegação de brasileiras (entre elas, a sufragista Bertha Lutz) comandadas pelo Palácio do Itamaraty, que participaram das duas semanas de debates sobre “a eliminação da discriminação da mulher e o seu avanço social”.

O evento resultou em um plano de ação internacional norteador para os anos seguintes, que previa a continuidade das discussões nos países participantes. Assim, a conferência serviu como estopim e estratégia para a realização de eventos oficiais pelos direitos das mulheres no Brasil. As ativistas organizaram, com o apoio da ONU, um seminário na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no Rio de Janeiro, de 30 de junho a 6 de julho de 1975.

A iniciativa inédita resultou em uma semana de palestras lotadas com acadêmicas, advogadas, psicólogas, escritoras, jornalistas e outras personalidades relevantes, com o tema Pesquisa sobre o papel e o comportamento da mulher brasileira, marcando a nova etapa do feminismo no Brasil como um movimento político organizado. As questões e demandas levantadas foram tantas que as participantes decidiram pela criação de espaços permanentes de estudo e ação.

O seminário da ABI resultou no surgimento de diversas instituições focadas na luta pelos direitos das mulheres, aliando as experiências dos “grupos de reflexão” à militância política. Jacqueline participou da primeira organização assumidamente feminista, o Centro da Mulher Brasileira, criada no Rio de Janeiro em 1976. Uma de suas contribuições foi analisar as discriminações de gênero existentes na legislação brasileira, a exemplo:

Código Civil de 1916: Livro I, do Direito de Família, Título I, do casamento:

Capítulo II: dos direitos e deveres do marido: Art. 233. O marido é o chefe da sociedade conjugal. Compete-lhe: I - a representação legal da família; II - a administração dos bens comuns e dos particulares da mulher, que ao marido competir administrar em virtude do regime matrimonial adotado, ou de pacto antenupcial; III - o direito de fixar e mudar o domicílio da família; IV - o direito de autorizar a profissão da mulher e a sua residência fora do teto conjugal; V - prover a manutenção da família, guardada a disposição do Art. 277 (A mulher é obrigada a contribuir para as despesas do casal com os rendimentos de seus bens, na proporção de seu valor, relativamente ao do marido, salvo estipulação em contrário no contrato antenupcial).

Capítulo III, dos direitos e deveres da mulher: Art. 242. A mulher não pode, sem autorização do marido: I - praticar os atos que este não poderia sem o consentimento da mulher; II - alienar ou gravar de ônus real, os imóveis de seu domínio particular, qualquer que seja o regime dos bens; III - alienar os seus direitos reais sobre imóveis de outrem; IV - aceitar ou repudiar herança ou legado. V - aceitar tutela, curatela ou outro munus público. VI - litigar em juízo civil ou comercial; VII - exercer a profissão; VIII - contrair obrigações, que possam importar em alheação de bens do casal.

Consolidação das Leis do Trabalho, de 1943: Art. 446 Presume-se autorizado o trabalho da mulher casada e do menor de 21 anos e maior de 18. Em caso de oposição conjugal

ou paterna, poderá a mulher ou o menor recorrer ao suprimento da autoridade judiciária competente.

Parágrafo único: Ao marido ou pai é facultado pleitear a rescisão do contrato de trabalho, quando a sua continuação for suscetível de acarretar ameaça aos vínculos da família, perigo manifesto às condições peculiares da mulher ou prejuízo de ordem física ou moral para o menor.

A organização também se reuniu com sindicatos, trabalhadoras domésticas e comunidades periféricas - inclusive na favela do Chapéu-Mangueira, onde vivia Benedita da Silva -, além de realizar eventos, passeatas, seminários, peças teatrais, publicações e manifestos com exigências de mudanças em leis e políticas públicas.

Em seu livro, Jacqueline comenta: “Naquele contexto opressivo da ditadura militar, em que a formação de coletivos, sindicatos, associações era cerceada, fica a pergunta: por que os militares não reprimiram o CMB? Nossa invisibilidade se deveu ao fato de que, provavelmente, não éramos consideradas importantes e nem ameaçadoras para o sistema. Aquilo era, apenas, ‘uma coisa de mulher’. Fomos salvas pelo patriarcalismo, que cegou os militares para o caráter revolucionário daquele espaço”.

Cresce o movimento

Jacqueline também registra que, com a perseguição a oponentes políticos da ditadura, muitas exiladas foram acolhidas pela França e fundaram o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris, influenciadas pelo feminismo que se intensificava na Europa.

Após pressões da sociedade, como do Movimento Feminino pela Anistia (criado em 1975 pela ex-presa política Therezinha Zerbini), essas mulheres retornaram ao país com a Lei da Anistia de 1979. Muitas delas se integraram ao Centro da Mulher Brasileira e criaram depois, com outras ativistas, o Coletivo de Mulheres do Rio de Janeiro, em 1981, e o Fórum Feminista, em 1985.

Também influenciadas pelo seminário da ABI, mulheres de outros estados organizaram eventos locais que resultaram, por exemplo, na criação do Centro Mineiro da Mulher em Belo Horizonte (MG), em 1975, do Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira em São Paulo

(SP), em 1976, e do jornal *Brasil Mulher* em Londrina (SP), que inaugurou a imprensa alternativa feminista, unindo a luta contra a ditadura e pela Anistia com as causas das mulheres.

Atentas às discriminações noticiadas na época, esses grupos também realizaram campanhas exigindo justiça. A primeira manifestação pública contra o assédio sexual no Brasil foi feita em 1979, pelo Centro da Mulher Brasileira com o Coletivo de Mulheres do Rio de Janeiro.

Outra ação, de slogan *Quem ama não mata*, foi lançada por feministas de Belo Horizonte em 1980 e adotada como protesto contra os sucessivos casos de mulheres assassinadas por seus maridos e companheiros, seguidos por julgamentos que inocentavam os criminosos e culpabilizavam as vítimas. Isso gerou a criação de locais de apoio a mulheres em situações de violência doméstica, como o Centro de Defesa da Mulher, em Belo Horizonte, e a OAB-Mulher, no Rio de Janeiro.

Ocorrências de meninas violentadas que engravidaram dos agressores provocaram, também nos anos 80, a campanha *Nosso corpo nos pertence* pelo direito à interrupção da gravidez. O aborto era permitido no Código Penal em casos de estupro ou de risco à vida da gestante, porém dificultado na prática por juízes e hospitais. Mais de 40 anos depois, essa ainda é uma realidade no Brasil.

Mesmo em conflito com igrejas e políticos conservadores, que as acusavam de tratar o aborto como método contraceptivo, as feministas defendiam a livre escolha pela interrupção da gravidez como recurso extremo, junto à ampla divulgação de informações sobre saúde sexual e ao atendimento médico seguro às vítimas de abuso.

Abertura democrática e esperança

Com o processo de redemocratização “lenta, gradual e segura” iniciado no mandato de Ernesto Geisel (1974 a 1979) e intensificado com João Figueiredo (1979 a 1985), as eleições diretas de 1982 permitiram a criação de novos partidos e deram posse a governadores contrários à ditadura: Leonel Brizola (PDT) no Rio de Janeiro, Franco Montoro (PMDB) em São Paulo e Tancredo Neves (PMDB) em Minas Gerais, além de outros sete estados.

Foi a oportunidade das mobilizações de mulheres para demandar órgãos no Poder Executivo. Elas conseguiram pressionar os governadores e criar, em 1983, o Conselho Estadual da Mulher, em Minas Gerais, e o Conselho da Condição Feminina, em São Paulo (responsável por fundar a primeira Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, em 1985). Ampliaram-se, então, os debates por um espaço de atuação em nível nacional.

Mesmo com o movimento das "Diretas Já!", que contou com intensas manifestações populares pelo voto direto para presidente da República, a emenda que instituía esse direito, chamada de Dante de Oliveira, não foi aprovada. As eleições seriam indiretas, por meio de um Colégio Eleitoral formado pelos integrantes do Congresso Nacional e delegados indicados pelas Assembleias Legislativas.

De forma estratégica, as organizações de mulheres se uniram e recorreram a Tancredo Neves, governador de Minas Gerais e candidato do MDB em oposição à ditadura. Em 9 de agosto de 1984, cerca de 40 ativistas, entre juristas, acadêmicas, artistas, parlamentares e demais integrantes do movimento, marcaram um encontro em Belo Horizonte com o futuro presidente. Em troca de apoio na campanha, elas reivindicaram um espaço no governo de Tancredo Neves caso eleito, que se comprometeu com as mulheres:

“Com Tancredo Neves, nós já havíamos, de uma certa forma, tido o compromisso dele de que, se eleito, criaria um órgão a nível de primeiro escalão voltado pra questão das mulheres. Minas já tinha um órgão estadual, então, quando o governador assume o compromisso, ele assume o compromisso diante de algo que já existia em seu estado”, recorda Jacqueline em entrevista a esta reportagem.

Tancredo venceu a eleição em 15 de janeiro de 1985 como o primeiro presidente civil pós-ditadura, mas foi internado na véspera da posse e morreu após dias no hospital, em 21 de abril. O vice, José Sarney, do partido apoiador da ditadura (Arena), assumiu a presidência.

Em busca de credibilidade, Sarney manteve as promessas feitas por Tancredo Neves, inclusive a instalação de um organismo de direitos da mulher: “Tudo isso tá acontecendo no bojo da redemocratização. Com o falecimento de Tancredo Neves, Sarney assume, naquele momento em que ele também tem uma certa fragilidade política, vários compromissos que haviam sido assumidos por Tancredo. Dentre eles, o da criação do CNDM”.

Assim, com o apoio das parlamentares em exercício na época, juristas do movimento das mulheres ajudaram a elaborar o projeto de lei que daria vida a um órgão inédito no Poder Executivo federal.

Nasce o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

Em 29 de agosto de 1985, o presidente José Sarney assinou a Lei nº 7353 e criou o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), instalado no Ministério da Justiça, ao lado do Palácio Itamaraty, em Brasília. Apesar do nome de “conselho”, o órgão funcionaria como uma secretaria especial ou ministério, pois tinha orçamento próprio, o Fundo Especial dos Direitos da Mulher, e um corpo técnico com autonomia administrativa para implementar programas.

O Conselho Deliberativo do CNDM seria formado por 20 mulheres indicadas pelo movimento: pessoas que tivessem “contribuído, de forma significativa, em prol dos direitos da mulher e designadas pelo Presidente da República, para mandato de 4 (quatro) anos”. Surgiu, assim, o CNDM, “com a finalidade de promover, em âmbito nacional, políticas que visem a eliminar a discriminação da mulher, assegurando-lhe condições de liberdade e de igualdade de direitos, bem como sua plena participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do País”.

A primeira presidente do CNDM foi a atriz e produtora cultural luso-brasileira Ruth Escobar (1935 - 2017), uma das ativistas que organizou o encontro das mulheres com Tancredo Neves. Em entrevista à Rede Globo na cerimônia de criação do órgão, ela já revelava planos sobre um dos principais focos de atuação do Conselho: "A Constituinte merece uma atenção especial, porque pela Constituinte vão passar realmente todas as questões que discriminam a mulher, desde a questão da legislação, a questão trabalhista, a própria questão de mudança da imagem da mulher, a questão cultural", afirmou.

Após seis meses, Ruth deixou o cargo para atuar como deputada estadual em São Paulo, pelo PMDB. Então, a nova escolhida para presidir o órgão foi Jacqueline Pitanguy, que tomou posse em 1986. Comprometidas com a mesma causa, as integrantes do conselho representavam setores diversos da sociedade. Uma das nomeadas foi Benedita da Silva, à época vereadora do Rio de Janeiro (RJ) pelo Partido dos Trabalhadores e militante do movimento negro e das favelas.

Junto à Benedita, havia pesquisadoras como Carmem Barroso, Ruth Cardoso, Hildete Pereira, Maria da Conceição Tavares e Lélia Gonzalez; advogadas, como Ana Maria Hattes, Comba Marques e Leila Linhares; da pedagogia, como Schuma Schumacher; membros de organizações feministas, como Maria Betânia Ávila; da cultura, como Marina Colasanti, Tizuka Yamazaki e Rose Marie Muraro; sindicalistas como Nair Goulart; da igreja Católica progressista, como Margarida Genevois e Marina Bandeira; do empresariado, como Maria Elvira Salles; e de lutas políticas e do exílio, como Sonia Germano, Nair Guedes e Ana Montenegro.

Logo começou a agenda institucional das mulheres, com ampla possibilidade de atuação. Para inserir a questão de gênero nas políticas públicas do governo, o CNDM criou comissões de trabalho, saúde, mulher rural, mulher negra, educação, cultura, creche e violência, que dialogavam com os ministérios e implementavam programas em território nacional.

As ações incluíram debates, publicações, festivais, campanhas, e intervenções, como a criação de secretarias estaduais; o diálogo com Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Deams) sobre violência doméstica e sexual; o envio de estudos a tribunais e o combate à tese da “legítima defesa da honra” em julgamentos de crimes “passionais”; e a exigência da inclusão do recorte de gênero nas estatísticas de órgãos de pesquisa oficiais.

“A atuação em consonância com as agendas dos movimentos feministas; o acesso a recursos e utilização eficiente de verbas orçamentárias; as ações transversais em programas conjuntos com outros ministérios; a interlocução estratégica com setores de Segurança e Justiça e o diálogo com instâncias de direitos das mulheres na ONU; ampliou a atuação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e sua legitimidade nacional e internacional”, contextualiza Jacqueline.

E continua: “Enquanto agia no poder público e junto à sociedade por meio de suas diversas comissões, o CNDM trabalhava em seu principal projeto: atuar pelas mulheres na Assembleia Nacional Constituinte.”

Capítulo 3: A CARTA DAS MULHERES BRASILEIRAS AOS CONSTITUINTES

As mobilizações por democracia e contra o regime militar, desde 1970, reivindicavam a elaboração de uma nova Constituição, a fim de substituir a 1967 que regiu o período ditatorial. Para isso, o presidente José Sarney apresentou uma Proposta de Emenda Constitucional

(Mensagem nº 330, de 28 de junho de 1985) que, aprovada pelo Congresso Nacional (EC nº 26, de 27 de novembro de 1985), convocou uma Assembleia Nacional Constituinte (ANC).

A assembleia é um órgão representativo e temporário que, quando convocado, é responsável por elaborar uma Constituição, também chamada de Carta Magna, ou seja, instrumento legal máximo que estabelece os limites formais para todas as leis de um Estado. Esse processo é um ato de rompimento com as normas anteriores, não mais legitimadas pelos habitantes do país, e de início de uma nova ordem jurídica.

O texto determinou que essa seria uma Constituinte congressional, ou seja, a ANC e o Congresso Nacional funcionariam de forma simultânea. Desse modo, os deputados federais e senadores escolhidos pelas eleições diretas de 1986 seriam responsáveis por elaborar e aprovar a sétima Constituição Federal do Brasil.

- 1ª - Constituição de 1824, imposta por D. Pedro I no Brasil Império;
- 2ª - Constituição de 1891, promulgada por Assembleia Constituinte no governo do marechal Deodoro da Fonseca, na Primeira República;
- 3ª - Constituição de 1934, promulgada por Assembleia Constituinte no governo de Getúlio Vargas, na Segunda República;
- 4ª - Constituição de 1937, imposta pelo regime ditatorial de Getúlio Vargas, o Estado Novo;
- 5ª - Constituição de 1946, promulgada por Assembleia Constituinte no governo do general Eurico Gaspar Dutra;
- 6ª - Constituição de 1967, encaminhada pelo Poder Executivo e aprovada pelo Congresso Nacional, no regime militar;
- 7ª - Constituição de 1988, promulgada por Assembleia Constituinte no governo de José Sarney, na redemocratização.

CNDM percorre o país

Durante as eleições, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, presidido por Jacqueline Pitanguy, mobilizou esforços para garantir a presença de mulheres na Assembleia Nacional Constituinte e a inclusão dos direitos pelos quais lutavam na futura Constituição.

Na televisão aberta e nas rádios, o CNDM lançou a campanha "Mulher e Constituinte", com os lemas "Constituinte pra valer tem que ter palavra de mulher" e "Constituinte sem mulher fica pela metade". O intuito foi incentivar que a população apoiasse candidaturas femininas ao Congresso Nacional, buscando representatividade e a defesa de direitos igualitários.

Durante um ano, as conselheiras viajaram por todos os estados do país e realizaram encontros em capitais e cidades com núcleos de ativistas, junto a associações e órgãos estaduais e municipais.

Elas levantavam discussões sobre a Assembleia Nacional Constituinte e pediam que as mulheres contribuíssem com ideias e reivindicações, enviando, pelo correio, suas sugestões de leis ao Conselho Nacional dos Direitos da Mulher em Brasília (DF).

"Nós levamos para todas as capitais, entrando em contato com os movimentos de mulheres locais, os legislativos locais, essa ideia de que iria se ter uma Constituinte, que era fundamental ter uma presença maior de mulheres na Constituinte e que era fundamental também que nós pudéssemos saber o que que as mulheres consideravam importante que constasse nesse novo projeto de Constituição", conta Jacqueline Pitanguy.

No CNDM, foram criadas a Comissão de Legislação e Comissão de Constituinte, que analisavam e separavam as correspondências por temas: "Nós passamos a receber no CNDM as principais propostas e demandas enviadas por carta. Naquela época, não existia internet, vinham cartas, vinham telegramas com propostas. E nós criamos no Conselho comissões com advogadas que separavam o joio do trigo, ou seja, o que tinha a ver com Constituinte, o que não tinha. Então foi realmente um movimento de base a partir de mulheres de todo o país", narra a ex-presidente.

A partir disso, o Conselho organizou, em agosto de 1986, o Encontro Nacional da Mulher e Constituinte, no Congresso Nacional, que contou com a presença de cerca de 2 mil mulheres e reuniu suas exigências em um só papel: a Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes.

"Nós tínhamos mulheres de todo o país, das várias organizações de mulheres, parlamentares, ministros, que participaram do encontro. Foi muito importante porque eu acho que mostrou ao governo em geral, nas suas diversas instâncias, que havia, no Brasil, um movimento forte, pujante, poderoso, de mulheres que, na sua diversidade, chegavam ao Congresso Nacional para aprovar uma carta que continha as suas demandas, as suas propostas pro Congresso Constituinte", diz Jacqueline.

Ela também comenta sobre a ocasião em seu livro: “Foi o coroamento de todo o processo de consulta, desde 1985, às bases organizadas dos movimentos autônomos, aos sindicatos, associações e partidos políticos. A Carta das Mulheres aos Constituintes, elaborada nesse histórico encontro, foi, portanto, um documento coletivamente redigido”.

E completa: “Me lembro como se fosse hoje desse grande encontro, de sua organização, da angústia de que tudo desse certo, de minha enorme responsabilidade como presidente do CNDM, de estar ali, naquele momento histórico, coordenando aquele evento. A aprovação da carta abriu uma nova página. Agora íamos lutar por incluir na Constituição uma plataforma de direitos construída pelas mulheres, para as mulheres”.

Deputadas federais eleitas

O Estado brasileiro é regido por três poderes: o Executivo, que executa as leis, o Judiciário, que fiscaliza o cumprimento das leis, e o Poder Legislativo, que cria as leis. A nível federal, este é formado pela Câmara dos Deputados (mandatos de 4 anos chamados de legislaturas), eleitos em número proporcional a cada estado, como representantes da população; e pelo Senado Federal (mandatos de oito anos), sendo 3 por estado, atuando como representantes das unidades federativas.

Em 15 de novembro de 1986, formou-se a Assembleia Nacional Constituinte: com 82 senadores (todos homens) e 512 deputados, sendo apenas 26 mulheres.

Participaram na Assembleia Nacional Constituinte de 1987, 594 Parlamentares constituintes, sendo 559 titulares e 35 suplentes, assim representados:

- 512 Deputados constituintes, sendo 487 eleitos no pleito de 15 de novembro de 1986 e 25 suplentes;
- 82 Senadores constituintes, sendo 49 eleitos no pleito de 15 de novembro de 1986, 23 eleitos em 1982, além de 10 suplentes.

A presença de uma mulher em uma Constituinte havia acontecido apenas em 1934, onde havia 19 mulheres entre os 1000 candidatos, e a única representante eleita foi a deputada Carlota Pereira de Queirós: médica, pedagoga e primeira mulher a votar e ser votada para o Congresso Nacional.

Além disso, em 1986 havia uma novidade. Estava ali Benedita da Silva, a primeira mulher negra eleita para o Congresso Nacional e única mulher negra da Assembleia Nacional Constituinte de 1987-88.

Bancada Feminina eleita para a 48ª Legislatura (1987-1991):

Abigail Feitosa (PCB/BA) Médica

Ana Maria Rattes (PMDB/RJ) Advogada

Benedita da Silva (PT/RJ) Auxiliar de enfermagem/ Serviço social

Bete Mendes (PMDB/SP) Atriz

Beth Azize (PSB/AM) Juíza/Jornalista

Cristina Tavares (PMDB/PE) Jornalista

Tutu Quadros (PSC/SP) Pesquisadora

Eunice Michiles (PFL/AM) Professora

Irma Passoni (PT/SP) Professora

Lídice da Mata (PCdoB/BA) Economista

Lúcia Braga (PFL/PB) Assistente Social

Lúcia Vânia (PMDB/GO) Jornalista

Márcia Kubitschek (PMDB/DF) Jornalista

Maria de Lourdes Abadia (PFL/DF) Professora

Maria Lúcia (PMDB/AC) Professora

Marluce Pinto (PTB/RR) Empresária

Moema São Thiago (PDT/CE) Advogada

Myriam Portella (PDS/PI) Advogada

Raquel Cândido (PMDB/RO) Técnica em saúde

Raquel Capiberibe (PMDB/AP) Professora

Rita Camata (PMDB/ES) Jornalista

Rita Furtado (PFL/RO) Jornalista

Rose de Freitas (PMDB/ES) Jornalista

Sadie Hauache (PFL/AM) Jornalista

Sandra Cavalcanti (PFL/RJ) Professora

Wilma Maia (PDS/RN) Professora

obs: A deputada Bete Mendes (PMDB-SP) abdicou do cargo para tomar posse como Secretária de Cultura em São Paulo, restando assim 25 deputadas federais.

O livro de Jacqueline Pitanguy também traz o registro de um momento marcante para Benedita, o qual ela conta até hoje com emoção, por lembrar-se de sua infância e de seu trabalho junto à mãe. Na Constituinte, “Benedita da Silva chega perto de Márcia Kubitschek e diz: ‘Márcia, você não está lembrando de mim? A minha mãe lavava roupa na sua casa.’ E Márcia disse: ‘Que bom que estamos hoje juntas na Constituinte’”.

Ao recordar o encontro, ela exclama: “Agora você vê, a filha da dona Ovídia, lavadeira, vê se eu não tinha como não me emocionar naquela Constituinte, vê se eu não tinha como não lembrar da minha mãe! Eu, a filha da lavadeira, que levava roupa na casa da filha do Juscelino Kubitschek, estava ali, no mesmo espaço da filha do ex-presidente do Brasil.”

A entrega da Carta das Mulheres

A Assembleia Nacional Constituinte teve início no dia 1º de fevereiro de 1987. O presidente eleito para a Câmara dos Deputados e a ANC foi o deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), político com destaque por desafiar a ditadura nas eleições indiretas de 1974 e se lançar como “anticandidato” a presidente da República pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição.

Esse foi um gesto simbólico, já que a vitória do general Ernesto Geisel, candidato do partido militar Arena, era garantida. Depois disso, Ulysses Guimarães foi um dos líderes do movimento das “Diretas Já” por eleições democráticas no Brasil.

Para oficializar a presença do movimento de mulheres na ANC, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher organizou, junto à sociedade civil e às deputadas federais eleitas, a cerimônia de entrega da Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes. Elas convocaram mulheres de todo o país para comparecerem ao Congresso Nacional em Brasília, além de entregarem cópias da Carta às Assembleias Legislativas de cada estado em 18 de março de 1986.

A entrega ao Congresso Nacional ocorreu em 26 de março de 1987, com a presença das conselheiras do CNDM, das ativistas do movimento de mulheres e das novas deputadas federais.

A sufragista Carmem Portinho, que participou dos esforços para a conquista do voto feminino no governo de Getúlio Vargas, entregou nas mãos de Ulysses Guimarães o documento com as mais de 70 demandas por direitos que seriam exigidos pela bancada feminina durante os trabalhos da Constituinte.

“Neste momento, no Salão Verde, se realiza esta manifestação das mulheres brasileiras, para a qual peço a atenção dos diversos companheiros. Que possam se dirigir ao Salão Verde para receberem a carta de reivindicação que nós mulheres buscaremos defender nesta Constituição”, anunciou a deputada Lídice da Mata (PCdoB-BA)

Houve então, no Plenário, uma sessão de pronunciamentos: “Eu quero saudar as mulheres que aqui vieram de todas as partes do Brasil. São bem-vindas e é uma presença que muito nos estimula, porque nunca ocorreu isso antes”, falou o deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP).

A deputada Benedita da Silva (PT-RJ) foi a terceira a discursar:

“ Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, minhas companheiras: Neste momento, nós estamos tentando sensibilizar aqueles que detêm uma parcela do poder e que podem contribuir conosco numa justiça. Neste momento, nós estamos pleiteando apenas que sejamos ouvidas, assistidas e que conosco possam dividir aquilo que nós consideramos ser de fundamental importância para que tenhamos em conta de que existe justiça social. Estamos pedindo o reconhecimento da cidadania, de quem há séculos está lutando para que possam verdadeiramente reconhecer a contribuição que nós temos dado a este País chamado grande País. E, neste momento, é importante e fundamental que os Srs. Constituintes tenham em conta que nós – e já tive oportunidade de, nesta tribuna, ter isto – somos as legítimas representantes naquelas que estão no anonimato hoje, mas que contribuíram consideravelmente para que os Senhores possam estar sentados nestas cadeiras. Queremos dizer que, neste momento, estamos entregando esta carta e compreendemos que ela não contém todos os nossos anseios e necessidades. Sabemos que a Constituição não será uma panaceia que irá resolver os conflitos hoje existentes em nosso País. Mas, esperamos que os Srs. Constituintes tenham a sensibilidade de entender que o conteúdo desta Carta representa o esforço comum de nós mulheres, donas de casa, filhas, companheiras de luta do dia-a-dia de cada um. Em 1932, tivemos uma presença

marcante de Carmem Portinho [...] que entregava a Carta das Mulheres, e cremos que de lá para cá nada mudou, hoje temos esta presença marcante em nossa Casa, temos também a Presidência do Conselho Nacional do Direito da Mulher, Jacqueline Pitanguy, temos as Deputadas Lúcia Arruda, Jandira Feghali e tantas outras que vieram de seus Estados para, mais uma vez, entregarem a cada um de nós, Constituintes, as cartas que esperamos, na Constituição de 1987, possam conter essa ansiedade, esse desejo, esse nosso grito. Estamos falando e gostaríamos de pedir, por favor, nos entendam nesse desejo enorme que temos de caminhar juntos! Muito obrigado.”

Os registros de Jacqueline também trazem um depoimento de Benedita sobre a união das mulheres na ANC:

“A gente chega com medo, é preciso que as pessoas saibam que a gente tem medo. Vindo das comunidades, do Chapéu Mangueira, fiquei um pouco assustada, a única mulher negra da Constituinte.

Mas, ao mesmo tempo, eu me senti muito protegida. Confesso que encontrei muita, muita força na bancada feminina, que foi muito coesa, muito companheira, até porque nós tínhamos uma bancada de militantes que vinha de muitas outras batalhas, além dos direitos das mulheres, como a das liberdades democráticas, a da luta para eleições diretas, batalhas que nós lutamos contra a ditadura.

O Conselho, na verdade, era nossa grande, vamos dizer assim, assessoria legislativa. O que nós fizemos foi uma coisa que surpreendeu também, porque eles acharam que nós, mulheres, iríamos brigar internamente, que não iríamos nos entender, mas nós nos entendemos, mesmo com mulheres mais da direita, estávamos ali, todas juntas.

A Constituinte trouxe para nós muitas experiências e exemplos. Eu tenho certeza que me tornei uma pessoa melhor. Me tornei uma pessoa melhor, dividindo com as outras que estavam na Assembleia.”

E Jacqueline reforça: “Apesar das diferenças políticas e ideológicas entre as constituintes, as conquistas do Conselho se viabilizaram com o apoio fundamental da bancada feminina. Foi um trabalho articulado, de parceria e cumplicidade. Diante de um poder político masculino e machista, elas se reconheceram como mulheres na luta pela igualdade de gênero”.

Capítulo 4: O POVO NO CONGRESSO NACIONAL

Ainda em 1985, José Sarney convocou a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, idealizada por Tancredo Neves e composta por 50 membros encarregados de escrever um conjunto de propostas que serviriam de referência para a nova Constituição. O grupo ficou conhecido por Comissão Afonso Arinos, nome do jurista que a presidiu.

O nome de Afonso Arinos também foi atribuído à lei apresentada por ele quando deputado federal, em 1951, que punia discriminações raciais pela primeira vez no Brasil. A lei penalizava, com prisão de até 3 meses ou multa, quem se negasse a empregar pessoas ou negasse acesso a estabelecimentos comerciais e de ensino por preconceitos de raça ou cor (Lei nº 1390/1951).

A Comissão Afonso Arinos redigiu as propostas em um ano, mas o presidente José Sarney não enviou o resultado do trabalho ao Congresso Nacional. Além de tentar evitar uma crise política, já que Ulysses Guimarães considerava o documento uma interferência do Poder Executivo na Assembleia, acredita-se que o presidente não encaminhou a proposta oficialmente por esta defender um modelo parlamentarista de governo.

Sem um texto-base, o Senado Federal realizou a campanha “Projeto Constituição: a Voz do Cidadão”. Ao longo de 1986 e no início de 1987, foram distribuídos 5 milhões de formulários pelas agências dos Correios de todos os municípios do país. Por meio deles, os brasileiros podiam enviar sugestões de propostas ao Congresso Nacional, em uma oportunidade inédita de contribuição no processo legislativo.

Os constituintes receberam 72.719 cartas-resposta dos cidadãos. Junto a isso, grupos da sociedade civil realizaram encontros, fóruns e seminários para lutarem por suas reivindicações na ANC.

Começam os trabalhos

Introdução do Regimento Interno: A Assembleia Nacional Constituinte representa momento decisivo da vigorosa luta do povo brasileiro pelo término do regime autoritário. A memorável campanha em prol das eleições diretas - "diretas-já" - e, mais tarde, as eleições dos Presidentes Tancredo Neves e José Sarney tornaram viável essa transição democrática.

A Emenda n- 26, de 27 de novembro de 1985, à Constituição em vigor representou um novo passo no caminho da democratização. Por ela o povo, detentor originário da soberania nos regimes democráticos, delegou aos Constituintes - Deputados e Senadores - poderes para elaborar, livre e soberanamente, a nova Constituição, que assegurará ao Brasil o autêntico Estado democrático de direito.

Nesta fase de transição institucional, os Constituintes - delegados do povo - têm o poder de sobrestar medidas que possam ameaçar os trabalhos e as decisões soberanas da Assembleia, no cumprimento da missão histórica que lhes foi conferida.

A urgência para que se complete a transição política com a promulgação da futura Constituição leva os Constituintes a darem prioridade à elaboração da nova Carta, que sepultará definitivamente a legislação antidemocrática do regime autoritário.

No início do funcionamento da Assembleia, foi eleita a Mesa Diretora, com presidente e vice-presidentes responsáveis por coordenar as atividades, definir as pautas de votações e conduzir as reuniões em Plenário; e secretários encarregados de administrar os documentos da Mesa e das sessões.

Membros da Mesa Diretora da Assembleia Nacional Constituinte:

Presidente: Ulysses Guimarães (PMDB – SP)

1o Vice-Presidente: Mauro Benevides (PMDB – CE)

2o Vice-Presidente: Jorge Arbage (PDS – PA)

1o Secretário: Marcelo Cordeiro (PMDB – BA)

2o Secretário: Mário Maia (PDT – AC)

3o Secretário: Arnaldo Faria de Sá (PTB – SP)

1ª Suplente de Secretários: Deputada Benedita da Silva (PT-RJ)

2º Suplente de Secretários: Deputado Luiz Soyer (PMDB-GO)

3º Suplente de Secretários: Deputado Sotero Cunha (PDC-RJ)

A presença inédita de alguém como Benedita naquele lugar também a impactava. O livro de Jacqueline Pitanguy traz um trecho de uma entrevista concedida por Benedita, sobre o dia em que pôde conduzir uma sessão do Plenário da Câmara dos Deputados e, mais uma vez, pensou em sua mãe:

“Um dia o Ulysses Guimarães falou: ‘Hoje quem vai presidir o trabalho vai ser a Benedita’. Um dia histórico. E eu ali sentada, dizendo: ‘Meu Deus, eu não acredito, eu não acredito’. Sabe o que eu tinha na minha frente? A minha mãe, a dona Ovídia, com um lencinho amarrado na cabeça, como era o dela, sabe? E eu, naquele momento, eu até me emociono, eu queria tanto que ela estivesse viva. Eu queria tanto, porque aquela mulher sofreu tanto, tanto, tanto, que ela merecia ver aquela filha dela ali. Sabe? Ela merecia. E ali, tirando um pouco da minha timidez, de chegar no meio daquelas pessoas e poder participar, eu senti um crescimento em mim.”

Aprovou-se, também, o Regimento Interno, com regras sobre o funcionamento dos trabalhos. O documento organizou a Assembleia em grupos, com o objetivo de distribuir os textos por assunto e agilizar os debates e as votações das propostas.

Os deputados e senadores se dividiram em oito comissões temáticas, com cerca de 63 membros titulares e 63 suplentes. Cada comissão foi segmentada em três subcomissões, com 45 membros titulares e 45 suplentes. Esses integrantes das 24 subcomissões eram indicados pelas lideranças partidárias, de forma proporcional ao número de cadeiras dos partidos no Parlamento.

Regimento Interno, Art. 15. As Comissões e Subcomissões são as seguintes:

1 - Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher:

- a) Subcomissão da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais;
- b) Subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e Garantias;
- c) Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais;

2 - Comissão da Organização do Estado:

- a) Subcomissão da União, Distrito Federal e Territórios;
- b) Subcomissão dos Estados;
- c) Subcomissão dos Municípios e Regiões;

3 - Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo:

- a) Subcomissão do Poder Legislativo;
- b) Subcomissão do Poder Executivo;
- c) Subcomissão do Poder Judiciário e do Ministério Público;

4 - Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições:

- a) Subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos;
- b) Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança;
- c) Subcomissão de Garantia da Constituição, Reformas e Emendas;

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças:

- a) Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição das Receitas;
- b) Subcomissão de Orçamento e Fiscalização Financeira;
- c) Subcomissão do Sistema Financeiro;

6 - Comissão da Ordem Econômica:

- a) Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do subsolo e da Atividade Econômica;
- b) Subcomissão da Questão Urbana e Transporte;
- c) Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária;

7 - Comissão da Ordem Social:

- a) Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos;
- b) Subcomissão de Saúde, Seguridade e do Meio Ambiente;
- c) Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias;

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação:

- a) Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes;
- b) Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação;
- c) Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso;

9 - Comissão de Sistematização.

Líderes dos partidos na ANC: PMDB: Mário Covas; PFL: José Lourenço; PDS: Amaral Netto; PDT: Brandão Monteiro; PTB: Gastone Righi; **PT: Luiz Inácio Lula da Silva;** PL: Adolfo Oliveira; PDC: Mauro Borges; PCB: Roberto Freire; PC do B: Haroldo Lima; PSB: Jamil Haddad; PMB: Antônio Farias.

Cada parlamentar poderia integrar duas comissões, uma como suplente e outra como titular. Além do seu cargo na Mesa Diretora, a deputada Benedita da Silva (PT-RJ) foi suplente da **Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher** e titular da

Comissão da Ordem Social, atuando na Subcomissão dos Negros, População Indígena, Deficientes e Minorias.

As subcomissões elegiam um presidente e dois vice-presidentes para coordenar as reuniões de análise das matérias, além de um relator para escrever os textos finais de cada proposta. Esses textos eram votados nas subcomissões e, em seguida, nas respectivas comissões temáticas.

Depois disso, todas as propostas aprovadas nas comissões temáticas seguiam para a Comissão de Sistematização, formada por 93 membros, incluindo todos os presidentes e relatores. Ali, eles analisavam cada texto e decidiam quais entrariam no Projeto de Constituição, que unificaria as matérias aprovadas até ali.

Regimento Interno, Art. 22. Ao receber o Projeto de Constituição, o Presidente da Assembleia ordenará a sua leitura e publicação no Diário da Assembleia Nacional Constituinte e em avulsos, para serem distribuídos às autoridades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e demais organizações da sociedade civil.

Por fim, o Projeto de Constituição seria analisado, debatido e votado pelos constituintes em Plenário, definindo, assim, a redação final da nova Carta Magna.

Construção democrática

O Congresso se organizou para divulgar informações sobre o andamento das atividades e resumos dos debates e das votações da Assembleia. Diariamente, os órgãos de comunicação registravam os conteúdos das reuniões e distribuíam, de forma gratuita, materiais à imprensa, ao poder público e aos cidadãos, por meio de noticiários na televisão, no rádio e na publicação impressa do “Jornal da Constituinte”.

O Regimento Interno garantiu a participação popular nos trabalhos ao determinar que as subcomissões realizassem audiências públicas, ou seja, reuniões com representantes da sociedade civil organizada para discutir os temas analisados.

Dessa maneira, membros de diversas categorias sociais e profissionais puderam falar aos Constituintes e ao público brasileiro. Para defender causas de interesse nacional, 974 cidadãos fizeram pronunciamentos nos microfones das comissões ou subcomissões temáticas.

Durante cada etapa, os deputados e senadores podiam apresentar emendas às propostas, ou seja, sugestões de mudanças nos textos. Os cidadãos também ganharam esse direito:

Regimento Interno, § 11. Às Assembleias Legislativas, Câmaras de Vereadores e aos tribunais, bem como às entidades representativas de segmentos da sociedade, fica facultada a apresentação de sugestões contendo matéria constitucional, que serão remetidas pelo Presidente da Assembleia às respectivas Comissões.

Segundo registros e relatos sobre a época, os corredores estavam sempre cheios de membros da sociedade civil, que frequentavam os gabinetes parlamentares e as comissões temáticas. Entre fevereiro de 1987 e julho de 1988, circularam no Congresso Nacional 5 milhões e 400 mil pessoas.

Além do espaço interno, havia manifestantes também nas ruas na frente do Congresso e nos atos públicos organizados pelo país, que reuniam estudantes, professores, economistas, profissionais de saúde, artistas, pessoas com deficiência, ambientalistas, empregadas domésticas, crianças, aposentados, indígenas, negros, cientistas, religiosos, donas de casa, policiais, prostitutas, jornalistas, homossexuais, empresários, juristas, atletas, servidores públicos, setores da indústria, proprietários e trabalhadores rurais, entre outros grupos.

Os cidadãos também puderam propor alterações no Projeto de Constituição por meio de “emendas populares”, ou seja, projetos escritos por grupos da sociedade organizada:

Regimento Interno, Art. 24. Fica assegurada, no prazo estabelecido no § 1o do artigo anterior, a apresentação de proposta de emenda ao Projeto de Constituição, desde que subscrita por 30.000 (trinta mil) ou mais eleitores brasileiros, em listas organizadas por, no mínimo, 3 (três) entidades associativas, legalmente constituídas, que se responsabilizarão pela idoneidade das assinaturas [...].

As emendas populares foram entregues no início de agosto de 1987, com um ato na frente do Congresso Nacional. Os grupos diversos protestavam por seus direitos gritando slogans e usando bandeiras, faixas, camisetas, cartazes e adesivos.

Ao todo, foram apresentadas 122 emendas populares, com 12 milhões de assinaturas. Na época, o país tinha por volta de 70 milhões de eleitores e, como cada pessoa podia assinar até três emendas, estima-se que cerca de 10% da população participou do processo.

Destas, 83 foram aceitas por cumprirem os requisitos regimentais. Assim, 83 representantes defenderam as emendas populares enviadas à Comissão de Sistematização por meio de discursos na tribuna do Plenário. As cadeiras da parte superior do espaço, chamada de galeria, eram ocupadas por ativistas de movimentos sociais e habitantes interessados nos debates.

Regimento Interno, Art. 40. Será permitido, a qualquer pessoa, assistir às sessões, das galerias, desde que esteja desarmada e guarde silêncio, vedada manifestação de aplauso ou de reprovação ao que se passar no recinto ou fora dele.

Após os sucessivos debates da Assembleia, as 83 emendas populares tiveram conteúdos incorporados à Constituição.

Capítulo 5: BENEDITA COM O MOVIMENTO NEGRO E AS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS

“Estou presente nesta Assembleia pela primeira vez, na condição de mulher, de negra e de favelada. Aprendi desde cedo as diferenças impostas a determinados setores: entre homem e mulher, negro e branco e índio, pobre e rico. Aprendi que na favela, miséria é miséria, mesmo colorida. Neste sentido, faço um apelo aos Srs. Constituintes.

Não sou aqui representante, pura e simplesmente, da mulher, do negro e do favelado, mas tenho uma proposta que se incorpora à do Partido dos Trabalhadores, no sentido de que nossa sociedade esteja atenta a esses segmentos que foram e continuaram discriminados. Hoje, sabemos perfeitamente que nossa presença aqui, a presença da mulher, não se resume a um "clube da Luluzinha", mas temos questões específicas a tratar que, dentro das generalidades, têm-se perdido. Se assim não fosse, hoje não estaria aqui levantando essas questões nem reivindicando nossos direitos.

Mas, se a Constituição não garantir direitos iguais com respeito às diferenças sociais, não teremos compromisso de fazer cumprir o que estabelecer a nossa Carta Magna. Por isso,

chamo a atenção dos Constituintes para o que estamos reivindicando, a fim de que, verdadeiramente, possamos garantir tranquilidade à sociedade.” - Benedita da Silva. (PT – RJ). Sessão de 19/2/1987

Em sua biografia, Benedita recorda o sentimento daquele dia:

“Estava muito nervosa quando participei da primeira sessão na Câmara dos Deputados, em fevereiro de 1987. Não tinha dormido na noite anterior, pensando que ninguém ia aceitar o meu discurso. Por isso, fiquei surpresa quando comecei a trabalhar em direção à tribuna e as pessoas me aplaudiram. O mais surpreendente foi o silêncio que se fez quando comecei a falar. Meu discurso continha denúncias fortes contra a discriminação de mulheres e negros”

Ela também reforça que ocupar um cargo político federal não significou o fim das discriminações em sua vida. Na entrevista para a reportagem, ela lembra: “O momento da nossa chegada foi para alguns muito folclórico, e cometeram práticas de discriminação, de preconceito. Eu, particularmente, passei momentos muitos difíceis, de escreverem no papel higiênico ‘macaca’, ‘vai pro fogão’, coisas como essas”.

A sua biografia também traz registros em que ela e sua família foram vítimas de racismo:

“Frequentemente, quando abria a porta da minha casa em Brasília, as pessoas pediam que eu chamasse a deputada Benedita da Silva. Um dia, abri a porta do meu apartamento para a secretária de uma deputada, e ela disse: ‘Avisa à sua patroa que estou esperando lá embaixo’. No início, os seguranças do Congresso me barraram, dizendo que aquele era o elevador ‘para os deputados’. E eu respondia: ‘Que coincidência, também sou deputada’. Eles ficavam sem graça e pediam desculpas.”

“O meu filho já foi espancado pela polícia porque o confundiram com outra pessoa. Os policiais não acreditaram que ele fosse meu filho. Não podiam imaginar que um negro fosse filho de uma deputada. Esse tipo de coisa acontece a toda hora. Uma vez, eu e o Bola estávamos vindo da Câmara num carro oficial e a polícia nos parou para pedir documentos porque éramos

dois negros num carro de chapa branca. Os policiais exigiram que saíssemos do carro com as mãos na cabeça.”

Movimento Negro Unificado

Uma das conselheiras do CNDM era Lélia Gonzalez, ativista, filósofa e antropóloga que foi amiga e assessora de Benedita da Silva em seu mandato como vereadora. Inicialmente, ela seria a autora da biografia de Benedita, mas faleceu antes que esse plano pudesse se concretizar, em 1994, aos 59 anos: "Mesmo depois da sua morte, a Lélia representa uma grande inspiração para mim. É por isso que quero dedicar o livro a ela", registra Benedita.

No livro *Lugar de Negro*, escrito com Carlos Hasenbalg, Lélia Gonzalez retoma iniciativas de organizações negras no Brasil, antes e durante a ditadura militar, contra as discriminações sofridas desde a abolição da escravidão e em denúncia às consequências socio-culturais dessas explorações. É importante reforçar que, desde a abolição em 1888, ocorre a nível nacional o surgimento da imprensa negra, de associações de ativistas e de eventos de combate ao racismo e em defesa dos direitos do povo negro, com a participação de homens e mulheres.

Lélia menciona a presença de ativistas no seminário da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) do Rio de Janeiro em 1975 que criticavam as condições destinadas à mulher negra, como “objeto de produção e de prazer” e tratada de modo “degradante, sujo e desrespeitoso”.

Assim como os movimentos de mulheres, os movimentos organizados de negros e negras cresceram nos anos 70, junto a ações populares, artísticas e acadêmicas. Os encontros e grupos de discussões se expandiram até a formação do Movimento Negro Unificado (MNU): “A sua criação efetiva, que se daria em junho de 1978 em São Paulo, resultou de um trabalho dos setores mais consequentes das entidades cariocas e paulistas, empenhadas numa luta política em comum”, escreve Lélia.

Por meio de uma convocação assinada por diversas associações, houve um ato público na escadaria do teatro Municipal de São Paulo em 7 de julho, em repúdio a violências como atos racistas e opressões policiais. Em carta aberta à população, o MNU dizia ser um novo instrumento de denúncia e luta da comunidade negra por justiça e contra as discriminações e condições desiguais de vida no Brasil.

A organização tinha membros em São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio Grande do Sul. Em 1978, definiram o 20 de novembro como Dia da Consciência Negra, em homenagem à morte do líder quilombola Zumbi dos Palmares. A data se opunha às comemorações governamentais de 13 de maio, referentes à abolição da escravidão em 1888 que libertou mais de 700 mil escravizados.

Em manifesto, afirmavam: “Nesse dia foi assinada uma lei que apenas ficou no papel, encobrindo uma situação de dominação sob a qual até hoje o negro se encontra: jogado nas favelas, cortiços, alagados e invasões, empurrado para a marginalidade, a prostituição, a mendigância, os presídios, o desemprego e o subemprego, tendo sobre si, ainda, o peso desumano da violência policial. Por isso, mantendo o espírito de luta dos quilombos, gritamos contra a situação de exploração a que estamos submetidos, lutando contra o racismo e toda e qualquer forma de opressão existente na sociedade brasileira, e pela mobilização e organização da comunidade, visando uma real emancipação política, econômica, social e cultural.”

Assim, o MNU participava de protestos e eventos nacionais e internacionais, com foco também nas mulheres: “Discutimos os problemas relativos à educação de nossas crianças, controle da natalidade [...] a situação da mulher negra enquanto empregada doméstica no quadro da reprodução do racismo (inclusive por parte de muitas militantes brancas do movimento de mulheres)”, pontua a autora.

Feminismo negro

É depois da proclamação da Constituição Federal, no centenário da abolição, que acontece o I Encontro Nacional de Mulheres Negras (ENMN), em Valença (RJ), de 2 a 4 de dezembro de 1988. O evento marca a ascensão do chamado Feminismo Negro, mobilizado para suprir as demandas por debates e ações específicas das vivências de mulheres negras, defasadas tanto no movimento negro, predominantemente masculino, quanto no movimento feminista, predominantemente branco. Com 450 ativistas de associações de 19 estados, já em atividade nos anos 70, o ENMN fortaleceu fóruns e organizações de mulheres negras ativistas em todo o país, atuantes até os dias de hoje, junto à crescente realização de eventos nacionais e internacionais focados nos recortes de gênero, raça e classe social, além de órgãos em ministérios e programas de políticas públicas em sintonia com o Movimento Negro em geral.

O Brasil é o segundo país do mundo com maior população negra, atrás apenas da Nigéria. Assim, o Brasil é o país com maior população negra fora da África. Na sessão dos 100 anos da Lei Áurea, Benedita discursou na tribuna: “Queremos proclamar a nossa abolição. Não é ódio, nem rancor, apenas um grito de liberdade!”.

Negros no Congresso

Na abertura democrática do país ao fim da ditadura, o movimento negro também se mobilizou com esperança por direitos e garantias na nova Constituição. Em 26 e 27 de agosto de 1986, aconteceu em Brasília a Convenção Nacional “O Negro e a Constituinte” com 63 entidades, que elaboraram um documento de reivindicações à ANC.

Mesmo com a candidatura de militantes negros, como Lélia Gonzalez e Abdias do Nascimento, os eleitos foram apenas quatro: os metalúrgicos Edmilson Valentim (PCdoB-RJ) e Paulo Paim (PT-RJ), a assistente social Benedita da Silva (PT-RJ) o jornalista Carlos Alberto Caó (PDT-RJ).

O documento enviado pelo movimento negro, registrado como Sugestão 02886, continha 45 propostas para o texto constitucional, sendo 6 específicas sobre a condição da população negra. Na Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias, ativistas se articulavam junto aos constituintes negros para conscientizar os parlamentares e aprovar suas exigências.

A primeira conquista foi a criminalização do racismo, transformado em crime inafiançável pela emenda de co-autoria da deputada Benedita da Silva com o deputado Carlos Alberto Caó, aprovada em Plenário.

Constituição Federal de 1988, Título II: dos direitos e garantias fundamentais: Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;

Ato das Disposições Constitucionais, Art. 68 Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

Também foram contempladas partes das propostas de garantia de propriedade de terra às comunidades quilombolas, de reconhecimento do caráter multirracial da cultura brasileira e de inclusão do ensino de história da África nos currículos escolares, apresentada por Benedita da Silva (PL 857/1988):

Capítulo III: da Educação, da Cultura e do Desporto:

Art. 215 O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. § 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional. § 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

Art. 216 Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [...]: § 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

Título IX: das disposições constitucionais gerais: Art. 242 § 1º O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro.

Em 12 de maio de 1988, a Assembleia Nacional Constituinte realizou sessão solene em homenagem aos 100 anos da abolição da escravidão no Brasil, com a presença de centenas de cidadãos e discursos de constituintes negros e brancos sobre as condições desiguais de vida no país.

Jornal da Constituinte, 16 a 22 de maio de 1988 - Nº 47, páginas 6 e 7:
"A sessão foi um momento de densa significação, pela presença de parlamentares e centenas de populares da raça negra, pelo seu sentido histórico e pela sinceridade das colocações em favor da igualdade das raças e da necessidade da promoção de maiores oportunidades para os negros que se afirmam, hoje, juridicamente livres, mas socialmente ainda discriminados e incluídos entre os grupos minoritários, apesar de sua expressão numérica e de sua participação na criação da raça brasileira.

Muito se falou sobre o sofrimento do negro escravo no passado, ao mesmo tempo em que se denunciou a situação do negro favelado, desempregado e marginalizado de hoje.

'[...] um novo tipo de escravidão surgia sutil, sorrateira, pérfida, tirando qualquer perspectiva de ascensão social, política ou econômica. Trocaram o chicote, o tronco e outras coisas mais por canetas, livros, porta social etc., levando o negro a viver desnorteado, como legião dos despossuídos deram continuidade involuntária às condições impiedosas que lhes foram impostas' - disse Benedita da Silva. [...] Benedita da Silva colocou negros e índios na mesma situação de desigualdade, para afirmar que as duas raças devem unir-se na iniciativa de lutar abertamente contra as tentativas de anulação de seus direitos. 'O conceito de democracia significa, fundamentalmente para nós, a igualdade social, econômica, racial e política' - disse Benedita."

Diário da Assembleia Nacional Constituinte: *"Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras.e Srs. Constituintes, talvez não tenhamos, na história do Brasil, maior oportunidade de sermos sensíveis a uma causa tão justa e que me traz a esta tribuna, com toda a minha sensibilidade, para dizer que apelo aos sentimentos de cada um, que possam extrapolar a barreira ideológica e compreender que há uma necessidade plena de termos concretamente uma iniciativa para a segunda Nação mais negra do mundo. Ser negro é lindo e quero assumir a minha negritude. Duro é ter a lei como açoite... (Palmas prolongadas) – Quero repetir: ser negro é lindo. Duro é ter a lei como açoite; cortando nossa carne, destruindo nossos ideais e nos mantendo cativos."* [Benedita da Silva, 29/01/1988]

A proposta da deputada Benedita da Silva que declarava dia 20 de novembro como feriado nacional (PL 293/1987) não foi aprovada na Constituinte. Contudo, o debate voltou ao Congresso Nacional em 2003, até que a Lei nº 12.519/2011 instituiu o Dia Nacional de Zumbi

e da Consciência Negra, transformado em feriado nacional em 2023 por sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Outra emenda de Benedita dizia que “o Brasil não manterá relações diplomáticas e nem firmará tratados, acordos ou pactos com países que adotem políticas oficiais de discriminação racial” (PL 764/1988). Na votação em Plenário, faltaram 15 votos para a aprovação da matéria: foram 265 favoráveis, 166 contrários e 21 abstenções. Sem o quórum de 280 votos, a emenda foi rejeitada.

Apesar disso, a Constituição Federal incluiu:

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo.

Direitos para as trabalhadoras domésticas

A experiência de Benedita como trabalhadora doméstica a tornou a maior defensora da categoria na Constituinte por justas condições trabalhistas. Em 1986, as domésticas eram ¼ das trabalhadoras do país. Na época, 87% dos brasileiros que cursavam o nível superior eram brancos.

Dados levantados em 1980 pela ativista Sueli Carneiro, também conselheira do CNDM, mostravam que 50% das mulheres negras eram praticamente analfabetas, com menos de 1 ano de estudo, porcentagem que caía pela metade nas brancas. Entre as negras, 15% recebiam menos de ¼ do salário mínimo, enquanto a porcentagem das brancas era três vezes menor. Benedita comenta sobre essa situação em seu livro:

“Mesmo com a abolição da escravidão, os homens negros ficaram sem condições de sustentar suas famílias, pois não conseguiam competir com os imigrantes europeus. Os negros não tinham acesso a educação e os poucos que tiveram acesso à terra, não tinham recursos para cultivá-la. Então, foram as mulheres negras que, por muitas vezes, tiveram que sustentar a família, trabalhando como domésticas. [...] Poucos reconhecem que o trabalho da mulher negra contribuiu para a emancipação da mulher branca. Enquanto esta se integrava ao mercado de trabalho e à universidade, foi a mulher negra quem trabalhou como cozinheira,

faxineira e babá. E mesmo essas funções são muitas vezes reservadas para as mulheres brancas. Até pouco tempo, viam-se anúncios nos jornais dizendo: 'Precisa-se de uma babá de cor branca'. Agora se usa o termo 'boa aparência', que é, na verdade, outra forma de se referirem às pessoas brancas.'

As trabalhadoras domésticas foram consideradas profissionais pela Lei nº 5.859 de 1972, definidas como quem presta “serviços de natureza contínua e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família no âmbito residencial destas”, com direito à Carteira de Trabalho, Previdência Social e 20 dias de férias anuais.

Na Constituinte, foram recebidas 664 cartas da população sobre o tema, junto a cerca de 300 domésticas na delegação das trabalhadoras que compareciam ao Congresso. A deputada Benedita da Silva garantia a entrada e a participação delas na Subcomissão Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos, dentro da Comissão da Ordem Social, e exigia que elas tivessem os mesmos direitos que os demais trabalhadores.

A convite de Benedita, o presidente Ulysses Guimarães ouviu pessoalmente as reivindicações das 23 associações vindas de 9 estados, representadas por Lenira de Carvalho, de Pernambuco:

“Sou Lenira, empregada doméstica, sou do Recife e estou aqui com as companheiras de todo o Brasil. Digo às companheiras que aqui estão que temos que aproveitar esta oportunidade de falar para os poucos Constituintes presentes que temos consciência de que eles aqui estão, porque o povo aqui os colocou. É por isso que viemos, hoje, cobrar, como todos os trabalhadores estão cobrando, porque nós, domésticas, também votamos. Trabalhamos e fazemos parte deste País, muito embora não queiram reconhecer o nosso trabalho, porque não rendemos e não produzimos.

Mas, estamos conscientes de que produzimos e produzimos muito. E achamos que, numa hora em que há uma Constituinte, uma nova Constituição para fazer, acreditamos, temos a esperança de que vamos fazer parte dessa Constituição. Não acreditamos que façam uma nova Constituição sem que seja reconhecido o direito de 3 milhões de trabalhadores deste País. Se isso acontecer, achamos que, no Brasil, não há nada de democracia, porque deixam milhares de mulheres no esquecimento.

E nós servimos a quem? Servimos aos Deputados, Senadores, ao Presidente e a todas as pessoas. Estamos confiantes e, por isso, viemos aqui. Queremos dizer aos Srs. Constituintes que não foi fácil isso. Viemos do Nordeste, três dias de viagem, passando fome e com todas as dificuldades, mas, porque confiamos, primeiro, na nossa luta e, depois, em V. Exas. estamos certas disto. Estou falando assim, porque sei que todas as companheiras diriam a mesma coisa e talvez dissessem melhor, com outras palavras. O que importa, então, é a nossa vontade, o nosso esforço, a nossa luta junto com todos os trabalhadores.” [Diário da Assembleia Nacional Constituinte, 16/7/1987, página. 112]

Durante os debates, Benedita leu uma carta enviada pela trabalhadora doméstica Marisete dos Santos:

“Como é que um ser humano pode trabalhar 24 horas todos os santos dias? Nós já está com os nervos na flor da pele de tanta injustiça que fazem com nós domésticas. Somos escravas sem poder de gente porque ninguém da lei visa para nós. Por que isso? Eu acho que essa profissão deveria ser dois turnos, uma para o dia e outra para a noite, pois eu choro lágrimas de tanto viver nesta escravidão, sem ter ninguém para olhar para nós. Até quando vai durar isso, senhor?”

Persistência

O projeto para igualar os direitos trabalhistas avançou até a Comissão de Sistematização, onde o bloco do Centrão apresentou emenda excluindo os direitos dos trabalhadores domésticos, para que fossem definidos em lei ordinária. Benedita da Silva negociou, então, um acordo para retirar apenas alguns dos direitos: a jornada de trabalho, a remuneração por hora extra e a licença à gestante de 120 dias.

“Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, aqui estou para defender uma emenda que foi fruto de um acordo. Quero deixar registrado que serei incansável na defesa dessa matéria, até que ela atenda na plenitude ao desejo dessas trabalhadoras.

Ouvimos, no dia 13 de maio de 1988, uma voz que ecoou na varanda do Paço e que permitiu a algumas mulheres saírem em busca dos seus trabalhos: as babás, as mães de leite,

as cozinheiras, as arrumadeiras, essas constantes trabalhadoras que estão conosco em todos os momentos da nossa atuação no Congresso Constituinte.

Essas trabalhadoras se expressam através da organização chamada Associação das Empregadas Domésticas, que teve presença marcante nesta Casa, sensibilizando os Srs. Constituintes. Trouxe para esta tribuna a defesa da emenda e, na ocasião, o Relator considerava que houvera um equívoco, ou melhor, um esquecimento, e não puderam constar da Comissão de Sistematização todos os direitos dessas trabalhadoras. [...]

Penso que esta é uma emenda simplesmente humana do ponto de vista da relação capital e trabalho, daqueles que estão nos prestando um grande serviço. E ela está muito aquém da proposta inicial, porque, neste momento, acaba de sofrer, no acordo, algumas restrições que quero registrar como ponto de negociação nesta Casa, para que não fosse prejudicada, apesar de o Relator ter dado parecer favorável.

Mas tínhamos algumas razões para negociar, e foi o que fizemos. A questão da jornada de trabalho, por exemplo. As trabalhadoras domésticas não têm ainda regularizada sua situação, no que diz respeito a esse assunto. Todos sabemos que é preciso estabelecer uma jornada- -limite. Isso é a coisa mais natural do direito dos trabalhadores. Há outras questões pendentes, como a da remuneração por hora de trabalho extra, que não está contemplada, e a licença de 120 dias para gestante.

São coisas naturais, independente da classe social. Pura e simplesmente devem fazer parte da vida de uma mulher, principalmente no caso da menos privilegiada, que é a trabalhadora doméstica. Espero que na lei ordinária possamos garantir esses direitos a essas trabalhadoras, porque tenho certeza de que este Plenário votará favoravelmente, não só pelo acordo, mas pela sensibilidade à emenda. Conto com o apoio de cada Constituinte, para que possamos, na medida do possível, garantir a essas trabalhadoras o direito que consideramos de fundamental importância para a nossa função social de mãe." [Diário da ANC, 1º/3/1988, página 7824]

Graças ao apelo de Benedita da Silva, o relator do projeto incluiu nos direitos dos trabalhadores domésticos a licença-maternidade de 120 dias e a licença-paternidade de 8 dias.

Assim, a Constituição Federal de 1988 assegurou aos trabalhadores domésticos 9 dos 34 direitos concedidos aos trabalhadores urbanos e rurais, estabelecidos no Artigo 7º:

1)Salário mínimo

- 2) Irredutibilidade do salário
- 3) Décimo terceiro salário
- 4) Repouso semanal remunerado
- 5) Férias anuais com adicional de pelo menos $\frac{1}{3}$ a mais que o salário normal
- 6) Licença-gestante de 120 dias
- 7) Licença-paternidade de 8 dias
- 8) Aviso prévio de demissão proporcional ao tempo de serviço
- 9) Aposentadoria e previdência social

Em 2013, após 25 anos da Constituinte, a deputada Benedita da Silva foi relatora da “PEC das Domésticas” (Proposta de Emenda à Constituição nº 478/10), aprovada em 2013 como Emenda Constitucional nº 72, que ampliou direitos de babás, cozinheiras e outros trabalhadores em residências, com jornada máxima de 8 horas por dia e 44 horas por semana, adicional noturno de pelo menos 50% e acordos coletivos de trabalho.

Em 2014, um ano após a promulgação da PEC, Benedita foi à Câmara dos Deputados vestida com uniforme para celebrar o Dia Nacional da Empregada Doméstica. Ao presidir sessão em homenagem à categoria, disse:

“Não é demagogia estar aqui. É algo de pele, do coração, das veias e da luta. [...] Chegamos com muito esforço, empenho e dedicação por esta causa. Certamente, nossa vitória será completa após a regulamentação dos direitos ainda pendentes, mas, desde já, podemos comemorar a reparação histórica e a valorização então alcançada desde a equiparação dos direitos com aprovação da PEC das Domésticas”.

Em 2015, a Lei Complementar nº 150 regulamentou mais direitos previstos na Emenda nº 72/2013, como pagamento de hora extra e noturna, recolhimento do FGTS, 30 dias de férias anuais, salário-família, seguro-desemprego e indenização por acidente de trabalho.

Capítulo 6: O LOBBY DO BATOM

O processo constitucional exigia negociações entre grupos de interesse para organizar acordos, a fim de garantir o avanço das propostas. A Mesa da Assembleia e os líderes partidários passaram a se reunir para determinar as pautas das votações, num procedimento oficializado mais tarde, em 1989, com a criação do Colégio de Líderes.

Esse contexto fez surgir bancadas suprapartidárias e frentes parlamentares em defesa de causas específicas, munidas de ideias e argumentos apresentados em debates e discursos nos microfones e nos corredores, em pronunciamentos e em entrevistas à imprensa.

As discussões da Assembleia Nacional Constituinte eram divididas por temas, e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher tinha integrantes ligadas a cada assunto em questão. Acompanhando pessoalmente os trabalhos, as conselheiras negociavam propostas com a sociedade civil, líderes de partidos e os demais parlamentares homens, enquanto as advogadas do CNDM redigiam mais de 100 emendas a serem apoiadas pelas deputadas nas 24 subcomissões.

Jacqueline Pitanguy comenta em seu livro: “A Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes, na realidade, fecha e abre um ciclo. Ao ser entregue a Ulysses Guimarães, tem início o processo de defesa de suas propostas, que implicava percorrer diariamente os corredores e gabinetes do Congresso, conversando com os líderes de todos os partidos, deputados, senadores, assessores, formando uma base de apoio entre os parlamentares, em um trabalho articulado pelo Conselho, que só se encerraria em outubro de 1988, com a promulgação da Constituição Federal. [...] Era um corre-corre e ao mesmo tempo não comportava erros. Tínhamos que ter a emenda certa, no momento certo e entregue à pessoa certa.”

Nem banheiro feminino

A primeira questão que aproximou as mulheres foi a ausência de banheiro feminino no Plenário da Câmara dos Deputados, pois este havia sido incorporado ao masculino em 1969. Durante as votações, as deputadas precisavam andar até seus gabinetes em outros anexos para usar o banheiro e depois correr de volta ao debate. Unidas, as constituintes reclamaram com Ulysses Guimarães e ganharam o banheiro do Plenário de volta.

Durante os trabalhos, as deputadas e conselheiras do CNDM não escaparam do machismo. Elas ouviam nos corredores e na imprensa como eram tratadas pelos homens, que em discussões acaloradas diziam que elas estavam nervosas, precisando de carinho, e limitavam seus comentários à aparência de cada uma.

Em entrevista à reportagem, realizada durante uma sessão no Plenário da Câmara dos Deputados, a deputada Lídice da Mata lembra do que viveu neste mesmo local há 37 anos,

quando era uma das constituintes pelo PCdoB da Bahia. Hoje, filiada ao PSB, continua atuando como deputada federal, assim como Benedita da Silva.

“Antes da Constituinte, eu fui líder estudantil, lutamos contra a ditadura militar, por anistia e por uma Constituinte livre, democrática e soberana. Pude, com muita honra e alegria, integrar essa Constituinte, que foi fruto de tudo aquilo que nós lutamos antes”, relata. Ela é formada em Ciências Econômicas, foi a primeira e única prefeita de Salvador (1993 a 1996) e a primeira mulher eleita senadora pela Bahia (2011 a 2019).

Na ANC, foi titular da Subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos, na Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições; e suplente da Comissão de Sistematização. Ao todo, apresentou 196 emendas e teve 32 aprovadas, com destaque na defesa do direito ao voto para maiores de 16 anos.

Ao comentar sobre a Assembleia Nacional Constituinte, Lídice da Mata destaca o tratamento atribuído às mulheres: “Quando nós chegamos aqui, existia um certo folclore em torno de uma bancada que, pela primeira vez, tinha 26 mulheres, em toda a vida da história do Parlamento brasileiro”.

“Então, os jornalistas se referiam às roupas de umas, criaram a musa da Constituinte, tiravam fotografia de uma mulher sentada quando ela tirava o sapato, tudo quanto era destaque sobre superficialidade era sempre feito na participação das mulheres”, conta.

“Mas as mulheres se impuseram, primeiro porque tiveram uma participação de presença maior do que a dos homens em todo o processo Constituinte, maior, é claro, do ponto de vista relativo. E, para que nós pudéssemos conquistar a nossa pauta, nós nos desdobramos, além de conversar dentro das nossas bancadas partidárias, as ONGs feministas visitaram todos os deputados constituintes, fundamentando o nosso posicionamento. Organizamos as mulheres também em todo o país, que mandavam telegramas e acompanhavam a votação dos direitos das mulheres aqui”, diz a constituinte.

E continua: “É claro que não era fácil, éramos apenas 26, mas ainda assim, até pela novidade que significava, quando uma mulher subia na tribuna, em geral era respeitada. Óbvio que não quer dizer que os preconceitos foram abolidos, pelo contrário. Muitos e muitos momentos, tanto na imprensa quanto aqui na Câmara, no Congresso, os pequenos dichotes, os comentários que eram de medidas sobre a mulher, alguns demonstravam sempre uma função diferente daquilo que nós gostaríamos: de poder ser tratadas com respeito, sim, mas como pessoas que naturalmente tinham direito de estar aqui, não como uma exceção”.

Como nome pejorativo, eles as chamavam de “Lobby do Batom”, associando as mulheres à vaidade e à futilidade. Como resposta, elas decidiram ressignificar o apelido. A palavra *lobby*, em inglês, tem origem no latim *lobium*, que significa galeria ou sala de espera. O termo remete à prática histórica de abordar políticos nesses locais, nos intervalos para o charuto ou o cafezinho, com o objetivo de influenciar as tomadas de decisões de acordo com interesses específicos.

Assim, as ativistas, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e as deputadas se reconheceram como um movimento de pressão por mudanças. Na entrevista concedida a esta reportagem, Benedita lembra: "Quando nós chegamos era chacota. ‘Ah, elas não vão se entender, elas vão brigar.’ E nós mulheres éramos 5% só, e conseguimos fazer um bom trabalho e discutimos tudo que era necessário. Eles diziam: ‘Ah, essas mulheres, elas são mulheres da maquiagem, mulheres do batom.’ Aí, nós pegamos o batom, viemos pro Plenário, cada uma de nós passou o batom nos lábios e falamos: “Aqui está o Lobby do Batom!”.

Causas defendidas

As 25 deputadas em exercício eram diversas. Uma delas era Moema São Thiago (PDT-CE), a primeira mulher eleita deputada federal pelo Ceará, formada em Direito e Sociologia. Na ANC, apresentou 98 emendas e teve 30 aprovadas, e integrou a Frente Verde em defesa do meio ambiente.

Ela foi titular da Subcomissão de Garantia da Constituição, Reformas e Emendas; e suplente da Subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos; ambas da Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições.

Mesmo com um único mandato político, de 1987 a 1991, Moema ainda visita a Câmara dos Deputados com frequência e se dedica a manter viva a história do Lobby do Batom. Em entrevista para a reportagem, realizada durante um café na lanchonete do Salão Verde, ela lista fatos que a levaram a se candidatar para o Congresso Nacional na redemocratização:

“No Ceará, conheci a miséria. Eu militava no movimento estudantil, na ditadura fui condenada pela auditoria militar e fugi para o exílio no Chile, na Argentina, em Cuba e em Portugal. Sou viúva do desaparecido político, morto em tortura, Antônio Carlos Brito Caridana. Na volta do exílio, trabalhei como advogada sindical e ganhei mais consciência social e trabalhista”, explica a ex-deputada.

Em seu livro *Mulheres Constituintes: atuação, legados e trajetórias*, Moema São Thiago detalha o perfil das deputadas, analisa suas trajetórias por trás das eleições e comenta sobre a força da aliança suprapartidária da bancada feminina, que causou até divórcios.

Na época, sete deputadas eram esposas de ex-governadores, eleitos senadores constituintes. Um fato interessante para Moema é que, como elas atuaram como primeiras-damas nos governos dos maridos, suas experiências as fizeram se dedicar mais às pautas sociais, o que gerou conflitos com os companheiros e rompimentos nas próprias relações conjugais:

“As deputadas que tiveram a realidade como primeiras-damas conheceram a injustiça social e a realidade da miséria. E aí, houve um grande impasse na vida pessoal de todas elas, porque em todos os casais os maridos eram do Centrão, tinham as posições mais conservadoras e retrógradas da sociedade daquele momento”, avalia.

“Todas as mulheres votaram contra os maridos. E nenhum casamento aguentou. Todos os casamentos se desfizeram. O único casamento que depois voltou foi o da deputada Rita Camata (PMDB-ES) com o senador Gerson Camata (PMDB-ES). Mas houve um momento em que todos os casamentos foram desfeitos, porque elas sabiam o que era a miséria, elas lidavam com a falta de escola, as doenças, o analfabetismo, a desnutrição”, conta Moema.

Como revelam as demandas da Carta das Mulheres aos Constituintes, os direitos exigidos eram transversais a diversos setores, como saúde, educação, segurança, economia e relações internacionais, além de família, trabalho e casamento. Dessa forma, elas buscavam a eliminação de problemas que afetavam toda a população.

Mesmo que todas defendessem melhores tratamentos às mulheres na sociedade, a maioria tinha posicionamentos conservadores em determinadas pautas, por orientações partidárias ou religiosas. Por isso, a estratégia era direcionar o foco para assuntos sobre os quais havia maior concordância.

Igualdade acima de tudo

A demanda principal das mulheres era a igualdade de direitos. Mesmo que a antiga Constituição de 1967 afirmasse que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de sexo, raça, trabalho, credo religioso e convicções políticas”, as leis eram desiguais.

Enquanto elas exigiam que a igualdade de gênero estivesse explícita no texto constitucional, com o termo “homens e mulheres”, alguns parlamentares questionavam a

necessidade da alteração. Como argumento, as deputadas lembravam que, antes do decreto do voto feminino, mulheres que requisitaram alistamento eleitoral receberam a resposta dos tribunais de que “todos” incluía apenas os homens.

Por isso, acabar com a ambiguidade do termo causaria mudanças em toda a legislação brasileira, como o Código Civil, o Código Penal e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), por exemplo, a invalidar normas contrárias à igualdade e impactar a vida das mais de 70 milhões de brasileiras.

Segundo o Código Civil em vigência desde 1916, os homens eram os chefes da família, responsáveis pela esposa e pelos filhos, e podiam decidir onde iriam morar, autorizar que a mulher trabalhasse ou recebesse herança, administrar seu dinheiro, suas compras e empréstimos e tomar decisões em caso de divergências. Elas só assumiam a chefia do casal se o marido estivesse em lugar remoto ou desaparecido, preso ou considerado incapaz.

A subordinação das mulheres casadas aos maridos servia como justificativa para a prática dos diversos tipos de violência doméstica, questão tratada como assunto privado. Em 1986, 27% das mulheres no Brasil estavam esterilizadas para o chamado “planejamento familiar”, prática muitas vezes forçada pelos maridos.

Inclusive, Benedita presidiu uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) em 1992 para investigar esse número desproporcional. Descobriu-se que cerca de “40% das mulheres de 15 a 45 anos que tinham relações sexuais eram esterilizadas. [...] Também constatamos uma maior incidência de esterilização em mulheres pobres, negras e indígenas. O Banco Mundial já investiu mais de 600 milhões de dólares em sete estados do Nordeste, com programas de esterilização e controle populacional”, relata na biografia.

As leis discriminatórias também contribuíam para a atribuição cultural de papéis e comportamentos específicos a mulheres, como os cuidados da casa e dos filhos, tarefas conciliadas com empregos formais. Nos anos 80, a participação de mulheres em vestibulares crescia. Elas eram $\frac{1}{3}$ da mão de obra do país e praticamente metade delas ganhava menos de um salário mínimo. Ainda que recebessem metade da média salarial masculina, as mulheres chefiavam 20% das famílias brasileiras, enquanto as trabalhadoras rurais não tinham direito à posse de terras nem à aposentadoria.

O CNDM mobilizava as bases de ativistas e eleitoras dos estados para cobrarem seus representantes, com telegramas e cartazes em encontros presenciais. Para evidenciar os debates

ao país, as pautas defendidas eram divulgadas na imprensa, em outdoors instalados em todas as capitais e em campanhas nas emissoras de rádio e televisão.

Benedita registra reflexões sobre a época em seu livro:

“Aquele período, entre 1986 e 1988, foi o melhor momento da minha vida política, quando grupos de mulheres de todo o país estavam se mobilizando para inserir os seus direitos na nova constituição. Desde a sua independência, o Brasil já teve sete constituições e todas excluíram as reivindicações das mulheres. A constituição anterior à de 1988 chegava ao cúmulo de negar o direito de herança às mulheres que eram infiéis aos seus maridos, As mulheres também não tinham o direito de processar seus maridos, mesmo quando eles agiam de forma violenta.”

Licença maternidade e paternidade

As negociações pelos direitos das mulheres envolviam sensibilizar os constituintes e encontrar aliados. Em minoria numérica, elas precisavam do apoio dos homens para que determinadas questões fossem ouvidas e consideradas.

A Consolidação das Leis do Trabalho de 1943 garantia às gestantes 84 dias de licença maternidade. Na Constituinte, elas exigiram o aumento desse período para 120 dias, além da criação da licença paternidade, com o slogan “Filho não é só da mãe”.

Como crítica, os homens diziam que prolongar o afastamento das mães e dar esse direito aos pais quebraria o mercado de trabalho e faria com que as empresas parassem de contratar mulheres. A licença paternidade de 5 dias só foi vista com respeito e credibilidade quando defendida por homens, como no caso do deputado Alceni Guerra (PFL-PR), relatado no podcast *Jogo de Cartas* e no livro *A sociedade no Parlamento*:

Ao anunciar a votação do projeto, Ulysses Guimarães disse ao Plenário:

"Licença paternidade de 8 dias aos que preenchem requisitos fixados em lei. É uma homenagem ao homem gestante. Como justificativa da proposição podíamos lembrar o que disse Chico Anyisio: "Há o dia da mãe, e o dia do homem é nove meses antes do dia da mãe".

"A Assembleia explodiu numa efusiva gargalhada. O Alceni ficou mais vermelho que um pimentão. Com aquilo, ele, que não estava inscrito para sustentar a proposta que estava em

discussão, pediu a palavra, foi para a tribuna, cresceu, fez um discurso memorável, depois de ter conquistado o grande silêncio de toda a plateia:"

"Sr Presidente, Srs. Constituintes, Sras Constituintes, eu me confesso evidentemente amargurado com a chacota e com os risos. Recebi, ontem à tarde, do nobre líder Mário Covas, algo muito semelhante. Fui lhe pedir o apoio para a emenda e ele me disse depois de uma sonora gargalhada: 'Quero ver você defender isso na frente dos seus amigos do Centrão'.

Não estava inscrito e não queria defendê-la. Mas as colocações bem humoradas, e eu as considero, senhor presidente, um pouquinho exageradas nesse momento, que provocaram riso dessa Assembleia, me obrigaram a vir nessa tribuna defender uma emenda que eu considero da mais alta seriedade.

Quatorze de dezembro de 1987. Nasceu minha filha Ana Sofia. E, para a infelicidade minha, minha mulher esteve à beira da morte e depois três semanas imobilizada no leito por um acidente anestésico. Sr. Presidente Ulysses Guimarães, não havia no mundo, naquele instante, nenhuma Assembleia Nacional Constituinte, nenhum emprego, nenhum patrão, nenhuma força do mundo, nada que me tirasse do lado dela e de meus filhos.

Recebo com humildade a chacota e as gargalhadas, mas quero que os senhores saibam que é uma emenda séria de quem viveu durante toda a sua vida esse problema. Não poderia deixar passar essa oportunidade da ANC de impor uma vontade que, tenho certeza, é de todas as mulheres e de todos os homens com inteligência nesse país. Muito obrigado."

"E o resultado? O Dr. Ulysses foi obrigado a se desculpar:"

"A presidência pede perdão se, eventualmente, a manifestação que tive possa ter sensibilizado o nobre deputado Alceni Guerra. Não tive qualquer intuito, senão, no curso dos nossos trabalhos, trazer uma palavra que eu sei que não poderia prejudicar a proposição. Aliás, quero dizer que agora até me felicito porque, se isso não ocorresse, nós não teríamos tido a oportunidade de ver fulgurar o talento e a sinceridade até emocionante com que sua excelência defendeu a sua proposição. Peço-lhe escusas, meu nobre companheiro Alceni Guerra."

Aprovada pela maioria do Plenário, a proposta virou lei no inciso XIX do Art. 7º da Constituição Federal. A votação teve 337 votos favoráveis, 67 contrários e 28 abstenções.

Centrão: um obstáculo

Uma questão polêmica que dividia as deputadas era a interrupção da gravidez. O aborto era crime desde 1830 para médicos ou pessoas que ajudassem no procedimento. Em 1940, foi proibido a quem tentasse abortar sozinha, mas legalizado em caso de estupro ou de risco à saúde da mulher. Contudo, o acesso ao serviço de qualidade era restrito às mais ricas, resultando em complicações e mortes em clínicas clandestinas.

Um impedimento para o avanço do debate foi a formação do bloco chamado de “Centrão”: um grupo de políticos conservadores insatisfeitos com os rumos considerados esquerdistas que a Constituinte estava tomando. O nome foi usado pela imprensa pela primeira vez em 1987, em referência à aliança entre membros dos partidos PDS, PFL, PTB e PMDB.

Aos poucos, os integrantes do Centrão se aliaram ao presidente José Sarney, trocando apoio no Legislativo por cargos no Executivo. Além de conservadores, eles eram religiosos, o que contribuía com argumentos para restringir liberdades civis e individuais das mulheres, principalmente em temas ligados à reprodução e à sexualidade.

Contra o aborto e o divórcio

O Centrão defendia os “bons costumes” e a estabilidade da família, usando trechos da Bíblia como argumentos. Havia até uma cruz no Plenário, e o próprio Regimento Interno afirmava: “Art. 46. A Bíblia Sagrada deverá ficar sobre a Mesa da Assembleia Nacional Constituinte, à disposição de quem dela quiser fazer uso”.

Uma das suas exigências, por exemplo, era proibir o divórcio, direito defendido pelas mulheres na década de 30. Com pressões da igreja católica, a Constituição de 1934 garantiu o preceito da indissolubilidade do casamento. Em 1916, foi permitido o desquite, ou seja, a separação de corpos, mas o vínculo matrimonial continuava. Apenas em 1977 o direito ao divórcio virou lei. Mesmo assim, os religiosos queriam que a Constituição de 88 voltasse atrás.

A intensidade dos conflitos e debates é percebida na fala de Benedita em umas das discussões: “É muito claro e eu não tenho dúvida que, se Jesus Cristo materializado fosse constituinte, estaria aqui considerado pelo centrão de ultra-esquerda e iria para praça pública para ser fuzilado”. (podcast Jogo de Cartas, episódio 4, 13:33s)

Na subcomissão em que atuava, Benedita também defendeu temas ligados à reprodução e à sexualidade. Em apoio ao grupo LGBT Triângulo Rosa, que acompanhava os trabalhos da

ANC, ela apresentou emenda que incluía igualdade de direitos independentemente da orientação sexual, mas o texto não avançou.

Enquanto a carta do CNDM pedia que fosse “garantido à mulher o direito de conhecer e decidir sobre o seu próprio corpo”, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) organizou emendas populares “pelo direito à vida desde a concepção” e pela proibição do aborto em qualquer caso.

Também queriam o ensino religioso obrigatório em escolas e a manutenção do crime de adultério, punido pelo Código Penal desde 1940. Essas emendas reuniram mais de 1 milhão e meio de assinaturas.

A frase “Homens e mulheres são iguais em direitos e deveres, desde a concepção”, havia sido aprovada nas comissões. Portanto, a conquista delas foi convencer aliados homens e de direita a votarem contra a frase na Comissão de Sistematização, cortando a parte “desde a concepção” e deixando esse assunto de fora da Carta Magna.

“Nós entendíamos, diferenças ideológicas à parte, que todos os partidos são machistas e que era importante que a luta da mulher fosse uma luta suprapartidária. E passamos meses discutindo e conversando. A deputada Sandra Cavalcanti era conservadora na questão moral, na questão do aborto e do divórcio. Mas todas as conquistas sociais da Constituinte tiveram o apoio da Sandra Cavalcanti. Então nós conseguimos superar. O compromisso era com a justiça social no Brasil”, afirma a constituinte Moema São Thiago.

Na entrevista para esta reportagem, Benedita avalia o processo: “Teve momentos em que a gente teve ganho. Quando nós conquistamos os direitos das trabalhadoras domésticas, quando nós conquistamos os direitos dos quilombolas, quando nós conseguimos os direitos da criança, da juventude, e uma Constituição que olhava para a sociedade brasileira como um todo. Era um reencontro. Então, nós tivemos muitos momentos com dificuldade, mas muito mais que isso foram as nossas vitórias, foram os nossos ganhos, resultados das nossas lutas cotidianas.

Conquistas

Ao fim de 1 ano e 11 meses de trabalho na Constituinte, o Lobby do Batom conseguiu aprovar cerca de 80% das demandas escritas na Carta das Mulheres aos Constituintes.

Assim, a Constituição Federal do Brasil de 1988 garantiu diversos direitos fundamentais às mulheres, promovendo a igualdade de gênero e protegendo-as em diversas esferas da vida

social, econômica e política. Aqui está uma lista dos principais direitos assegurados às mulheres:

Princípio da igualdade

- Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:
IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

Maternidade e trabalho urbano e rural

- Art. 5º, L - às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação;
- Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.
- Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:
XVIII - licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias;
XIX - licença-paternidade, nos termos fixados em lei;
XX - proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei;
XXV - assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até seis anos de idade em creches e pré-escolas;
XXX - proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil;

Participação política

- Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos.

Propriedade

- Art. 183. Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

§ 1º O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.

- Art. 189. Os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de dez anos.

Parágrafo único. O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil, nos termos e condições previstos em lei.

Educação

- Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;

Família

- Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.
§ 3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

§ 4º Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.

§ 5º Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher.

§ 7º Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.

Saúde

- Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.
- Art. 227, § 1º O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança e do adolescente, admitida a participação de entidades não governamentais e obedecendo aos seguintes preceitos:

I - aplicação de percentual dos recursos públicos destinados à saúde na assistência materno-infantil;

§ 6º Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.

Previdência Social

- Art. 201. Os planos de previdência social, mediante contribuição, atenderão, nos termos da lei, a:

III - proteção à maternidade, especialmente à gestante;

- Art. 202. É assegurada aposentadoria, nos termos da lei [...]

I - aos sessenta e cinco anos de idade, para o homem, e aos sessenta, para a mulher, reduzido em cinco anos o limite de idade para os trabalhadores rurais de ambos os sexos

e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, neste incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal;

II - após trinta e cinco anos de trabalho, ao homem, e, após trinta, à mulher, ou em tempo inferior, se sujeitos a trabalho sob condições especiais, que prejudiquem a saúde ou a integridade física, definidas em lei;

§ 1º É facultada aposentadoria proporcional, após trinta anos de trabalho, ao homem, e após vinte e cinco, à mulher.

Combate à Violência

- Art. 226, § 8º O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.

Essas garantias da Constituição Federal de 1988, inovadoras para a legislação da época, serviram como base para a regulação e a ampliação de normas com direitos das mulheres ao longo dos anos seguintes:

Maternidade e trabalho

- Aposentadoria especial para mulheres em atividades insalubres e licença-maternidade (Lei nº 8.213/1991);
- Proibição da exigência de atestados de gravidez e esterilização para admissão ou permanência no emprego (Lei nº 9.029/1995);
- Prorrogação da licença-maternidade por mais 60 dias para trabalhadoras de empresas do Programa Empresa Cidadã (Lei nº 11.770/2008)
- Ampliação de direitos de gestantes e pais, incluindo a licença-paternidade de até 20 dias e direitos para gestantes em situação de trabalho (Marco Legal da Primeira Infância, Lei nº 13.257/2016)
- Permissão de prisão domiciliar a gestantes e mães de crianças até 12 anos ao invés da prisão preventiva, em determinadas circunstâncias (**Lei nº 13.769/2018**)

Participação política

- Cota mínima de 30% de candidaturas para mulheres nos partidos políticos (Lei nº 9.504/1997)

Combate à violência

- Criação de mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, medidas de proteção e assistência às vítimas e penas para agressores (Lei Maria da Penha, nº 11.340/2006)
- Obrigatoriedade de notificação de casos de violência contra a mulher nos serviços de saúde (Lei nº 10.778/2003)
- Ampliação do conceito de estupro no Código Penal e aumento das punições para crimes de natureza sexual, incluindo o estupro de vulnerável (**Lei nº 12.015/2009**)
- Permissão da prisão preventiva de agressores em casos de violência doméstica contra mulheres (**Lei nº 12.403/2011**)
- Tipificação crimes cibernéticos, incluindo a divulgação de imagens íntimas sem consentimento (**Lei Carolina Dieckmann, nº 12.737/2012**)
- Inclusão do feminicídio como uma forma de homicídio qualificado no Código Penal, com penas mais rigorosas a crimes por razão de gênero **Lei do Feminicídio, nº 13.104/2015**)
- Criminalização da importunação sexual e da divulgação de cenas de estupro e nudez (**Lei nº 13.718/2018**)
- Obrigação dos agressores a ressarcir os custos com serviços de saúde e segurança usados pela vítima de violência doméstica e familiar (**Lei nº 13.871/2019**)
- Tipificação do crime de violência psicológica contra a mulher, com medidas de proteção e punição para os agressores (**Lei nº 14.188/2021**)
- Tipificação da violência política de gênero, com penas para quem discrimina ou pratica violência contra mulheres em ambiente político e eleitoral (**Lei nº 14.192/2021**)

Capítulo 7: CONSTITUIÇÃO CIDADÃ

A Assembleia Nacional Constituinte concluiu as votações do texto constitucional na madrugada de 2 de setembro de 1988, que seguiu para os últimos ajustes na Comissão de Redação Final. Após 19 meses de trabalho, a nova Constituição Federal foi promulgada em uma cerimônia solene no Plenário da Câmara dos Deputados, no Congresso Nacional.

Na Sessão de Promulgação, em 5 de outubro de 1988, os representantes dos três Poderes firmaram compromisso com a nova Carta Magna, em um ato de rompimento com o regime autoritário e de instauração das bases do Estado democrático de direito.

Graças à mobilização popular, a nova Constituição fixou garantias fundamentais aos habitantes do país e consolidou conquistas para os mais diversos setores, a partir do diálogo entre os representantes diretamente eleitos e as esperanças e demandas dos brasileiros e brasileiras, depois de 21 anos de ditadura militar.

Na ocasião, os chefes dos Três Poderes discursaram: "Prometo manter, defender, cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro, sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil!"

Diferente das anteriores, a Constituição de 1988 começa com princípios humanos, como a cidadania, a dignidade, o pluralismo político, a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, a erradicação das desigualdades sociais e a promoção do bem coletivo, sem preconceitos ou discriminações. Antes de apresentar a estrutura estatal, o texto define os direitos e deveres individuais, coletivos, sociais e políticos da população.

As normas criadas para os segmentos sociais foram fruto de cartas de reivindicações, manifestações pelo Brasil e nos gramados do Congresso Nacional e, principalmente, das pressões e negociações presenciais realizadas por esses grupos nos corredores, nos gabinetes parlamentares, nas comissões, subcomissões e galerias do Plenário, em situações de conflitos, protestos e celebrações.

Sem a opinião da sociedade civil, o parlamentarismo quase venceu como forma de governo, já que a maioria dos deputados e senadores da Comissão de Sistematização aprovou o modelo. Em Plenário, com a presença de todos os 559 constituintes, foram 334 votos a favor do presidencialismo, 212 contrários e 3 abstenções. Decidiu-se, então, que em 1993 a população escolheria os rumos do país por meio de um plebiscito.

As votações seguintes, que elegeram o presidente Fernando Collor, foram diretas e permitidas, pela nova Constituição, também a maiores de 16 anos e analfabetos. O plebiscito

ocorreu em 21 de abril de 1993, no governo de Itamar Franco, que assumiu o cargo após o impeachment de Collor.

Segundo o Tribunal Superior Eleitoral, dos cerca de 66 milhões de votos, os resultados foram de 66,26% para a república como forma de governo e 10,25% para a monarquia, junto a 55,67% para o sistema presidencialista e 24,91% para o parlamentarista, além dos votos brancos e nulos.

Direitos garantidos

A presença de povos indígenas na Assembleia Constituinte, apoiados por outros grupos e munidos de emendas populares, foi fundamental para que a Carta Magna determinasse o reconhecimento das suas organizações sociais, costumes, línguas, crenças, tradições e direitos à proteção jurídica e à ocupação permanente de seus territórios, demarcados e protegidos pela União (Artigos 231 e 232).

As pressões feitas por médicos, enfermeiros, sanitaristas, pacientes e pesquisadores, assim como movimentos de indígenas e de mulheres, possibilitaram a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), com atendimento universal financiado pelo Estado brasileiro (Artigos 196 a 200).

As exigências de educadores, estudantes e professores de escolas públicas e privadas garantiram o ensino gratuito em todos os níveis, autonomia para as universidades e planos de carreira aos profissionais da educação pública (Artigos 205 a 214).

A mobilização intensa de organizações governamentais e da sociedade civil levou à proteção de crianças e adolescentes em todos os âmbitos da vida e em respeito às suas especificidades. Com garantias de dignidade, saúde, educação, moradia, alimentação, lazer e proibições de violências e explorações, o Artigo 227 serviu de base para o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990).

A luta das pessoas com deficiência, com eventos nacionais, envio de cartas, emendas populares e pressões durante os trabalhos do Congresso Nacional, garantiu a inclusão desses grupos pelos capítulos da nova Constituição. Conquistou-se direitos como assistência, ensino especializado, saúde, proteção, acessibilidade, integração social, vagas em cargos públicos e a proibição de discriminações no trabalho (Artigos 7º, 23, 24, 37, 203, 208, 227 e 244).

Trabalhadores rurais, também apoiados pelas mulheres, reivindicaram a distribuição democrática do direito à posse de terras, historicamente destinado a latifundiários. Após embates com empresas e grandes proprietários, a Constituição permitiu a desapropriação de áreas que não cumprissem função social, para fins de reforma agrária (Artigos 184 a 191).

Os ambientalistas formaram a Frente Verde junto aos constituintes e, apesar de enfrentamentos do Centrão, conquistaram um capítulo inédito destinado à proteção da natureza, com direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e à educação ambiental, e deveres coletivos de defesa e proteção da fauna e flora brasileira. (Artigo 225).

Os cidadãos também tornaram possível que a Constituição Federal tivesse artigos sobre seguridade e assistência social, cultura, esporte, ciência, comunicação social e direitos da família, dos jovens, dos idosos e dos consumidores, por exemplo, com a garantia de criação do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº8.078/1990).

"A matriz onde se ergue a Constituição brasileira são os direitos dos cidadãos e das cidadãs, são os direitos humanos. Sobre a qual se ergue as responsabilidades do Estado, quando as outras constituições e a Constituição militar eram o contrário", comenta Jacqueline Pitanguy no documentário *Lobby do Batom*, dirigido por Gabriela Gastal e disponível na plataforma Globoplay.

"Declaro promulgada! O documento da liberdade, da dignidade, da democracia, da justiça social do Brasil! Que Deus nos ajude, que isto se cumpra!"

Ecoam nesta sala as reivindicações das ruas. A Nação quer mudar, a Nação deve mudar, a Nação vai mudar. São palavras constantes do discurso de posse como Presidente da Assembleia Nacional Constituinte. Hoje, 5 de outubro de 1988, no que tange à Constituição, a Nação mudou.

A Constituição mudou na sua elaboração, mudou na definição dos poderes, mudou restaurando a Federação, mudou quando quer mudar o homem em cidadão, e só é cidadão quem ganha justo e suficiente salário, lê e escreve, mora, tem hospital e remédio, lazer quando descansa. Num país de 30.401.000 analfabetos, afrontosos 25% da população, cabe advertir: a cidadania começa com o alfabeto. Chegamos. Esperamos a Constituição como o vigia espera a aurora.

A Nação nos mandou executar um serviço. Nós o fizemos com amor, aplicação e sem medo. A Constituição certamente não é perfeita. Ela própria o confessa, ao admitir a reforma.

Quanto a ela, discordar, sim. Divergir, sim. Descumprir, jamais. Afrontá-la, nunca. Traidor da Constituição é traidor da Pátria!

Conhecemos o caminho maldito: rasgar a Constituição, trancar as portas do Parlamento, garrotear a liberdade, mandar os patriotas para a cadeia, o exílio e o cemitério. A persistência da Constituição é a sobrevivência da democracia. Quando, após tantos anos de lutas e sacrifícios, promulgamos o estatuto do homem, da liberdade e da democracia, bradamos por imposição de sua honra: temos ódio à ditadura. Ódio e nojo. Amaldiçoamos a tirania onde quer que ela desgrace homens e nações, principalmente na América Latina.

O enorme esforço é dimensionado pelas 61.020 emendas, além de 122 emendas populares, algumas com mais de 1 milhão de assinaturas, que foram apresentadas, publicadas, distribuídas, relatadas e votadas, no longo trajeto das subcomissões à redação final. A participação foi também pela presença, pois diariamente cerca de 10 mil postulantes franquearam, livremente, as 11 entradas do enorme complexo arquitetônico do Parlamento, na procura dos gabinetes, comissões, galeria e salões.

Há, portanto, representativo e oxigenado sopro de gente, de rua, de praça, de favela, de fábrica, de trabalhadores, de cozinheiras, de menores carentes, de índios, de posseiros, de empresários, de estudantes, de aposentados, de servidores civis e militares, atestando a contemporaneidade e autenticidade social do texto que ora passa a vigorar. Como o caramujo, guardará para sempre o bramido das ondas de sofrimento, esperança e reivindicações de onde proveio. [...] O povo passou ter a iniciativa de leis. Mais do que isso, o povo é o superlegislador.

[...] É caminhando que se abre os caminhos. [...] Tem substância popular e cristã o título que a consagra: “a Constituição cidadã”. A atuação das mulheres nesta Casa foi de tal teor, que, pela edificante força do exemplo, aumentará a representação feminina nas futuras eleições. [...] Foi a sociedade, mobilizada nos colossais comícios das Diretas-já, que, pela transição e pela mudança, derrotou o Estado usurpador.

Termino com as palavras com que comecei esta fala: a Nação quer mudar. A Nação deve mudar. A Nação vai mudar. A Constituição pretende ser a voz, a letra, a vontade política da sociedade rumo à mudança. Que a promulgação seja nosso grito: Mudar para vencer! Muda, Brasil!”

Nas entrevistas para esta reportagem, as deputadas constituintes avaliam o processo: “Bom, na Constituinte nós tivemos dois grandes momentos. O momento da nossa chegada, que

foi para alguns muito folclórico e cometeram práticas de discriminação, de preconceito. Eu, particularmente, passei momentos muito difíceis, de escreverem no papel higiênico ‘macaca’, ‘vai pro fogão’, coisas como essas. Mas teve momentos outros em que a gente teve ganho.

Quando nós conquistamos os direitos das trabalhadoras domésticas, quando nós conquistamos os direitos dos quilombolas, quando nós conseguimos os direitos da criança, da juventude, e uma Constituição que olhava para a sociedade brasileira como um todo. Era um reencontro. Então, nós tivemos muitos momentos com dificuldade, mas muito mais que isso foram as nossas vitórias, foram os nossos ganhos, resultados das nossas lutas cotidianas". [Benedita da Silva]

"Foi um momento ímpar, um momento em que milhões da sociedade brasileira, trabalhadores, estudantes, participando com emendas populares, essa Casa era quase 24 horas por dia, tinha dia que tinha votação até 6 horas da manhã. Foi um momento muito humano e muito solidário, tivemos um apoio da sociedade brasileira inimaginável. O movimento das donas de casa, das trabalhadoras domésticas. Tivemos uma liderança magnífica que foi a deputada Bené, do Rio de Janeiro, primeira mulher negra, batalhadora.

Que também teve um apoio que se diga do próprio Conselho. Ela teve um apoio não só da sua base de igreja no Rio, do seu trabalho sindical, organizando as empregadas domésticas, mas sobretudo também do Conselho Nacional, que deu muito apoio e respaldo, era muito justo. Tivemos deputadas que representavam movimentos políticos partidários, por exemplo a Lídice, representava o PCdoB. Então cada uma trazia um pouco, houve um aporte. E muito importante é que todas nós conseguimos colocar as questões pessoais, particulares à parte." [Moema São Thiago]

"Foi um momento ímpar da vida nacional, um momento em que nós saímos de uma ditadura para explodir na participação popular, de todos os segmentos. Esta Casa não parava de receber gente. Eram os indígenas, o movimento negro, o movimento de mulheres, de juventude, os estudantes, a União Nacional dos Estudantes, um movimento que crescia e se desenvolvia naquele momento dos professores das Universidades Federais que se organizavam, dos professores do setor privado, das escolas públicas, de ensino Médio, de educação básica, indústria nacional, todos os segmentos que a gente é capaz de pensar, naquele momento se dirigiam para Brasília para debater, para conversar, para trazer propostas para os deputados constituintes e deputadas votarem aqui no Congresso Nacional, no Congresso Constituinte.

Portanto, foi uma experiência única, insubstituível do ponto de vista da lembrança não apenas afetiva, mas de demarcação de luta e de aprendizado." [Lídice da Mata]

O desmonte do CNDM

Algumas ações do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher geraram conflitos com o governo. Nos 100 anos da abolição da escravidão, por exemplo, o CNDM desenvolveu atividades de reflexão e denúncia, em crítica aos discursos feitos à época de que no Brasil existia democracia racial e respeito às diferenças resultantes da miscigenação.

Além de campanhas e seminários, o Conselho organizou a simulação do julgamento da Lei Áurea e seus efeitos no país, com a presença de advogados e militantes negras, como Benedita da Silva e Lélia Gonzalez. O evento foi chamado de Tribunal Winnie Mandela, nome da ativista e esposa de Nelson Mandela que combatia o apartheid na África do Sul.

Em seu livro, Jacqueline Pitanguy relata que foi chamada no Ministério da Justiça e ameaçada de perder o cargo devido ao nome dado ao evento, por remeter à discriminação social e contrariar o tom celebrativo que o governo pretendia dar ao centenário da abolição.

Outro embate foi quando antropólogos do Ministério da Reforma Agrária realizaram estudo sobre a violência contra mulheres e crianças em disputas por terra, que não foi divulgado pelo próprio ministério. Além de publicá-la, o CNDM enviou a pesquisa à ONU e debateu o tema no Congresso Nacional com sindicatos e mulheres rurais. Elas foram vistas pelo Ministério da Justiça como subversivas.

O governo também se mostrou contra a ampliação da licença-maternidade e a criação da licença-paternidade, em apoio aos argumentos empresariais de risco à economia. Junto a isso, os anos após a promulgação da Constituição foram de reorganização de forças da direita lideradas por José Sarney no poder, antes influenciado pelos acordos de Tancredo Neves.

Em 1989, o novo ministro da Justiça era Oscar Dias Correia, ex-membro do Superior Tribunal Federal e contra a criação da Constituinte. Ele declarou ao CNDM que, como elas haviam conquistado 80% das demandas da carta, ele cortaria 80% da verba do Conselho. Em seguida, nomeou 12 novas conselheiras sem consultar os movimentos de mulheres.

Sem orçamento para manter os programas e em protesto contra as imposições feitas, as conselheiras marcharam do Ministério da Justiça ao Palácio do Planalto e pediram demissão coletiva, em 21 de julho de 1989.

Nos anos 90, o CNDM perdeu autonomia administrativa e financeira e a força de ministério, pois passou a ser um órgão consultivo. Apesar do desmonte, o Conselho foi reativado no governo Lula a partir de 2003, junto a novos investimentos em programas e políticas públicas para as mulheres.

"O confronto desigual com as forças conservadoras significou o fim daquela história de sucesso, mas não de suas conquistas. Essas ficaram gravadas na Constituição e em leis e políticas que, mesmo sendo ameaçadas e ignoradas por governos transitórios, estabelecem um patamar de cidadania das mulheres brasileiras, embora ainda não plenamente exercida por todas em sua diversidade. A estratégia de participação política no Estado se revelou positiva e conseguiu imprimir uma marca de igualdade de gênero." [Jacqueline Pitanguy]

Capítulo 8: 35 ANOS DEPOIS, BENEDITA É LÍDER DA BANCADA FEMININA

A brasileira que mais ocupou cargos políticos

Depois de seu mandato como deputada constituinte (de 1987 a 1990), Benedita da Silva foi reeleita deputada federal para a Legislatura de 1991 a 1994, com 53.278 votos. Em seguida, atuou nas seguintes funções:

1995 a 1998: Primeira senadora negra do Brasil;

1999 a 2002: Vice-governadora do Rio de Janeiro e primeira governadora negra de um estado brasileiro;

2003 a 2007: Ministra da Secretaria Especial de Trabalho e Assistência Social;

2007 a 2010: Secretária estadual de Assistência Social e Direitos Humanos;

Mais quatro mandatos como deputada federal na Câmara dos Deputados: de 2011 a 2014, de 2015 a 2018, de 2019 a 2022 e de 2023 a 2026.

Procuradoria Especial da Mulher

A atuação do Lobby do Batom deixou um legado na participação das mulheres no Parlamento, que se oficializaram como Bancada Feminina do Congresso Federal em 1995. Em 1999, o grupo foi consolidado com eleições para coordenadora, que liderava as deputadas e senadoras federais.

Dez anos depois, por negociações na campanha à presidência da Câmara, o deputado eleito Michel Temer (PMDB-SP) atendeu ao pedido das deputadas por um órgão que fomentasse a participação feminina no poder.

Em 2009, foi criada a Procuradoria Especial da Mulher da Câmara dos Deputados, a primeira unidade administrativa da casa voltada para a defesa dos direitos das mulheres. Aprovado em Plenário, o órgão era responsável por:

- Receber e encaminhar denúncias de violência e discriminação contra a mulher;
- Fiscalizar programas do governo de promoção da igualdade de gênero;
- Cooperar com organismos voltados à implementação de políticas para as mulheres;
- Promover estudos sobre violência e discriminação contra a mulher e seu déficit de representação na política, para divulgação pública e subsídio às comissões da Câmara.

O órgão, ainda sem espaço físico nem corpo técnico, teria uma procuradora e três procuradoras-adjuntas, escolhidas a cada dois anos. A exemplo da Câmara, outras casas legislativas estaduais e municipais também criaram procuradorias da mulher. Inclusive, o Plenário do Senado só teve banheiro feminino após a criação de uma Procuradoria da Mulher na Casa.

Além disso, na gestão do deputado Marco Maia (PT-RS), presidente da Câmara em 2011 e 2012, garantiu-se que a coordenadora da Bancada Feminina, ou seja, a representante suprapartidária das deputadas, participasse da reunião do Colégio de Líderes, que reúne os líderes dos partidos, do governo e da oposição com o presidente, para definir pautas e acordos.

Logo, enquanto a procuradora cumpria um papel institucional, a coordenadora atuava no âmbito do processo legislativo e se posicionava na reunião em nome da Bancada Feminina da Câmara.

Secretaria da Mulher

Devido a reivindicações por um espaço físico formal e debates por mais ferramentas para o combate às discriminações de gênero, concordou-se em criar, em 2013, a Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados, composta por dois núcleos: a Procuradoria da Mulher e a Coordenadoria dos Direitos da Mulher (nome dado à Bancada Feminina para evitar que outras bancadas exigissem a mesma formalização).

Surgiu, assim, uma estrutura organizada e com corpo técnico para administrar e assessorar os trabalhos da procuradora e da líder das deputadas, a coordenadora da Bancada Feminina, que ganhou mais poder político.

Enquanto a Procuradoria da Mulher trabalhava dentro e fora da Câmara em defesa dos direitos das mulheres, a coordenação da Bancada Feminina recebeu as competências de participar da reunião de líderes com direito a voz e voto, fazer uso da palavra em Plenário pelo tempo de liderança e definir a pauta de proposições de interesse das mulheres.

A assessora técnica Iara Cordeiro, que trabalha na Secretaria da Mulher desde sua criação, concedeu uma entrevista à reportagem, gravada na redação da TV Câmara. Ela reforça a importância de institucionalizar o trabalho das mulheres na Casa:

“Era uma formação inédita nos parlamentos do mundo. A Secretaria da Mulher faz a Câmara ter uma relevância social, ela consegue ouvir demandas de mulheres na ponta, pensar em projetos de lei e em algo que vai fazer transformações sociais. A Secretaria analisa os projetos que tramitam no Congresso, quais recortes podem ser feitos, quais os impactos na vida das mulheres”, conta.

Assim, o órgão contribui com o trabalho legislativo das deputadas com estudos, insumos para as discussões, debates, seminários e campanhas na Câmara, além de auxiliar na criação de novas propostas e cobrar que o governo execute as medidas aprovadas. Como exemplos, ela lembra das mobilizações da Secretaria durante os debates sobre tipificação dos crimes de feminicídio (Lei nº 13.104/15) e de violência política de gênero (Lei nº 14.192/21). Elas trouxeram estudos internacionais, especialistas e acadêmicas para conscientizar os parlamentares e garantir que os respectivos projetos de lei fossem aprovados.

Iara Cordeiro também cita os esforços feitos junto às deputadas para garantir políticas públicas pela dignidade menstrual (Lei nº 14.214/21) ou pelo atendimento devido a gestantes de filhos com anencefalia, por exemplo, o que fez o Judiciário permitir que mulheres nessas condições interrompam a gravidez (ADPF nº 147/12 do STF).

“Pela percepção que homens e mulheres têm da vida, do dia a dia, ser tão diferente, é importante que elas apresentem esse tipo de projeto com um olhar diferenciado para uma parcela da população, que é a maioria. A partir da intermediação com o Poder Executivo, é possível ter números que embasam políticas públicas e informações que geram mudanças sociais”, afirma.

Por fim, em 2021, criou-se o Observatório da Mulher na Política, terceiro componente da Secretaria da Mulher. Seu objetivo é realizar pesquisas e monitorar indicadores sobre a atuação política de mulheres em âmbito federal, estadual e municipal (são 3 eixos: Violência Política contra a Mulher; Atuação Parlamentar e Representatividade; Atuação Partidária e Processos Eleitorais). Dessa forma, as áreas da Secretaria são lideradas por deputadas de diferentes partidos, todas eleitas pela Bancada Feminina.

Além de seminários, exposições, concursos e publicações sobre assuntos em debate no Parlamento, estão entre as ações da Secretaria da Mulher as seguintes atividades temáticas:

Campanha Agosto Lilás: conscientização sobre sinais e formas de denúncia dos diferentes tipos de violência contra a mulher, em alusão ao aniversário da Lei Maria da Penha, de 7 de agosto de 2006

Campanha Março Mulher: eventos em homenagem ao Dia Internacional da Mulher com arrecadação de absorventes e debates sobre combate à violência de gênero e participação feminina em espaços de poder;

Entrega do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz: reconhece brasileiras com destaque na defesa dos direitos das mulheres;

Campanha Outubro Rosa: ações informativas sobre formas de prevenção, diagnóstico e tratamento do câncer de mama e outras doenças que afetam mulheres.

Campanha 21 dias de ativismo: programação que passa pelos dias da Consciência Negra, de combate à AIDS, dos direitos das pessoas com deficiência e dos direitos humanos.

Benedita é eleita líder

No ano de 2023, em que a Constituição Cidadã celebrou 35 anos, Benedita da Silva foi eleita Coordenadora dos Direitos da Mulher, ou seja, líder da Bancada Feminina e, consequentemente, representante máxima das mulheres brasileiras na “casa do povo” do Poder Legislativo.

Constituição Federal de 1988, Título IV, da organização dos Poderes: Art. 44. O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Art. 45. A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal. §1º O número total de Deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei complementar, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de setenta Deputados.

O ano de 2023 também é marcante devido à comemoração dos 10 anos da Secretaria da Mulher e ao número recorde de 90 deputadas federais eleitas para a Bancada Feminina.

Os gráficos da reportagem comparam estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a partir dos resultados do censo mais recente, realizado em 2022, e da época da Constituinte de 1987-1988. Para isso, foi feita uma média dos resultados dos censos de 1980 e 1991, que ainda não cruzavam dados sociais de gênero e raça, apresentando-os separadamente. Nesta análise, considera-se o conceito utilizado pelo Estatuto da Igualdade Racial:

Art. 1º. Esta Lei institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica. Parágrafo único: Para efeito deste Estatuto, considera-se: IV - população negra: o conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga.

O mesmo censo demográfico, realizado pelo IBGE em 2022, mostra que:

- 8,1% da população brasileira vive em favelas: são 16,4 milhões de pessoas em 12,4 mil comunidades, localizadas em 656 cidades.
- A mais populosa fica no Rio de Janeiro: é a favela da Rocinha, com 72 mil moradores.
- Nas favelas brasileiras, 73% dos moradores são negros, sendo 6 milhões de mulheres negras e 5,8 milhões de homens negros.

Em celebração a esses marcos, as parlamentares atuais se reuniram na rampa do Congresso Nacional e reproduziram a foto tirada em 1986, que retratava a Bancada Feminina recém-eleita, formada apenas pelas 26 deputadas constituintes. Hoje, a Bancada Feminina do Congresso Nacional é composta por 90 deputadas federais e 15 senadoras.

Como estagiária da TV Câmara desde fevereiro de 2023, a autora desta reportagem cobriu os eventos de comemoração dos 35 anos da Constituinte e dos 10 anos da Secretaria da Mulher. Além disso, apresentei o programa “Ao Vivo na Câmara”, transmitido em tempo real pelo canal da Câmara dos Deputados no YouTube, em que mostrei bastidores das eleições da Secretaria da Mulher para o biênio de 2023-2024.

A deputada Benedita da Silva já era a indicada para ocupar o cargo de Coordenadora dos Direitos da Mulher e líder da Bancada Feminina. Ao ser entrevistada sobre o significado da candidatura para sua ampla carreira política, ela respondeu:

“É muito importante nós estarmos dando mais uma cooperação num projeto que é nosso, o projeto das mulheres. Nós precisamos ter mais mulheres nos espaços políticos, precisamos ter as mulheres em funções importantes de decisão nesse país, e estar é uma honra. É uma honra receber de mulheres de diferentes partidos o voto e a confiança para que a gente possa fazer um trabalho plural, coletivo e que leve o fortalecimento de cada uma dessas mulheres nas suas bases, nas suas instâncias e nas suas bandeiras de luta.”

Em seu discurso de posse como Coordenadora dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados, Benedita lembrou da sua chegada à Câmara dos Deputados na Assembleia Constituinte, e realizou um pouco do que, na biografia, conta ter como sonho de infância: “ser cantora”.

Na solenidade, ela afirmou seu compromisso com os trabalhos da bancada e encerrou o evento cantando trechos de sambas, fazendo as pessoas presentes baterem palmas, dançarem e cantarem junto.

"Eu cheguei nesta Casa solo, eu não encontrei nenhuma pessoa parecida comigo. E com uma responsabilidade enorme: defender as mulheres de todas as raças, de todas as cores, de todos os lugares. Indígena, branca, negra. Mulher. E é com emoção que digo isso, porque jamais imaginei que estaria ainda nesta Casa. Jamais imaginei que, em 1986, me elegeram como deputada constituinte. E aqui, encontrei, nesta Casa, uma pessoa que eu conhecia muito bem. A minha mãe foi lavadeira de Juscelino Kubitschek, e eu me encontrei aqui com a filha dele, deputada federal. Foi uma emoção, eu vivi muitas emoções na minha chegada.

Eu procurava um rosto igual ao meu e eu não encontrava. Mas isso me deu muita força, me deu muita garra. Porque na Constituinte nós vimos o Brasil inteiro aqui, a mulherada de todas as cores, de todos os segmentos, de todos os lugares, que vieram aqui na esperança de formular uma política verdadeira constitucional que a garantisse liberdade, que a garantisse trabalho, salário e dignidade. Foi assim que eu cheguei nesta Casa, em 1986.

Dito isso, eu quero dizer que representar as deputadas é muita responsabilidade. Não farei sozinha, tenho certeza que não farei sozinha. Quero dizer para a minha procuradora e para a presidenta da Comissão das Mulheres: eu vim pra somar, eu só sei somar, não me presto a outra coisa.

Aqui nessa Casa não tínhamos ainda nenhuma lei que pudesse amparar as deputadas grávidas, até porque isso não foi feito pra nós, não, nós é que insistimos, nós resistimos e nós vencemos e estamos aqui. E olhe só, minha gente, quando cheguei aqui, não tinha banheiro feminino não, no Plenário. Nós criamos, o Lobby do Batom criou. Então, por isso, vamos trabalhar muito, juntas, unidas, para a gente poder fazer essa diferença para fora deste espaço.

Já cheguei com muita coisa pronta. Estrutura colocada pelo esforço de outras que aqui estiveram, com planejamento estratégico pra gente batalhar sobre ele. Cheguei já com muita coisa acontecida, e o que eu pretendo fazer é apenas dar continuidade e fazer mais dentro do tempo que está reservado para nós. [...] Trabalhar com muita unidade, trabalhar com essa bancada maravilhosa.

E eu quero cantar. Nem sei o quê, mas eu vou cantar alguma coisa e vocês vão ajudar. Eu, quando canto, estou aos pés de Deus. Eu canto para aliviar meu pranto, eu canto contra a tirania. Quando eu canto, a morte me percorre e eu solto um canto da garganta, mas a madeira, quando morre, canta. E eu queria que vocês me acompanhassem em apenas um trecho desta linda letra do meu falecido querido João Nogueira.”

Desafios

A assessora Iara Cordeiro acredita que, com o contexto político do país, um dos maiores desafios de liderar a bancada seja conciliar opiniões: “Essa dualidade na disputa política tem sido muito prejudicial para o debate das mulheres, porque uma das formas de descaracterizar a luta é dizerem que é só de esquerda, que é ‘mimimi’, que não é importante. [...] É uma função hercúlea você conseguir unificar uma bancada que hoje vem de um sistema tão polarizado”. Ela

afirma que há casos de mulheres que, após participarem dos debates da bancada, entendem que também são vítimas de discriminação:

Iara também afirma que, pela importância de Benedita na política, elegê-la foi uma forma de valorizá-la: "A Benedita, ela é uma diva. [...] A Benedita seria um nome capaz de unificar esquerda e direita. Pelo respeito que se tem por ela, pela história dela, pela seriedade com que ela trabalha. Também pela importância dela na política seria uma forma de agraciá-la com esse espaço. [...] Ela constrói as coisas de uma maneira muito pacífica. [...] É muito importante você ter uma mulher sempre lembrando ali que todos esses problemas que a gente passa, pras mulheres pretas ainda é pior, ainda é mais difícil", enfatiza.

"Essa conscientização sobre todas as violências que elas passam para chegar até aqui e continuam passando nos partidos ao não assumir relatorias, presidências das Comissões, lideranças dos partidos e projetos importantes para o país, até elas que elas percebam, demora muito. [...] Teve mulher que votou contra o projeto de igualdade salarial ou foi contra a campanha 'criança não é mãe'. Muitas vezes essas mulheres acabam ficando num lugar de subordinação aos seus líderes partidários, que determinam certas coisas e elas têm que acatar".

E conclui: "Então ainda vai demorar alguns longos anos para que elas estejam unificadas de fato numa pauta que é maior, que é a maioria da população, os direitos das mulheres, e não só pelo seu reduto eleitoral".

E continua: "Esses espaços nunca são lembrados pra uma mulher, esses espaços de relevância. É a primeira vez que ela tem esse destaque, é a primeira vez que, apesar dela estar aqui desde a Constituinte, vai pro Colégio de Líderes como uma representante ali e tem incidência sobre a pauta que está sendo votada, tem valor o que ela está falando".

Por fim, Iara reforça como, aos 82 anos de idade e com mais de 40 anos de carreira, Benedita enfrenta os obstáculos dos embates políticos e dos preconceitos com sabedoria: "Eu brinco com ela que eu não aguentaria metade. Ela fica no Plenário até tarde e no outro dia ela e chega cantarolando.

Ela ainda passa, às vezes chegando no aeroporto, a aeromoça não cobra a identidade dos homens parlamentares, e dela cobra. É sutil, é velado mas não é. [...] E era ainda mais difícil na década de 80 quando Benedita chegou, e ela abriu caminhos para que essas mulheres hoje pudessem chegar. Até então não tinha uma mulher preta ali. Ela brinca de além dela ser preta ela é grande, ela não passa despercebida. Está sendo uma dádiva trabalhar com ela".

Criação da Bancada Negra

Em 1º de novembro de 2023, a Câmara dos Deputados aprovou a criação da Bancada Negra (Resolução nº 6/23) no Regimento Interno. O grupo tem o direito de participar das reuniões do Colégio de Líderes com voz e voto, além usar a palavra por 5 minutos em Plenário, semanalmente, durante o período destinado às Comunicações de Liderança, "para dar expressão à posição de parlamentares negros e negras da Casa quanto à votação de proposições e conhecimento das ações de interesse da bancada".

Emocionada, Benedita da Silva afirmou: "Eu nem sei se eu consigo falar. Viver 81 anos e ter dedicado a maior parte da minha vida à política. Nesse momento, eu me sinto recompensada. Eu agora tenho uma Bancada. Eu agora tenho uma frente que vai dar continuidade a uma luta de séculos.

Uma das autoras da proposta, a deputada Talíria Petrone (Psol-RJ) comentou: "Essa lei, presidente, deveria se chamar Projeto de Resolução Benedita da Silva!"

Os 122 integrantes da Bancada Negra, número recorde de pretos e pardos na Câmara, são coordenados por:

- Coordenador-geral: deputado Damião Feliciano (União-PB)
- 1ª vice-coordenadora: deputada Talíria Petrone (PSOL-RJ)
- 2ª vice-coordenadora: deputada Benedita da Silva (PT-RJ)
- 3ª vice-coordenadora: deputada Silvia Cristina (PL-RO)

A primeira conquista foi tornar feriado nacional o dia 20 de novembro, como Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, em homenagem à data de morte do líder quilombola Zumbi dos Palmares (Lei 14.759).

Benedita no P20

Em julho de 2024, como representante da Bancada Feminina da Câmara, Benedita foi encarregada de coordenar a 1ª Reunião de Mulheres do P20, cúpula formada pelos parlamentares do G20 (fórum com as 20 maiores economias do mundo). O P20 é liderado, atualmente, pelo presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, que propôs o encontro em Maceió, Alagoas. O tema do encontro foi "Construindo um Mundo Justo e um Planeta

Sustentável”, com a presença de mais de 170 parlamentares do Brasil e do mundo. Na cerimônia de abertura, Benedita discursou:

“É uma grande honra para o parlamento brasileiro recebê-los aqui, nesse evento pioneiro, em que nós, mulheres, estaremos à frente de um diálogo sobre nós e para nós [...] Foi a iniciativa mais importante deste semestre para nós da Secretaria da Mulher. Nela, legislamos, fiscalizamos a violação de direitos já garantidos e atuamos politicamente para defendê-los, e ainda fomentamos pesquisas que nos trazem os dados de que precisamos para subsidiar, de forma consistente, nossa atuação nas pautas de gênero. [...] Mulheres, na política, transformamos a política. Mulheres, na política, transformamos uma sociedade inteira. Não podemos retroceder, temos que crescer. Precisamos valorizar o esforço de todas aquelas que vieram antes de nós e abriram caminhos para que pudéssemos estar aqui hoje. [...] Queremos garantir equidade. Queremos enfrentar essa batalha e essa luta num mundo que constatamos que somos maioria da população. É disso que vamos conversar”.

As parlamentares presentes no encontro aprovaram a “Carta de Alagoas”, documento com oito recomendações aos países do P20, com foco no aumento da participação de mulheres nas decisões políticas, o combate à crise climática e a promoção da igualdade econômica e produtiva.

Lamentavelmente, mesmo em uma alta posição de poder e num evento sobre o respeito aos direitos das mulheres, Benedita ela foi vítima de um episódio de racismo, cometido por sua própria colega de bancada. A deputada federal Carla Zambelli (PL-SP) reclamou em uma live nas redes sociais por não ter fala durante o evento, e chamou a coordenadora de "Chica da Silva", mulher escravizada no século XVIII. A fala gerou uma nota de repúdio do PT e diversas publicações em apoio à Benedita, que se manifestou sobre o caso em seu perfil no Instagram.

“Sigo com a cabeça erguida e consciente de que neste país nós temos que combater o racismo, o preconceito, nós temos que dar as mãos e dizer mais uma vez, para essa gente que não conhece história, que nós estamos reescrevendo a história. [...] O apoio que vocês me deram não pode estar comparado a qualquer palavra que venha substituir respeito, dignidade e, sobretudo, luta de nós, mulheres negras”, respondeu.

Legado

Aos 82 anos de idade, Benedita da Silva segue atuando no Parlamento Brasileiro com engajamento. Desde o início de sua gestão na Secretaria da Mulher, além de participar de todos os eventos e campanhas do órgão, ela foi autora ou co-autora de 305 proposições e relatora de 11 projetos de lei em 2023, autora ou co-autora de 139 proposições e relatora de 9 projetos de lei em 2024.

Como homenagem de seu estado, a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro concedeu a Benedita o título de Doutora *Honoris Causa*, distinção máxima em reconhecimento a personalidades notáveis em alguma área com contribuições para o país e a humanidade.

Ao avaliar o caminho percorrido desde a Assembleia Nacional Constituinte até as conquistas atuais, ela comenta:

“Em que pese nós termos tido grandes avanços, tivemos alguns retrocessos na batalha, mas mesmo assim conseguimos superar as dificuldades. O que temos hoje também é resultado do que discutimos depois de 30 anos da Constituição Brasileira. Então chegar nesse momento em que nós temos uma bancada de negros e negras, que nós temos as mulheres, a Bancada Feminina, que nós temos também Ministério da Mulher, Ministério da Igualdade Racial, Ministério dos Direitos Humanos, Ministério da Cultura. Tudo isso faz parte da luta que nós travamos. Hoje a gente tem mais dificuldades para passar as nossas matérias, mas também nós temos cuidado de criar na diversidade existente na bancada feminina a gente criar realmente uma cumplicidade naquilo que é consensual e que a gente possa levar adiante.

Então nós sabemos que foi aberto um grande caminho, nós esperamos que tenhamos mais mulheres na política e claro, é óbvio que eu quero mais mulheres negras na política. E como nós estamos num momento eleitoral, queremos mais vereadoras e queremos mais prefeitas. Essa é a nossa grande batalha, e essa é uma batalha que já estamos travando há algum tempo, porque nós só temos uma Bancada Negra hoje porque fizemos grandes campanhas dentro do movimento negro, dentro do nosso movimento de mulheres e nós conseguimos conquistar, para que cada vez mais cresça essa representação.”

Constituinte e também deputada federal até hoje, Lídice da Mata menciona a trajetória de Benedita com carinho e admiração:

“Mais recentemente foi criada a Secretaria da Mulher aqui na Câmara e depois no Senado. Essas secretarias têm a função de organizar a bancada feminina, de buscar reconstituir aquela experiência lá da Constituinte, e fazer uma bancada de mulheres e ter uma pauta que nos

unifique, mesmo quando temos posicionamentos políticos e ideológicos diferentes. E isso tem servido muito à luta das mulheres.

Desde o início dessa experiência, que eu pude voltar a ter aqui na Câmara em 2018 e agora em 2022. E de maneira especial nesse momento, quando assume a Secretaria uma mulher com a experiência de Bené, primeira mulher negra, empregada doméstica a ser eleita deputada federal e constituinte. Primeira mulher a ser governadora do seu estado, e que foi constituinte, que deu uma contribuição imensa à Constituição, naquilo que ela tem exatamente de diferencial, que são os direitos individuais, aquilo que é hoje aquilo que não pode e não deve ser modificado na Constituição brasileira porque é cláusula pétrea.

Eu me orgulho muito de ter sido colega de Bené, nós já tínhamos sido contemporâneas como vereadoras, e ao longo desse tempo nós estamos paralelamente sempre nos comunicando, quando eu fui prefeita ela esteve diversas vezes comigo lá, e tenho grande admiração pelo trabalho que Bené realiza aqui".

Como reconhecimento do trabalho político de Benedita da Silva, cinco das cerca de 30 mulheres negras que compõem a Câmara dos Deputados registraram depoimento para esta reportagem com o desejo de intensificar a presença de minorias sociais em espaços de poder, a exemplo da constituinte que as lidera na Bancada Feminina, na Bancada Negra, como representante máxima das deputadas e, conseqüentemente, das mulheres brasileiras:

"Eu cresci sabendo da existência da Benedita, me inspirando na trajetória dela [...]. E pensar que dos 52% de mulheres que a gente tem no país, 30%, salvo engano, são mulheres negras, as mulheres negras são a maior parte das mulheres do país, esse é o significado dela pra essa Câmara, é essa representatividade direta com o que é o Brasil real." [Deputada Carol Dartora | PT-PR].

"A influência da Benedita da Silva na minha vida política é todo o sentido, desde quando eu me filiei ao PT. Sem dúvida alguma, estar ao lado dela é como se eu tivesse do lado das minhas ancestrais, que deram a vida por um mundo mais justo, por um mundo mais igualitário, por um mundo sem racismo, um mundo sem misoginia. Então, se eu pudesse falar com ela: Bené, gratidão por mais de 42 anos de luta aqui institucional, mas principalmente gratidão por existir no mesmo tempo e espaço que você. [...] Viva Benedita da Silva!" [Deputada Jack Rocha | PT-ES].

"Nós só vamos estar lutando para essa pauta se realmente tiverem representantes legais, quem é mulher, quem é negra, quem é de família humilde, quem veio de família pobre. Aí, sim,

vai entender essa dor do que as pessoas lá na ponta estão precisando. Então é de suma importância ter mais representatividade feminina, como também de pessoas negras, de pessoas que vêm pra cá com uma bandeira, de fato, para lutar por elas." [Deputada Silvia Cristina | PP-RO].

"A deputada Benedita é um expoente, um símbolo da transformação da política deste país. Sem dúvida alguma tem um impacto e tem uma influência no desenvolvimento da minha consciência política, pelo fato de ser uma mulher negra, por vir das bases de onde ela vem, que são muito semelhantes, inclusive, da onde eu emergo. Então, isso é uma marca que, para nós, mulheres negras, para nós, mulheres em comunidade, para nós, que somos oriundas de espaços aonde a política por vezes sequer chegava. [...] É isso que muda o cenário político e que inspira centenas de meninas e mulheres a se somarem na política também." [Deputada Daiana Santos | PCdoB-RS]

"Entendemos que o Congresso Nacional tardeou demais a nossa presença. Mas não nos sentimos mais felizes por sermos as primeiras, vamos nos sentir mais felizes quando formos muitas. Por isso, assim inspirada em Benedita, que hoje tem a Bancada Negra, nós também queremos viver esse Congresso para ter uma bancada indígena. [...] Ainda somos vítimas da política de gênero, ainda somos vítimas da política de racismo, nós queremos que o Congresso Nacional entenda a nossa potência." [Célia Xakriabá | PSOL-MG].

Por fim, Benedita da Silva deixou para esta reportagem uma mensagem de coragem e esperança para mulheres que, como ela, no início da vida política, sentem medo ou não acreditam que são capazes alcançar espaços de poder:

"Eu diria para todas as mulheres, mulheres ribeirinhas, mulheres da favela, todas essas mulheres, brancas, negras, pobres, que o nosso lugar é onde nós quisermos estar. E que é importante estar na política, e digo isso porque esse é um grande momento de nós nos levantarmos mais uma vez e dar aquela oportunidade. Não tenha medo de entrar num partido político, de colocar suas bandeiras, de ter firmeza ideológica e conquistar o seu espaço.

Quando eu entrei para o meu partido, meu partido não tinha secretaria de combate ao racismo, não tinha secretaria da mulher, não tinha nada sobre isso, nós tínhamos sim núcleos em que debatemos conjunturas, debatemos muitas outras coisas, e num contexto de fortalecimento dos movimentos sociais.

E nós entramos nele com as nossas bandeiras específicas, que era do combate ao racismo, que é a maioria da população negra, e a maioria da população mulher, e nós mostramos

que era importante lutar pelos trabalhadores, pelas trabalhadoras, mas a gente tinha raça, etnia, condição social, lugar de moradia, então era preciso trabalhar essas questões que eram tão importantes quanto discutirmos economia e discutirmos o capital e o trabalho. Então, não tenha medo, entre num partido político, saia candidata, porque eu transformei o meu medo em coragem, e essa coragem, junto com as outras, me tornou vitoriosa”.